



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Fabília Batista Ildefonso

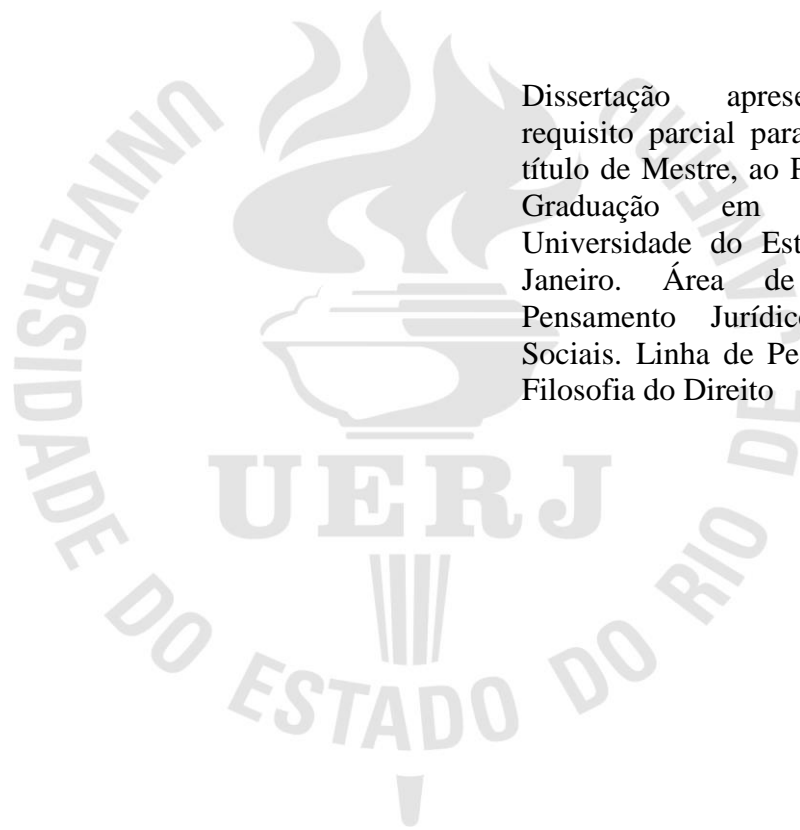
**Reconhecimento e afeto na esfera familiar:
experiências familiares numa favela carioca**

Rio de Janeiro

2019

Fabírcia Batista Ildefonso

**Reconhecimento e afeto na esfera familiar:
experiências familiares numa favela carioca**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais. Linha de Pesquisa: Teoria e Filosofia do Direito

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Nery Falbo

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

IL27 Ildefonso, Fabrícia Batista.

Reconhecimento e afeto na esfera familiar: experiências familiares numa favela carioca / Fabrícia Batista Ildefonso.- 2019.

145 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Nery Falbo.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1. Família - Teses. 2. Intersubjetividade - Teses. 3. Direito - Filosofia – Teses. I. Falbo, Ricardo Nery. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 340.12

Bibliotecária: Angélica Ribeiroa CRB7/6121

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fabírcia Batista Ildefonso

**Reconhecimento e afeto na esfera familiar:
experiências familiares numa favela carioca**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais. Linha de Pesquisa: Teoria e Filosofia do Direito

Aprovada em 11 de março de 2019.

Banca examinadora:

Prof. Ricardo Nery Falbo (Orientador)
Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Gustavo Siqueira
Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Enzo Bello
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido orientador Ricardo Nery Falbo, por sua ternura e dedicação acadêmica que propiciaram o amparo fundamental ao desenvolvimento desse trabalho.

Ao professor e coordenador Gustavo Siqueira, por me ouvir no momento que tanto precisei.

A minha mãe Therezinha Maria Batista Ildefonso, por tudo.

Ao meu pai Celso Carreiro Ildefonso, pelo exemplo de dedicação aos estudos e a capacidade de se reinventar.

Ao meu companheiro Bruno Maciel Becker, por estar ao meu lado favorecendo a intensidade da vida.

Ao meu filho João Ildefonso Clark, minha benção, meu axioma de vida.

RESUMO

ILDEFONSO, Fabrícia Batista. Reconhecimento e afeto na esfera familiar: experiências familiares numa favela carioca. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Filosofia do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A intenção desta pesquisa é realizar uma análise compreensiva sobre o enredo de famílias que vivem numa condição de desrespeito social pela presença forçada de grupos armados na favela, mediante uma cartografia de experiências familiares que indiquem as potencialidades e obstáculos na própria realidade vivenciada, a fim de oferecer uma compreensão que possa favorecer a emancipação dos sujeitos que constituem essa instituição no ambiente mazelado. Esta pesquisa escolhe a opção forte de que a família, considerada esfera formadora da subjetividade da criança e juventude, poderá oferecer o amparo necessário para a experiência de afetividade, e reconhecimento recíproco, essenciais à construção de vínculos sociais. Para tanto, são mobilizados os pensamentos teóricos de D.W.Winnicott e Axel Honneth, no que tange a intersubjetividade constitutiva da identidade pessoal autônoma e social, que tem na família as relações de reconhecimento seminais, no intuito de construir, através do cotejamento entre ambas as teorias, um campo de argumentação que sirva de lente teórica para analisar o objeto empírico construído.

Palavras-chave: Família. Intersubjetividade. Sujeito. Afeto. Ambiente. Vínculos sociais.

ABSTRACT

ILDEFONSO, Fabrícia Batista. Recognition and affection in the family sphere: families experiences in a slum carioca. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Filosofia do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The intention of this research is to conduct a comprehensive analysis of families that live in conditions of social disrespect due to the presence of armed groups in slums, by means of a cartography of experiences indicating the potentialities and obstacles within the reality experienced, in order to offer an understanding that could help the emancipation of the persons that constitute this institution in the environment disrupted. This research chooses the strong option that, considering the family as the essential building sphere of children's and youth's subjectivity, could offer the required support for the affectivity experience and reciprocal recognition, both essential to the construction of social bonds. Therefore, the thoughts of D.W.Winnicott and Axel Honnet are used here in relation to the building intersubjectivity of the autonomous personal and social identity, which have in the family the recognition relations with the purpose of building through the collation of both theories, an argumentation field that could be used as a theoretical lens to analyze the empirical object.

Keywords: Family. Intersubjectivity. Subject. Affection. Environment. Social bonds.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	08
1	QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E REALIDADE EMPÍRICA	14
1.1	Construção da metodologia	14
1.1.1	<u>Aspectos teóricos</u>	15
1.1.1.1	Fundamentos metodológicos da teoria crítica como acesso à realidade empírica.....	15
1.1.1.2	D.W.Winnicott: teoria psicanalítica que encontra fôlego em sua experiência clínica.....	19
1.1.2	<u>Abordagem Sociológica</u>	22
1.1.2.1	Compartilhando experiências.....	22
1.1.2.2	<u>Procedimento metodológico “conversações”</u>	24
1.2	Pesquisando sobre a favela	26
1.2.1	<u>Contexto Sócio-Histórico das favelas da cidade do Rio de Janeiro</u>	27
1.2.1.1	Quanto às origens no cenário urbano.....	27
1.2.1.2	Olhar contemporâneo sobre as favelas no espaço urbano.....	31
1.2.2	<u>Histórico do Complexo da Maré</u>	35
1.3	Apresentação da pesquisa empírica: necessidade de escuta sobre a experiência na favela	37
1.3.1	<u>Conversações iniciadas por aproximações recíprocas</u>	37
1.3.2	<u>Conversações com jovens e mães da favela</u>	40
1.3.3	<u>O projeto social</u>	48
1.3.3.1	Anamnese do Líder.....	48
1.3.3.2	Contribuindo para o seu ambiente social.....	50
1.3.3.3	Início de um movimento após a entrada de um novo líder.....	52
1.3.4	<u>A aproximação da professora</u>	54
1.3.4.1	Olhar da professora.....	56
1.3.5	<u>Minhas observações sobre a favela visitada</u>	59

2	CONSTRUÇÃO TEÓRICA.....	62
2.1	A contribuição de D.W.Winnicott para a questão do afeto.....	62
2.1.1	<u>Desconfiança nas interações sociais.....</u>	62
2.1.2	<u>Processo maturativo emocional: um encontro entre ser humano e ambiente...</u>	69
2.1.3	<u>Sentimento de preocupação para o reconhecimento de si e do outro.....</u>	76
2.1.4	<u>Família: a primeira esfera ambiental de socialização.....</u>	80
2.2	A contribuição de Axel Honneth para a questão do reconhecimento.....	85
2.2.1	<u>Breves considerações sobre o legado da Teoria Crítica.....</u>	85
2.2.2	<u>Reconhecimento intersubjetivo e a constituição da identidade pessoal e social.....</u>	90
2.2.2.1	Reconhecimento como encorajamento afetivo.....	94
2.2.2.2	Reconhecimento nas esferas de sociabilidade do direito e da solidariedade....	97
2.2.2.3	Desrespeito.....	103
2.2.3	<u>Instituição familiar: experiência de afeto recíproco.....</u>	106
3	UMA COMPREENSÃO SOBRE EXPERIÊNCIAS FAMILIARES NA FAVELA.....	111
3.1	Aproximando D.W.Winnicott e Axel Honneth.....	111
3.1.1	<u>Um olhar mais vitalista da relação intersubjetiva arcaica.....</u>	112
3.1.1.1	Ambiente sintônico: a condição para o acontecer ético humano.....	112
3.1.1.2	O mundo subjetivo familiar sustentando o espaço transicional.....	116
3.1.2	<u>Família: o ambiente seminal à experiência de reconhecimento recíproco.....</u>	121
3.2	Um diálogo entre a construção empírica e a construção teórica.....	125
3.3	Potencialidades desveladas.....	134
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS.....	142

INTRODUÇÃO

“Se a gente não der o amor, ele apodrece em nós”.

Manoel de Barros

“Pra viver aqui, tem que ser valente”.

mãe da Maré

Considerando o ambiente hostil dos territórios de favela¹ da cidade do Rio de Janeiro, especificamente, aqueles que são controlados pelo tráfico de drogas², e que, portanto, o cotidiano é visualmente marcado pela presença de indivíduos armados, não há como deixar de refletir sobre a realidade das famílias que criam seus filhos envolvidos por todas as mazelas que essa condição de submissão opera por consequência.

Condição essa que impõe a convivência de crianças e adolescentes, desde muito cedo, com armas de fogo, até mesmo ostentadas por crianças que têm quase o tamanho da própria arma que seguram. Sendo um questionamento urgente: como conseguem essas famílias, criar e constituir a subjetividade de seus filhos com referência a valores éticos?

Além disso, como fazem essas famílias³ para que seus valores sobrevivam, e, ao mesmo tempo, sejam transmitidos aos seus filhos se são invadidas tão bruscamente quando abrem as portas de suas casas? Não há como se distanciar da realidade de um ambiente que se impõe tão fortemente. As crianças e jovens não podem viver confinados, precisam brincar, conversar, estabelecer relações para além de seu grupo familiar, mas, infelizmente, a presença de grupos armados é uma constante em suas vidas.

Nessa trilha, essa pesquisa começou a ser delineada em 2016, quando comecei a trabalhar, como professora e orientadora jurídica no Núcleo de Prática Jurídica de uma faculdade localizada na Avenida Brasil.

¹ Nessa pesquisa optei pelo termo favela à comunidade. Como fica esclarecedor nas palavras de Licia Valladares : “A noção de comunidade supõe uma ideia de união - que nem sempre tem sido características dessas associações e de seus territórios. E assim mascara a diversidade das situações sociais e a multiplicidade dos interesses presentes em uma estrutura frequentemente mais atomizada do que comunitária.” (2005, p.159).

² Lembrar que, embora a realidade do tráfico de drogas nas favelas seja frequente, nem todas as favelas estão submetidas a mesma condição, existindo outros tipos de organizações criminosas como são as representadas pelas milícias.

³ Neste trabalho o olhar está direcionado para a família considerada como toda a formação amorosa entre sujeitos que se dedicam (ou deveriam dedicar-se) a criação de uma criança ou adolescente, e isso inclui famílias monoparentais. No entanto, as teorias eleitas discorrem sobre a família composta por casal e filho.

A faculdade encontra-se situada em uma localidade cercada por conhecidos complexos de favelas, portanto muitos dos alunos são provenientes do entorno. E, como a dinâmica das orientações jurídicas do núcleo favoreceu a minha proximidade com os alunos, após as aulas, alguns deles começaram a me procurar de maneira espontânea para compartilhar suas vivências sobre diferentes assuntos.

Dentre toda sorte de proposições, fui percebendo que a observação sobre viver - ou trabalhar, no caso de policiais – num ambiente marcado pelo tráfico de drogas e seus desdobramentos, transitava pela questão familiar, e se apresentava como uma constante nas falas dos alunos.

Ademais, uma das experiências compartilhadas comigo com maior proximidade, por um dos alunos em especial, me concedeu a possibilidade de me aproximar do projeto social, do qual ele faz parte, e, nesse sentido, pude acompanhar o movimento de pessoas preocupadas com a realidade familiar da juventude da favela em que vivem.

Sendo assim, a pesquisa que apresento é fruto de experiências que fui convidada, por meus alunos, de certo modo, a me envolver, e de elaboração fundamentada em um contato preliminar com fontes teóricas que me levaram a definir a temática de pesquisa, a saber: o desrespeito que estão submetidas as famílias que vivem e criam seus filhos - criança e juventude - no ambiente mazelado por grupos armados nos territórios de favela.

A escolha do objeto de pesquisa também desvela, por outro lado, que a seleção das causas de um fenômeno não está afastada da subjetividade, e dos valores do pesquisador, o que se alinha ao entendimento de Weber. Portanto, a origem da pesquisa social está atrelada a subjetividade como ponto de partida, o que revela aquilo que colocamos luzes na realidade como interesse de investigação.

Posso dizer que além de pesquisadora, falo do lugar que ocupo na sociedade como mãe, o que carrega o cuidado, a afetividade e a responsabilidade que isso representa.

Para melhor esclarecer os contornos da pesquisa, busco apoio na pesquisa empírica, através de “conversações” com pessoas que compõem a rede do projeto social para crianças e adolescentes localizada no Complexo da Maré, comunidade controlada pelo tráfico de drogas, na cidade do Rio de Janeiro. Na tentativa de dar escuta e visibilidade a esses indivíduos, valorizando o estatuto epistemológico da experiência na pesquisa acadêmica.

A pesquisa tem como marco cronológico o comércio de drogas na cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 80 que passou por uma reconfiguração em sua organização e nível de violência, com a presença de facções armadas ostensivamente nos territórios de favela.

Nesta pesquisa será oferecida uma dimensão do real a partir de relatos dos indivíduos que vivenciam essa realidade social específica, do contexto de favela, na metrópole carioca, e, portanto, podemos entender como um avanço na pesquisa jurídica porque desaloja a tradição que se opera no direito quanto à produção de pesquisas que, segundo Falbo:

... não problematizam a condição de cúmplice das teorias do sistema social vigente que elas formulam. Elas se orientam pelo pensamento que atribui ao direito o estatuto teórico de modos de dominação e controle social, que traduzem e refletem necessidades e exigências de determinados grupos sociais na sociedade brasileira” (Falbo, 2015, p.15).

Diante da complexidade da pesquisa proposta, por pretender mobilizar experiências vivenciadas de desrespeito social na pesquisa empírica, a partir da confiança de um conhecimento que se produz na intersubjetividade, valendo-se de um saber compreensivo que “nos una pessoalmente ao que estudamos” (Santos, 2001), entende-se imprescindível abarcar o entendimento do pensamento complexo de Edgar Morin, no sentido de que se “reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões” (Morin, 2014).

Nesse norte, me interrogo sobre o paradigma determinista e essencialista da modernidade, de matriz hobbesiana, o qual considera o ser humano como conflitivo e antissocial, possuindo uma essência a-histórica, e, portanto, imutável, precisando ser domesticado por um processo repressivo. Pensar o indivíduo como preexistente, é desconsiderar sua encarnação no mundo, seu processo de constituição na intersubjetividade, e sua historicidade. É aprisioná-lo a um destino dado *a priori*, eliminando a possibilidade de se construir, politicamente, outras formas que subvertam o modo de poder existente. O direito é entendido como forma de poder que se exerce sobre os homens, tendo a função de controlar essa natureza humana conflitiva estabelecida pelo modelo kelseniano.

A legitimação de pressupostos como inquestionáveis, numa perspectiva de dominação do paradigma, acabou por excluir todas as outras perspectivas de conhecimento do real, o que implicou numa ausência de crítica. No entanto, não estou aqui querendo negar a importância dos pressupostos para a expansão do conhecimento científico, a minha crítica é sobre a pretensão homogeneizante do real, baseada em pressupostos universalizantes, que desconsideram outras formas de pensamento. Até por que a crítica perde sua razão de ser, se nada permanece da estrutura construída pelo paradigma.

Esse modelo de racionalidade científico, segundo Santos, “atravessa uma profunda crise”, que pode ser identificada nas próprias insuficiências dos fundamentos do paradigma, que puderam ser constatados através do aprofundamento e dependência desse saber. Nesse

sentido, a crise do paradigma ocorre, primeiramente, quando as soluções propostas às resoluções das crises surgidas no interior do paradigma não são capazes de resolvê-las, gerando crises mais intensas. Além disso, quando o contexto social e teórico nos permite pensar a insuficiência do paradigma, de modo que seja salutar resgatar outros saberes que foram marginalizados, e que sobreviveram em outros discursos da sociedade (Santos, 1988).

Entendendo que se faz necessária a desconstrução da ideia forjada pelo paradigma da modernidade, de que o sujeito é uma entidade essencial registrada, e desse modo inserido na teoria normativa do direito. De modo que, para subverter esse entendimento de determinação, e ressignificar as identidades forjadas pelas estruturas de poder, devemos pensar que o indivíduo se constitui na sociedade através de interações sociais. Deslocando o pensamento sobre um sujeito solipsista de matriz Kantiana, para um sujeito que se constitui na prática social, e na intersubjetividade.

O primeiro ambiente da criança é o colo da mãe, e no percurso de seu desenvolvimento, a família é o primeiro grupo natural que a criança tem a oportunidade de experimentar a afetividade e estabelecer laços relacionais de cooperação social. Em virtude desta condição relacional, implica reconhecer que o sujeito social emerge da complementariedade e dependência de suas relações, sendo uma composição favorecida pela mutualidade.

O ambiente familiar, sustentado nas interações afetivas e sociais, alicerçará a introdução do ambiente externo em pequenas doses, consubstanciando uma versão simples das relações sociais que advirão. Nas palavras de Winnicott, “a família leva a todo tipo de agrupamentos, agrupamentos esses que vão se ampliando até atingir o tamanho da sociedade local e da sociedade em geral” (Winnicott, 2016, p.136).

O recolhimento de experiências revela-se fundamental para que a realidade dos entrevistados possa auxiliar na crítica da questão temática proposta sobre a experiência e condição de desrespeito social na chave teórica apresentada por Axel Honneth em sua teoria do reconhecimento. Portanto, a pesquisa está circunscrita temporalmente no momento presente, com vistas à análise das condições sociais contemporâneas, pretendendo identificar as potencialidades à emancipação, a partir de uma variável da realidade da metrópole carioca.

O reconhecimento é um processo moral intersubjetivo, pelo qual o sujeito pode se autorrealizar, na medida em que sua participação social é vista pelos parceiros de interação na sociedade como uma propriedade reconhecida.

Nesse sentido, a violação da legítima expectativa do sujeito em sua autorrealização opera a experiência de desrespeito social, configurada por um sentimento de injustiça moral,

porque estabelece impedimentos à liberdade de ação, como também é capaz de ferir a integridade do indivíduo. Essa denegação do reconhecimento significa, segundo Honneth:

A degradação valorativa de determinados padrões de autorrealização tem para seus portadores a consequência de eles não poderem se referir à condução de sua vida como a algo que caberia um significado positivo no interior de uma coletividade; por isso, para o indivíduo, vai de par com a experiência de uma tal desvalorização social, de maneira típica, uma perda de autoestima pessoal, ou seja, uma perda de possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características (Honneth, 2011, p.217).

Já ouvi no meio acadêmico que existe certa desconfiança de alguns moradores de favelas quanto às pesquisas acadêmicas sobre a realidade de seus territórios, e que se sentem como objetos de pesquisa, pois os pesquisadores se beneficiariam, e nada fazem para melhorar a realidade deles.

Encontro interesse quanto à pesquisa sobre famílias por parte de ambos os líderes do projeto social, de modo que eles sugerem as pessoas que eu poderia conhecer, e me contam sobre algumas questões familiares que eles têm observado, na medida em que os meus questionamentos sobre a realidade que eles vivenciam se apresentam.

No caso da minha experiência de pesquisa, tenho percebido disponibilidade, daqueles que comparecem ao encontro, para contar suas histórias de vida, suas observações sobre a realidade vivenciada no seu ambiente de favela. Inclusive observo que algumas pessoas se emocionam ao falar. Além do mais posso perceber que possuem um forte interesse sobre o assunto proposto, a “família”, que deixo em aberto para a construção dos sentidos que os entrevistados possam dar. Inclusive ouvi de um dos “entrevistados” que conversei: “se precisar, pode me chamar de novo, é bom falar sobre a família”! Outra entrevistada, mãe de adolescentes, agradeceu pela escuta: “obrigada, você! Hoje em dia é tão difícil alguém querer escutar”.

No entanto, soube que outras mães foram convidadas pelos líderes do projeto para que eu pudesse conversar, sendo que elas não compareceram ao encontro. E, pelo que percebi nas palavras do líder, seriam as famílias que estão tendo algum problema com o filho, mas ao mesmo tempo, no entendimento dele, não estão comprometidas com a questão evidenciada.

O objetivo central da pesquisa é compreender o enredo de famílias que vivem em condição de desrespeito social pela presença forçada de grupos armados na favela, mediante uma cartografia de experiências familiares que procure identificar as potencialidades e

obstáculos na própria realidade vivenciada, a fim de oferecer uma compreensão⁴ que possa favorecer a emancipação dessa instituição.

Para tanto, na primeira parte da pesquisa, dividida em três capítulos, apresentamos: a construção da metodologia alinhada à aproximação da realidade fenomênica; o pano de fundo construído a respeito do contexto sócio-histórico das favelas cariocas, e; a pesquisa empírica.

Na segunda parte, no capítulo dedicado à contribuição teórica da psicanálise winnicottiana, primeiramente, apresentamos um esboço da psicanálise freudiana que pensa no indivíduo prévio à sociedade, para introduzir a teoria psicanalítica de D. W Winnicott que compreende o sujeito constituído na intersubjetividade, e, assim, desenvolvemos as questões teóricas deste autor que aduz a constituição do processo de subjetividade intrinsecamente dependente do ambiente, colocando luzes sobre o contexto familiar. Ademais, no capítulo destinado à teoria do reconhecimento de Axel Honneth, iniciamos pincelando suas considerações a respeito do legado teórico da teoria crítica, para em seguida desenvolvermos sua teoria da intersubjetividade como reconhecimento constitutiva do sujeito social e autônomo.

A terceira parte destinada a tecer uma compreensão a respeito das experiências familiares na favela pesquisada, primeiramente, apresentamos um cotejamento entre os dois teóricos aludidos, para então desenvolvermos a análise da pesquisa empírica construída.

⁴ Embora a Teoria Crítica, tradicionalmente, utilize do diagnóstico como ferramenta para classificar os problemas e necessidades de determinada realidade social, entendemos que diagnosticar por ser classificatório é autoritário. Portanto, preferimos tecer uma compreensão, pois a pesquisa empírica em "conversações", uma das dimensões do trabalho, se desenvolveu com base em apreensões recíprocas. De acordo com Morin, "a compreensão, sempre intersubjetiva, necessita de abertura e generosidade" (MORIN, 2014, p. 93). Na medida em que o processo de conhecimento complexo "é o que é tecido junto" (MORIN, 2014, p. 89).

1. QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E REALIDADE EMPÍRICA

1.1. Construção da Metodologia

Diante da ênfase colocada nos discursos sobre questões familiares nas primeiras aproximações espontâneas que se fizeram presentes, para desenvolver essa pesquisa, percebi a necessidade de explorar com maior proximidade o mundo dos fatos, num recorte específico e vigente, tendo em vista desvelar as possibilidades e obstáculos à emancipação correntes naquela realidade social específica. Desse modo, a pesquisa empírica se revela fundamental, quando o pesquisador se alinha à perspectiva teórica de que o pensamento só faz sentido quando está ancorado no mundo.

Nesse sentido a metodologia adotada por esta pesquisa foi construída de modo que se alinhasse a forma escolhida de aproximação da realidade, que se consubstancia na pesquisa empírica, iluminada pelo arcabouço teórico e abordagem sociológica mobilizados.

Tendo isso em mente, a dimensão empírica referida ao contexto sócio-histórico, de forma ampla, das favelas da cidade do Rio de Janeiro, e mais especificamente do Complexo da Maré, revela-se fundamental, e fora construída a partir de literaturas especializadas, de maneira que oferecerá o pano de fundo que possibilitará desvelar os sentidos da dimensão empírica construída pelos relatos colhidos, o projeto social, e observações sobre a entrada no campo de investigação.

Sendo assim, um dos objetivos dessa pesquisa é oferecer a sistematização sobre as demandas, problemas e soluções revelados pelos entrevistados através de seus discursos. Como também, produzir uma narrativa sobre as minhas impressões sobre os aspectos da realidade e contexto social que tive acesso em visitas à localidade pesquisada, circunscrita a uma favela específica do Complexo da Maré.

A perspectiva estritamente teórica de análise bibliográfica não seria suficiente para refletir sobre uma realidade tão complexa como a das famílias que vivem num ambiente marcado por organizações armadas, por que, nesse cenário, além de existir uma miríade de contextos familiares, estes são invadidos pelo ambiente em que se encontram, à sua própria

revelia, no entanto, não sendo de maneira inadvertida, pelo fato do engendramento⁵ do ambiente estar tão entrelaçado.

1.1.1. Aspectos teóricos

1.1.1.1. Fundamentos metodológicos da Teoria Crítica como acesso à realidade empírica

Adotou-se a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, pois essa tem por exigência fundamentar na própria imanência do objeto social a compreensão da realidade como ela existe (sem olvidar, nesse ponto, que a própria realidade também é construída por mim) e , desse modo, produzir um diagnóstico crítico que possibilite discernir as forças que operam em determinado efetivo social com vistas à emancipação como tarefa. Sendo a condição emancipatória o critério normativo que ilumina as atualizações da investigação das dimensões da realidade social encarnada, como também, da crítica às teorias sociais propostas.

Nesse sentido, a presente pesquisa está amparada, no que tange ao ponto de vista epistemológico, na tradição de pensamento da teoria crítica de Horkheimer, membro da primeira geração da Teoria Crítica, “cuja obra é vista frequentemente pelos comentadores como a força dominante na formação da teoria crítica ” (RUSH, 2008, p.32).

Horkheimer trouxe frescor intelectual ao Instituto de Pesquisa Social que desde sua fundação em 1923 estava orientado em investigações empíricas de engajamento político, havia escasso interesse nas questões filosóficas dos membros do instituto. Posto isto, Horkheimer incorpora a filosofia social às pesquisas desenvolvidas no Instituto, por divisar a importância de uma teoria social filosoficamente orientada, na compreensão dos fenômenos sociais investigados, além da identificação de outras questões sociais.

Nesse cenário, proposto por Horkheimer, de pensar a filosofia referida às questões sociais, desaninha a maneira que era pensada tanto a sociologia como a filosofia na Europa. Porquanto, revela seu intuito de fundar uma “nova ciência social interdisciplinar, filosoficamente orientada”.

⁵ A forma urbana dos territórios de favela possui tipicamente uma estrutura física concentrada, e delineamento complexo que contribuem para o contato entre a vizinhança, e, por outro lado, incrementam as atividades dos bandos armados que exercem controle sobre a população.

Se o pensamento filosófico- social concernente ao relacionamento entre indivíduo e sociedade, ao significado da cultura, ao fundamento do desenvolvimento da comunidade, à estrutura geral da vida social – em suma, concernente às grandes e fundamentais questões - é deixado para trás como (por assim dizer) os detritos que restam no reservatório dos problemas científicos-sociais, após a retirada daquelas questões que podem ser antecipadas em investigações concretas, a filosofia social pode muito bem cumprir uma função social (...) mas sua fertilidade intelectual terá sido penalizada. (...) Essa concepção (...) tem sido atualmente suplantada pela ideia de uma contínua penetração dialética e pelo desenvolvimento da teoria filosófica e da práxis científica especializada (Horkheimer apud Rush, 2008, p.33).

A história desta corrente intelectual de pensamento é marcada pelo movimento de compreensão da sociedade, buscando a sua transformação, com alicerce nas exigências teórica e metodológica de Marx, na medida em que cabe justificar nas condições presentes da própria sociedade a análise para a constituição de um diagnóstico, e não em ideais concebidos de maneira abstrata.

Nesse sentido, podemos evidenciar que a ocupação teórica premente da ideia de teoria crítica, baseia-se na produção de um diagnóstico que possibilite a superação das condições de dominação. Dessa maneira, há uma prescrição de dedicação quanto ao entendimento das transformações que se operam na dinâmica social com o intento de seguir uma orientação prática.

Horkheimer toma o termo teoria crítica de Marx, e a primeira Teoria Crítica é, obviamente, amplamente marxista. É uma consideração das forças sociais de dominação que torna a atividade teórica inseparável, na prática, de seu objeto de estudo. Em outras palavras, a Teoria Crítica não é meramente descritiva, é uma forma de instigar a mudança social, fornecendo um conhecimento das forças da desigualdade social que pode, por sua vez, orientar a ação política que visa a emancipação (ou, no mínimo, a diminuição da dominação e da desigualdade) (RUSH, 2008, p. 35).

Podemos dizer que esta pesquisa, está mais precisamente referendada ao texto “Teoria tradicional e teoria crítica”, publicado em 1937, ensaio este em que Horkheimer preceitua na forma de um conceito a vertente da teoria crítica contrastando-a à ideia de teoria tradicional (NOBRE, 2013, p.35).

Na visão de Horkheimer, diante das novas condições históricas, não seria possível repetir, simplesmente, as análises exórdias de Marx que colocavam o proletariado como o sujeito universal histórico da emancipação, e, além disso, não seria este o destinatário privilegiado da teoria.

Nesse norte, considerando que a Teoria Crítica tenha, originariamente, orientado sua tarefa nas questões teóricas e práticas levantadas por Marx, a atualização das análises exórdias de Marx é uma inscrição da própria Teoria Crítica, na medida em que se chancelou a necessidade de permanente revisão das relações de dominação diante da constatação de que

o empreendimento de compreensão do tempo presente se perfaz através da exigência de produção de um novo diagnóstico que esteja ancorado na temporalidade existente.

Para Horkheimer, o cenário configurado por Marx quanto à articulação entre teoria e prática não encontrava mais sustentação diante das análises renovadas das condições históricas, e, a partir de então, considerou a necessidade de pensar as relações entre teoria e prática sob outra perspectiva, que demarcasse o lugar da teoria na análise crítica, no que ficou conhecido como *materialismo interdisciplinar*, composto por distintas disciplinas teóricas com o olhar voltado, cada qual em sua particularidade, para a investigação sobre a sociedade em dada situação histórica, com vistas a produzir um diagnóstico de época. Sublinhando que o materialismo interdisciplinar além de operar este diagnóstico “também é fruto do novo diagnóstico de época que a teoria procura formular” (MELO, 2011, p. 253).

A partir do entendimento diagnosticado por Horkheimer, diante das novas condições históricas que distinguia-se do cenário teórico pensado por Marx, o exercício crítico se concentraria, portanto, na teoria, já que ficou diagnosticado que a própria prática encontrava-se impedida.

Nesse sentido, Horkheimer, no texto *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, determina o sítio da teoria no projeto de emancipação, distinguindo a teoria crítica do que ele denominou de teoria tradicional, sendo aquela a descrição de um compromisso com um projeto intelectual.

No modelo tradicional de teoria, o cientista simplesmente observa os fenômenos e determina as suas conexões causais, distanciando-se do sentido que os objetos gozam nas relações sociais, restringindo-os a elementos de uma cadeia causal. Além disso, à teoria não caberia possuir um objetivo prático, na medida em que o cientista social encontra-se apartado em tese do objeto de investigação. Nesse sentido, intencionando expor o funcionamento da sociedade alheio aos valores do cientista quanto ao objeto analisado.

O conceito de experiência herdado de Kant atua centralmente na Teoria Crítica, seguindo uma estrutura reflexiva, em harmonia com o entendimento de que não existe, entre o pensamento e o objeto, equivalência.

A Teoria Crítica está preocupada também em explicar as condições de racionalidade e vê esta tarefa como uma implicação da avaliação de suas próprias limitações racionais (Rush, 2008, p.36).

Para Horkheimer é epistemologicamente fundamental a articulação entre teoria e objeto, enfatizando que a atividade teórica deve reconhecer que as teorias contribuem para a constituição do objeto de estudo, ou melhor, o objeto é impregnado pela teoria, de modo que

o contato com o objeto já contempla uma prévia atividade interpretativa. Como fica sublinhado no entendimento de Rush:

Horkheimer enfatiza esses temas baseando-se em uma linha de pensamento que tem origem em Kant. Para Kant, os traços constantes e universais da subjetividade estruturam a realidade até mesmo em relação a sua percepção. Essa estruturação não acontece sem atrito – a matéria sensível é requerida a fim de ter experiências -, mas qualquer experiência será “constituída” em parte pela atividade discursiva subjetiva. Essa perspectiva Kantiana é aparente nas declarações de Horkheimer de uma das mais distintivas características da Teoria Crítica: sua insistência sobre a natureza inerentemente teórica dos objetos da ciência social e filosofia (RUSH, 2008, p. 40-41).

Rush sublinha que para Horkheimer o modelo tradicional adota uma postura simplista, ao configurar a auto-sustentabilidade do objeto, abstraindo-se da dependência desses da teoria, por pensar que “as teorias “retratam” o mundo; elas não contribuem com ele” (RUSH, 2008, p.40), enganando-se sobre a atividade teórica, entendendo que o estudo dos fatos não possui em sua constituição qualquer contribuição teórica.

Além disso, vale esclarecer que na visão da teoria crítica a configuração da natureza constitutiva do pensamento está guarnecida tanto do reconhecimento da observação impregnada pela teoria, quanto do reconhecimento de que a própria escolha das qualidades do objeto que se quer pesquisar envolve o entendimento de que os conceitos empregados já são direcionados pelos interesses do pesquisador sobre o que se quer compreender no mundo (RUSH, 2008, p.41-42), relacionando conceito e interesse, num momento historicamente determinado.

Nesse sentido, a pesquisa proposta atende às exigências da Teoria Crítica da primeira geração da “Escola de Frankfurt”, ancoradas nas premissas delineadas por Horkheimer, na medida em que busca a observação e compreensão teórica do real, a partir de determinado espaço de ação social, como fundamento para uma possível superação da condição de dominação dentro desse contexto de integração, objeto de investigação. Sendo assim, a reflexão emancipatória se inscreve como um estágio social da crítica.

De modo que são as circunstâncias das relações sociais, determinadas pelo olhar de famílias que vivem no território da favela, que servirão de referência empírica para se pensar o teórico, como também, realizar a problematização da teoria. Sendo assim, estarei recolhendo os discursos sobre as experiências de algum componente da família, como também a minha experiência sobre a experiência e discurso do outro, na medida em que pretendo tecer uma imbricação das experiências, sobre este determinado contexto social. Haverá, portanto, a produção de uma narrativa sobre uma circunstância histórica-social.

Os homens não são apenas um resultado da história em sua indumentária e apresentação, em sua figura e seu modo de sentir, mas também a maneira como

veem e ouvem é inseparável do processo de vida social tal como este se desenvolveu através dos séculos. Os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão receptivo (HORKHEIMER, 1975, p. 133).

1.1.1.2. Winnicott: uma teoria que encontra fôlego em sua experiência clínica

Essa pesquisa tem o intuito de refletir sobre um contexto social específico, num esforço de produzir uma compreensão que contribua para identificar as potencialidades e obstáculos presentes, que estimulem a autonomia e respeito dos indivíduos daquela realidade social.

O programa interdisciplinar instituído pelo Instituto de Pesquisa Social foi o primeiro grupo de estudiosos a convocar o saber psicanalítico para as investigações sobre a sociedade. Nos dizeres de Whitebook, a psicanálise de Freud “incontestavelmente contribuiu com a vanguarda radical que estava transformando quase todos os aspectos da cultura europeia” (WHITEBOOK, 2008, p.105).

Max Horkheimer, inclusive, enquanto diretor do Instituto de Pesquisa Social da Escola de Frankfurt participava da direção do Instituto de Psicanálise de Frankfurt. Aliás, ambos os institutos⁶ ocupavam o mesmo edifício, além de que exímios psicanalistas davam aulas financiadas pelos teóricos da Escola de Frankfurt. O que se conclui que a proximidade entre os institutos se encontrava para além das ressonâncias teóricas (WHITEBOOK, 2008, p.106).

Após a guerra, Horkheimer retorna a Frankfurt e apoia a criação do Instituto Freud numa tentativa de revigorar a psicanálise na Alemanha, inclusive retornando à diretoria do Instituto psicanalítico.

Considerando as pretensões da presente pesquisa, a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth filiada à corrente de pensamento da Teoria Crítica resgata uma tradição que se mostrou operante na Escola de Frankfurt, convocando a teoria psicanalítica para postular sua teoria. Honneth recupera questões da psicanálise heterodoxa do pediatra e psicanalista D.W. Winnicott como base empírica para encarnar sua filosofia política nos contextos relacionais, pensando na constituição da subjetividade do indivíduo na mutualidade fundante.

⁶ A contribuição entre ambos os institutos propiciou pesquisas interdisciplinares, como Autoridade e Família. Sendo o primeiro estudo empírico que integrou a teoria psicanalítica à Teoria Crítica, “para investigar a relação entre desenvolvimentos sociológicos e fenômenos psicológicos” (ibidem, p. 106).

Winnicott, por sua vez, encontrou fôlego na própria experiência clínica para construir sua teoria, portanto, seu método de investigação partiu da aplicação do método psicanalítico freudiano na vivência do seu ofício clínico. Nesse sentido, é uma teoria construída a partir de uma realidade empírica.

Winnicott, psicanalista, proclamava sua filiação à teoria psicanalítica freudiana, tanto como raiz de sua produção teórica, quanto no bojo de sua prática clínica. Sendo assim, caminhou com Freud no que diz respeito ao método clínico desse, que oferece um arranjo peculiar de observação, na medida em que o analista através da escuta busca acolher a singularidade do outro. Vale esclarecer, que a escuta do analista não é desprovida de teoria, esta favorece a compreensão do sujeito-analisando, na medida em que amplia os sentidos daquilo que é dito, e escutado.

Winnicott utilizava da Teoria Psicanalítica como instrumento de pesquisa, e sobre essa perspectiva escreveu:

Dentro do contexto psicanalítico há lugar para uma infinita variedade de experiências e se de várias análises emergem certos fatores comuns, então podemos fazer reivindicações definidas” (WINNICOTT apud DAVIS e WALLBRIDGE, 1982, p.29).

A Teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott se desenvolveu, explorando, em parte, a história do indivíduo de maneira verbal sobre aquilo que é não verbal, evidenciando em suas observações os primórdios da infância. O que revela, desse modo, um período do desenvolvimento humano que nos conecta a todos.

Para tanto, procurou descrever a natureza humana, convocando a experiência de vida de sua audiência e leitores, como também, a própria experiência do autor era somada para conduzir ao entendimento do que ele teorizava, o significado da infância na vida dos seres humanos. De modo que, o “seu método de comunicação se deve tanto a superposição da experiência” (DAVIS E WALLBRIDGE, 1982,p.29).

Nesse sentido, portanto, podemos evidenciar que para o autor a experiência humana era fundamental para a compreensão da realidade. A sua própria teoria foi construída a partir de suas experiências, como fica sublinhado através de suas afirmações de que pelo trabalho e suas “experiências clínicas” as ideias eram “forçadas a ele” (DAVIS E WALLBRIDGE, 1982, p.30).

Além disso, considerava a presença da subjetividade do pesquisador, como observador, inserida na própria investigação, e isto não significava que estava circunscrito ao entendimento sobre os efeitos do observador sobre o que é observado, a isso somava-se o

entendimento de que a natureza humana do observador interferia na compreensão daquilo que é pesquisado. Como fica evidente em suas palavras:

Não apenas os fenômenos da natureza humana de outras pessoas, mas também de nós mesmos(...) Com nossas mentes estamos examinando as próprias mentes que usamos e, com nossos sentimentos, estamos examinando nossos sentimentos. Isto é como examinar num microscópio com seu próprio poder elevado (WINNICOTT apud DAVIS e WALLBRIDGE, 1982, p.29).

A partir, portanto, da própria experiência observada na clínica, Winnicott desenvolveu sua singular teoria⁷ que não teve a pretensão de formular um sistema, tendo, inclusive, afirmado que sua proposta de teoria são “hipóteses que funcionam”. Sendo assim, indicava que a teoria estava distante de ser a expressão de uma verdade.

Nesse sentido, para compreendermos a formação de sua teoria, há de termos em mente os fatos que a compõem, sendo estes observados por Winnicott, tanto em sua clínica pediátrica, quanto na clínica psicanalítica com pacientes de idades distintas. Experiências estas iluminadas pela teoria psicanalítica que era constantemente atualizada por suas observações compostas na prática clínica.

Nessa medida a observação direta de seus pacientes se revela como o ingrediente fundamental de sua construção teórica, consubstanciada em 40 anos de clínica no Paddington Green Children’s Hospital, em que reuniu, nos primeiros 25 anos, 20.000 casos clínicos, nas palavras do autor, “...a observação clínica direta... foi efetivamente a base de tudo que eu elaborei em uma teoria ...” (WINNICOTT apud DAVIS e WALLBRIDGE, 1982, p.35)

Na Segunda guerra Mundial, a experiência de evacuação foi enfrentada por Winnicott, que assumiu a Consultoria de Evacuação, trabalhando com crianças que sofreram desintegração da vida familiar (WINNICOTT, 2002, p.XI).

Clare Winnicott, sua esposa, relata, na introdução do livro *Privação e Delinquência*, a maneira como Winnicott construiu algumas de suas teorias que deram origem aos artigos que compõem o aludido livro.

Winnicott registrava a situação de cada criança de maneira muito criteriosa, como também tomava anotações sobre os estresses sofridos pela equipe, em ato contínuo às sessões em que eram discutidos os casos com os membros desta. De acordo com essas sessões

⁷ Segundo Plastino, a compreensão de Winnicott sobre teoria como produção de conhecimento “é muito próxima do que se entende atualmente por teoria da complexidade, para a qual o conhecimento é uma forma de articulação, sempre renovada de múltiplas experiências de conhecimento e teorização. Articulação na qual é imprescindível resistir sempre à tentação de acreditar na possibilidade de formular um sistema racionalmente lógico capaz de dar conta da totalidade do real. A prevenção contra essa postura narcisista se exprime na obra de Winnicott através do reconhecimento da existência e do valor do paradoxo. Nela – como na epistemologia contemporânea – o paradoxo não caracteriza um erro da razão - como na concepção moderna – mas um limite dela” (PLASTINO, 2014, p.35).

elaborava algumas teorias, que ficaram marcadas pela provisoriedade, diante das exigências das circunstâncias que se defrontavam (WINNICOTT, 2002, p. XIII).

No entanto, fica demonstrado o quanto a sua construção teórica estava atrelada à própria experiência empírica, o que coloca luzes sobre seu método de investigação.

Conseqüentemente, da condução desse breve resgate da construção da teoria winnicottiana, podemos tentar um arremesso quanto à análise desse método de produção teórica da psicanálise, dizendo que se trata de um modelo crítico no que tange a exigência de reflexão, pois a própria teoria foi atualizada na singularidade dos desdobramentos do contexto clínico que ocorrem numa prática, não sendo, portanto, uma ciência empírica que pretende inventariar e descrever os fenômenos.

Nesse contexto podemos evidenciar que a prática psicanalítica, que ocorre numa relação pautada pela intersubjetividade, e ornada pelos afetos, visa à emancipação dos impedimentos do indivíduo, o que leva o analista-teórico a uma constante reflexão sobre o fenômeno que advém da prática clínica, realizada na imbricação entre prática e teoria.

1.1.2. Abordagem Sociológica

A condução desta pesquisa está assentada na empreitada de revelar algumas facetas da realidade social investigada, buscando a construção de um objeto empírico, que será compreendido através da lente teórica construída mediante o arcabouço teórico mobilizado. De modo que possibilite o conhecimento do caráter polissêmico de um pedaço do contexto social que é investigado. E para fazer frente a essa investigação exige-se a construção de uma metodologia que tenha como horizonte uma abordagem sociológica que revele as dinâmicas sociais desse contexto que foi escolhido como recorte.

1.1.2.1. Compartilhando experiências

A configuração das aulas práticas do Núcleo de Prática Jurídica me permitiu uma aproximação com os alunos de modo que se sentiram à vontade em compartilhar ao término

das aulas algumas de suas observações sobre situações vivenciadas por eles nas favelas que compõem o entorno da faculdade, onde muitos deles vivem ou trabalham.

Nesse norte, essa pesquisa teve início, em 2016, numa verdadeira intenção de acompanhar processos, e, portanto, não foi estabelecida uma temática, a princípio, o que se revelou adequado, de modo que possibilitou identificar a questão fulcral que permeava os discursos num primeiro momento, a saber: o ambiente mazelado pelo tráfico de drogas operando sobre a dinâmica familiar que possui crianças ou jovens em sua estrutura nos territórios de favela.

Portanto, nesse primeiro momento o material empírico será apresentado através de uma breve narrativa produzida por mim sobre as experiências relatadas nas conversas espontâneas.

Vale sublinhar que algumas conversas foram empreendidas com maior acuidade num segundo momento, após a escolha da temática, na própria faculdade, mas com a preocupação de que fossem escolhidos moradores, e, no caso dos dois policiais de UPPs, trabalhadores do Complexo da Maré.

Um dos alunos, em especial, começou a se aproximar com o intuito de contar sobre a nova situação familiar vivida, pois havia trazido seu sobrinho de 14 anos para viver em sua casa, no Complexo da Maré, com sua família composta por três filhas e esposa.

O adolescente foi retirado de seu ambiente domiciliar, como relatou o tio, por ter se envolvido com o tráfico de drogas do local em que vivia, de modo que, numa operação policial que ocorrera na localidade, entrou em confronto com policiais, atirando em um deles, e por consequência, posteriormente, fora delatado por um morador à polícia.

Nessas circunstâncias, tive a oportunidade de acompanhar suas preocupações e inseguranças sobre a nova - e breve - realidade familiar, além das condutas pedagógicas e vigilantes que ele estava adotando com o adolescente, que inclusive eu tive a oportunidade de conhecer mediante visita ao meu local de trabalho.

Como a rotina do aposentado ficou dedicada ao sobrinho, ele o inseriu num projeto social comunitário direcionado ao futebol para jovens moradores da favela, que existe há quase vinte anos, por exclusiva dedicação de um morador da comunidade. E, a partir dessa convivência com o projeto, inicia-se uma forte amizade com o líder originário do projeto, e, concomitantemente, seu percurso como líder do projeto social.

As experiências dos meus alunos que foram compartilhadas comigo, me trouxeram a oportunidade de acompanhar com proximidade os sentimentos⁸ que permeavam suas vivências. Ademais, a partir da relação que se teceu entre mim e o aluno, através de uma demanda por contar por parte dele, e da minha demanda de escutar, me senti convidada para me aproximar da realidade de famílias da favela em que ele vive, e, nesse sentido, acompanhar as relações que se formam a partir do projeto social, e observar a rede de pessoas preocupadas com a própria realidade familiar que vem se ampliando após a entrada de mais um líder.

1.1.2.2. Procedimento metodológico: “conversações”

Por estar aberta aos processos que as relações podem conduzir, o aluno que me referi anteriormente ao compartilhar sobre a própria experiência familiar com o seu sobrinho foi fundamental para eu acompanhar a dinâmica familiar do morador de favela, e a relação que foi se formando entre o aposentado, hoje, líder, e o líder originário do projeto comunitário de futebol que seu sobrinho frequentava no Complexo da Maré.

Desse modo, após estabelecer uma temática para a pesquisa, entendi que a aproximação com o projeto social comunitário de futebol seria um local de favorecimento dessa investigação, na medida em que poderia ter contato com as distintas realidades das famílias que criam seus filhos num ambiente que preocupa os familiares.

No entanto, essa aproximação, num primeiro momento, ocorreu através dos relatos sobre questões familiares que o líder do Projeto social, meu aluno, observava, e compartilhava comigo, o que possibilitou respeitar o meu tempo de elaboração sobre a sustentação quanto ao interesse na pesquisa, e uma ambientação à distância - e ao mesmo tempo tão próxima, já que a faculdade está localizada em frente ao Complexo da Maré, o que as separa são as pistas da Avenida Brasil - se revelou essencial para a pesquisa qualitativa quando da minha entrada em campo.

Sendo assim, a minha entrada no campo de investigação, no caso dessa pesquisa, a favela, teve que respeitar o momento em que eu sentisse que não estaria invadindo a realidade

⁸ Embora as pessoas, que vivem na favela, circulem normalmente pelo seu espaço, pois precisam viver suas vidas, percebi que existe uma preocupação permanente nos relatos de alguns dos entrevistados sobre estar sendo observado pelo tráfico, além da presença das armas de fogo, inclusive com crianças e adolescentes nas bocas de fumo, ou circulando em motos, ser uma mácula do cotidiano. Como fica evidenciado nesse relato: “quando você vai e volta já é vigiado, e quando você se envolve com essas pessoas (traficantes), você acaba tendo vários olhos sobre você... qualquer hora da manhã, da noite, ou da tarde você vê (a arma)...tem dias que se você não sai da rua é atropelada... andam na rua (de moto) na velocidade da luz, se você não sai da frente, você morre, porque não vão parar pra você não”.

do outro, e, nesse sentido, me sentisse concernida a participar do projeto social de futebol que existe por tamanha dedicação do líder originário. Portanto, o estabelecimento de uma relação de confiança entre as partes se revelou precípuo para a condução dessa pesquisa.

Antes da minha entrada em campo, o líder do projeto comunitário de futebol, que existe há mais de 20 anos no Complexo da Maré, me visitou na faculdade em que eu trabalhava, e tecemos uma longa e aprazível conversa a respeito de sua vida familiar na favela.

Somente após essa conversa, marquei de visitar a comunidade para tentar conversar com algumas pessoas. Portanto, o acesso à realidade que essa pesquisa se propôs investigar, foi feito mediante as observações apresentadas a respeito de questões familiares do cotidiano que os líderes vinham identificando com base na relação de proximidade que possuem com os jovens que frequentam o treino do projeto social de futebol, e pessoas que conheci a partir das relações estabelecidas por eles que vivem em contexto familiar.

No momento em que foi encontrada a possibilidade de entrar⁹ em campo, o objetivo da entrada ocorreu a partir da necessidade evidenciada durante a pesquisa de observar a dinâmica do local, a favela, em que os fatos familiares ocorrem. Portanto, o interesse na pesquisa de campo foi estabelecido no sentido de observar com o intuito de compreender a realidade das famílias que convivem em seu cotidiano com grupos armados pela atividade do tráfico de drogas, além de estabelecer “conversações”, com destino de recolher informações sobre a realidade vivenciada pelas famílias dessa localidade.

Como encontrei ressonância nos líderes do projeto sobre o estatuto família, as aproximações encaminhadas por eles para as conversas já encontravam uma abertura, e, foram iniciadas com propostas que denomino de “facilitadoras”, a saber: “me fala como foi crescer na favela”; “me fala como é criar seus filhos na favela”. E, em outros momentos, as pessoas sabiam do meu interesse no assunto, e, simplesmente, contavam suas experiências.

Tive a oportunidade de conversar com mães, adolescentes, os dois líderes do projeto social que, inclusive, são pais, professora de escola pública no Complexo da Maré, e jovens adultos.

Nesse norte, a metodologia utilizada contemplou a técnica de entrevistas¹⁰, além do que aqui denomino como “conversações”¹¹, pois foram conduzidas através de entrevistas

⁹ Essa abertura para a entrada em campo de investigação deve ser sublinhada, de modo que se não tivesse ocorrido, o percurso escolhido para a pesquisa teria que ser outro, distinto da observação do local onde os fenômenos acontecem.

¹⁰ Aqui podemos marcar o tipo de entrevista escolhido como despadronizada ou não-estruturada. De acordo com literatura especializada, nesse tipo de entrevista: “O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de explorar mais amplamente uma questão. Em geral

abertas, combinadas à conversação, e conversas informais, tendo como fio condutor a temática estabelecida.

Segundo Maturana, a existência humana acontece no espaço relacional do conversar, sendo um entrelaçamento do linguajar com a vivência das emoções – num contínuo emocionar – porque fluímos de interações com o outro. O que nos leva a inferir que o humano só existe na coexistência das interações, e na intersubjetividade, de modo que somos seres que buscamos por compreensão. “Portanto, para entender o que acontece numa conversação, é preciso prestar atenção ao entrelaçamento do emocionar e do linguajar nela implicado” (MATURANA, 2004, p.32).

O material empírico será apresentado através dos relatos gravados nas conversas quando o acesso foi oportuno. Como também apresentarei narrativas sobre as conversações que ocorreram, e que, no entanto, a situação não foi oportuna à gravação.

Não farei uma apresentação exaustiva das “conversações”, a minha intenção é oferecer relatos e descrições, que comparecem com maior regularidade, sobre as dinâmicas familiares que pude ter acesso, e que possam, portanto, revelar um possível sentido a respeito da experiência dessas famílias que encontra lugar nessa pesquisa. Ademais, apresentarei os processos relatados que estão em curso no projeto social pesquisado.

Nesse norte, os relatos recolhidos serão submetidos à análise de conteúdo, explorando os sentidos no contexto das falas, no que tange perseguir uma compreensão das experiências compartilhadas. Além disso, cabe sublinhar que as descrições através da minha narrativa, sobre o que ouvi, tentará uma aproximação com o vocabulário usado pelas pessoas com as quais conversei.

A constituição de uma cartografia¹² da dimensão processual fenomênica das famílias, com a intenção de revelar sentidos sobre as experiências desses indivíduos, percorrerá um saber compreensivo. E, nesse norte, procurará identificar possíveis potencialidades nas

as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 197)

¹¹ No trabalho denomino de “conversações” porque está para além de uma conversação efetuada de maneira metódica como fica contemplada pela técnica de entrevista, apontando para a própria singularidade das interações que acontecem entre pessoas envolvidas por afetos.

¹² A cartografia não tem um projeto de mapeamento de território. Nesta pesquisa, a cartografia percorrerá um sentido de acompanhamento de processos na dimensão da experiência. Segundo o entendimento de Suely Rolnik: “Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa: representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem... acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido- e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornam-se obsoletos” (ROLNIK, 2011, p.23).

próprias vivências da realidade acessada, a despeito da condição de submissão estabelecida pelo ambiente.

Na pesquisa empreendida através de “conversações”, tive acesso às pessoas que encontravam ressonância na necessidade de preservar o seu ambiente familiar como um valor precípuo em suas vidas. Exatamente aquelas mães que procuraram compartilhar seus problemas com os líderes do projeto de futebol, numa tentativa de resolver as questões pontuais que identificaram em seus filhos, pois estão preocupadas com a criação deles.

1.2. Pesquisando sobre favela

1.2.1. Contexto sócio-histórico das favelas da cidade do Rio de Janeiro

1.2.1.1. Quanto às origens no cenário urbano

Embora as favelas apresentem uma realidade bem distinta do que remonta ao seu surgimento no cenário urbano, vale trazer uma contextualização sócio-histórica das origens do processo de favelização como forma urbana na paisagem da cidade do Rio de Janeiro, marcada por lutas urbanas pelo acesso à cidade, o que revela o protagonismo da população favelada¹³.

Os cortiços que surgiram na segunda metade do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, e, por consequência, as medidas políticas adotadas com o intuito de erradicá-los, e banir as camadas populares da região urbana, apontam para o início do surgimento das favelas na paisagem carioca, como decorrência da política higienista.

Em 1893, alguns habitantes expulsos dos cortiços alugaram terrenos no Morro da Favella – originariamente denominado de Morro da Providência¹⁴ -, e construíram seus

¹³ Atualmente, as favelas são consideradas um fenômeno tipicamente urbano, no entanto, durante a primeira metade do séc XX eram consideradas “um verdadeiro mundo rural na cidade” (VALLADARES, 2005 p.22).

¹⁴ Aliás, “o “tipo-ideal” foi construído a partir do Morro da Providência... a esses espaços se associaram representações que serviriam para identificar a favela: ocupação ilegal situada nas encostas dos morros ou em bairros relativamente centrais, com moradias precárias, sem infra-estrutura nem serviços urbanos. O favelado, o morador de favela, passou a simbolizar o migrante pobre, semi-analfabeto, biscateiro, incapaz de se integrar e se adaptar ao mercado de trabalho da cidade moderna, industrial. A expressão “favela é igual a pobreza” logo se

barracos utilizando materiais remanescentes da demolição de cortiços. A essas primeiras construções, portanto, faltavam o atributo da ilegalidade, característica que é atrelada às construções das favelas¹⁵ (GONÇALVES, 2013).

Cabe sublinhar que a própria legislação urbanística apregoando a demolição dos cortiços, para deixar a região central esvaziada das camadas populares, incentivava a ocupação dos morros que cercavam o centro da cidade. Portanto, apresentava-se como alternativa para alocar a mão de obra necessária nas adjacências. A respeito dessa questão sublinhada Rafael Soares Gonçalves sustenta:

...observamos que é irrefutável a influência da lei na produção do espaço urbano. Ao determinar os parâmetros específicos de ocupação da cidade a lei suscita expectativas, exerce influência sobre as decisões de investimento e de apropriação do espaço pelos diferentes atores sociais... a legislação urbanística no Rio de Janeiro contribuiu para a consolidação da ideia de que era necessário “limpar” as regiões centrais de suas classes populares. Esse processo foi progressivamente implementado pelas sucessivas reformas urbanas da primeira metade do século XX. Em contrapartida, essa mesma legislação tolerou a ocupação dos morros que não atraíam pelo menos no primeiro momento, o interesse do mercado imobiliário. Como bem ressalta Sydney Chalhoub, ao final da era dos cortiços, a cidade do Rio de Janeiro entrava definitivamente no século das favelas (GONÇALVES, 2013, p.50).

O processo de expansão das favelas durante as primeiras décadas do século XX acompanhou a dependência às zonas centrais, onde se concentrava o mercado de trabalho, e a tolerância quanto à ocupação dos morros pelo poder público. E, assim, as favelas tornam-se um elemento importante de acomodação da população no espaço urbano carioca, no lugar dos cortiços¹⁶, diante da omissão de uma política de habitação popular.

Além disso, a percepção sobre o fenômeno social da favela acompanha a noção de classes perigosas representadas pelos cortiços, aparecendo nos jornais como localidades onde habitavam criminosos. O que revela o olhar considerado na época, sendo responsável,

tornou consenso, compartilhado pelo meio acadêmico e político, e difundido pela mídia” (PRETECEILLE & VALLADARES, 2000, p.377).

¹⁵ A despeito desse fato histórico sublinhado, não cabe determinar de forma precisa o surgimento das primeiras favelas, já que existem outros registros históricos apontando a existência de barracos em outros morros da cidade, como sublinha Licia Valladares: “A Quinta do Caju, a Mangueira e a Serra Morena também datam do século XIX e são todas anteriores ao Morro da Favella. O povoamento de tais zonas começou em 1881, nada provando que tenha resultado de uma ocupação ilegal. Tanto na Quinta do Caju quanto na Mangueira, os primeiros habitantes não parecem originários do mundo real brasileiro, pois eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, permitindo supor que o seu estabelecimento nessas áreas tenha sido autorizado (VALLADARES, 2005, p.26).

¹⁶ Licia Valladares a este respeito sublinha que “a favela passa, então a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres. Para ela se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade, dando a perceber que o debate sobre a pobreza e o hábitat popular – já desde o século XIX agitando as elites cariocas e nacionais – fará emergir um pensamento específico sobre a favela do Rio” (VALLADARES, 2005, p.28).

portanto, pelos mecanismos institucionais centralizados na noção de patologias sociais, que, por consequência, contribuíram para a representação de espaços de exclusão apartados da cidade civilizada.

Mas também podemos inferir que, desde então, já estavam esses espaços situados numa ordem distinta, demonstrando a incapacidade do Estado para gerir as questões sociais relacionadas à expansão desordenada das favelas, que deixavam ao talante de chefes locais os poderes de resolução de conflito através de uma espécie de direito local. Como citado por Rafael Soares Gonçalves:

Benjamin Costallat faz também alusão à questão: “E a Favella, que não conhece polícia, não conhece impostos, não conhece autoridades, conheceu Zé da Barra e a ele teve que obedecer. E Zé da Barra ficou sendo o chefe incontestável da Favella!” Esse autor explica também que Zé da Barra impôs seu status de chefe pela violência e por múltiplos arranjos com os poderes públicos (GONÇALVES, 2013, p.77-78)¹⁷.

Essa falta de interesse político quanto ao enfrentamento da crise habitacional urbana e seus aspectos sociais, utilizando de uma política de tolerância, mas sem reconhecimento desses espaços no tecido urbano, relegando-os a provisoriedade e precariedade, revela a luta das camadas populares por acesso à cidade, limitadas no exercício da cidadania. De modo que as classes desfavorecidas não eram objeto da reflexão quanto ao seu pertencimento no espaço urbano¹⁸.

O aumento populacional na década de 1920 na cidade do Rio de Janeiro, e a expansão do mercado imobiliário, contribuíram para o pensamento político de erradicação das favelas. De modo que, com o projeto de modernização e embelezamento da cidade nos moldes de um urbanismo mais ávido de propostas europeias, influenciada pela valorização do capital econômico das elites cariocas através da valorização da cidade, não haveria, por certo, espaço para a favela nessa paisagem.

¹⁷ O autor também destaca trecho do jornal Correio da Manhã: “A Favella é um dos logares mais afamados do Rio. É o logar onde reside a maior parte dos valentes de nossa terra, e que, por ser o esconderijo da gente disposta a matar, por qualquer motivo, ou, até mesmo, sem motivo algum, não tem o menor respeito ao Código Penal nem à polícia, que também, honra lhe seja, não vae lá...” (Correio da Manhã, 5 de julho de 1909 citado por GONÇALVES, 2013, p.88).

¹⁸ Em síntese sobre esse arremesso, Rafael Soares Gonçalves diz: “ Se a condição precária e provisória das favelas sempre legitimou sua erradicação pelos poderes públicos, essa foi, em compensação, a razão pela qual uma parte das camadas populares conseguiu ter acesso ao dinamismo das regiões centrais, anulando – pelo menos em um primeiro momento, e de maneira certamente relativa – os efeitos nefastos da especulação imobiliária. A apropriação do espaço definido pelas favelas acabou se tornando progressivamente um desafio social de importância maior no Rio de Janeiro. As favelas se tornaram ao mesmo tempo territórios de integração de grande parte das classes desfavorecidas e, paradoxalmente, de exclusão dessa mesma população. Embora a legislação ainda não tivesse definido de forma precisa um conceito jurídico para as favelas, as representações sociais foram pouco a pouco consolidando sua descrição como territórios fora da lei” (GONÇALVES, 2013, p.81).

O plano Agache¹⁹ de 1930 determinou um conceito de favela pela primeira vez em um texto oficial, definindo-as como “espécie de cidade-satélite” que dependiam do resto da cidade, e, portanto, distanciadas desta, não sendo circunscritas aos territórios dos morros, e consideradas como espaços insalubres (GONÇALVES, 2013, p.98). Nesse contexto, segundo Rafael Gonçalves:

As favelas foram, portanto, progressivamente qualificadas como uma realidade homogênea, o que tornava legítima uma política destinada a erradicá-las de forma definitiva. Se bem que as condições socioeconômicas, espaciais e históricas variassem consideravelmente de uma favela para outra, essa forma de abordagem mostra que a ideia de associar sistematicamente a questão favela à ilegalidade começava a se impor (GONÇALVES, 2013, p.99).

No entanto, o cenário político mudou com a Revolução de 1930, forjando-se numa maior conexão com as camadas populares, estabelecida por Vargas. Nesse sentido, a nomeação de Pedro Ernesto para prefeito da cidade favoreceu um diálogo com as políticas do governo revolucionário. O prefeito abandonou a administração pautada na técnica, nos moldes anteriores, implementando uma expansão dos serviços públicos e reformas sociais, no intuito de inaugurar uma maior influência sobre as massas.

Por certo, a lei eleitoral de 1932 aumentou o número de eleitores, e, portanto, foi estabelecida a necessidade de uma administração mais voltada para as camadas pobres da sociedade. Pedro Ernesto consolidou suas práticas clientelistas ao perceber a força política das favelas na cidade. Sendo, ele, o primeiro a reconhecer a existência de fato das favelas, não reduzindo-as a política de tolerância, de modo que afastou as políticas de remoção, além de assumir que seriam uma resposta ao problema da moradia.

Essas medidas contribuíram para consolidar a posição das favelas no cenário urbano, e o reconhecimento da necessidade de melhorar as condições de vida dos moradores, no entanto, não foram suficientes para integrá-las definitivamente à cidade. Como sublinha Rafael Gonçalves:

A era Pedro Ernesto acabou finalmente trazendo à luz o debate acerca da consolidação das favelas no Rio de Janeiro, mas não conseguiu sobrepujar as representações sociais que opunham frequentemente os moradores das favelas aos demais cidadãos da cidade (GONÇALVES, 2013, p.111).

O Código de Obras de 1937 percorreu traços imprecisos sobre a situação das favelas, ao tecer um texto ambíguo que, simultaneamente, trata do controle quanto à expansão das

¹⁹ Licia Valladares destaca que o plano de Agache contempla uma preocupação sobre as causas do fenômeno urbano favela percebendo que “elementos exteriores à pobreza, como as dificuldades burocráticas de acesso à moradia, são também fatores explicativos do apelo das favelas... Sua maneira de compreender o problema, de perceber o social, marca um avanço em relação aos observadores precedentes, chegando a perceber os processos de constituição dos laços sociais nas favelas inclusive a emergência de atividades econômicas”(VALLADARES, 2005, p.48).

favelas já existentes, de modo que as reconhece em sua existência, como também, estabelece a necessidade de eliminação desses espaços (VALLADARES, 2005, p.53). Além disso, preconiza “um conceito jurídico oficial para tipificar as favelas, associando-as à desordem, à precariedade e à ilegalidade, retomando, assim, alguns princípios jurídico-políticos de há muito invocados, notadamente em relação aos cortiços” (GONÇALVES, 2013, p.120).

Nesse contexto, podemos inferir a respeito do direito como produtor de representações sociais capazes de obscurecer o entendimento sobre o acesso à cidadania de determinadas camadas sociais, e de estabelecimento do não direito, na medida em que a existência desses espaços sociais é definida pela precariedade e ilegalidade.

1.2.1.2. Olhar contemporâneo sobre as favelas no espaço urbano

O discurso relativamente hegemônico que lançam representações sobre uma cidade dualizada pelo impacto da globalização no âmbito econômico, que refletiria tanto na espacialidade social urbana, quanto na estrutura sócio-econômica, são imagens que não se confirmam quando falamos da cidade do Rio de Janeiro, e de suas favelas. Na medida em que a estrutura social complexa e heterogênea de nossa metrópole, revela uma realidade não dualizada do espaço urbano e da sociedade. Sendo as classes médias um dos fatores responsáveis pela complexidade do espaço social, já que:

Exercem o papel de relais entre as pontas da estrutura socioespacial, estabelecendo ligaduras com as classes operária e popular, evitando a polarização entre espaços inferiores e superiores... O estado do espaço social da metrópole do Rio de Janeiro ainda permite pensar que a luta pela cidadania real e ativa, pela intervenção pública reguladora e provedora de serviços, pela cidade como bem coletivo essencial à reprodução da vida, interessa ao vasto conjunto social formado pelas classes média, operária e popular (ROBEIRO, 2000, p.96).

Em estudo feito sobre o conjunto do espaço social da região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo por objetivo identificar o “lugar real da favela” dentro dessa dimensão espacial, cotejadas ao conjunto social, permitiu verificar que:

Há, portanto, de ter cautela diante dessa associação que vem sendo feita por inúmeros autores, e pela mídia em geral, entre favela e exclusão social... de modo algum podemos assimilar favela a espaço de exclusão social, uma vez que as favelas não se distinguem assim tão fortemente do conjunto do tecido urbano e que as situações de pobreza urbana extrema são mais frequentes fora das favelas. Convém insistir no fato de as favelas não corresponderem, tanto quanto se pensa, a áreas tão distintas das outras áreas da cidade (sobretudo se comparada a outros espaços pobres, como os loteamentos da periferia metropolitana). E também no fato de os pobres que residem nas favelas não serem todos iguais, havendo fortes sinais de

heterogeneidade dentro da pobreza (PRETECEILLE & VALLADERES, 2000, p.399-400).

Além disso, poderíamos inferir a inadequação de se atribuir uma identidade ao favelado, como se existisse um modo de vida típico comum nos espaços favelados, e, o pior, como se a favela condicionasse o comportamento dos seus moradores. Reafirmando o discurso higienista contra os locais de habitação das camadas populares, que atrelavam as infecções às questões morais, que influenciaram a própria organização da sociedade.

Na medida em que se reconhece a diferença entre a realidade das favelas, e a diversidade das situações nas análises sociológicas, “devemos falar em favelas no plural e não no singular” (p.398), já que existem diferenças quanto à qualidade do equipamento urbano, da condição da ocupação e do perfil sócio-econômico (p.398). Como adverte Licia Valladares:

Falar da favela no singular tem implicações importantes, por exemplo, a adoção da homogeneidade como pressuposto, e o desinteresse pela diversidade, de tal maneira que as diferenças internas ao mundo das favelas se tornam automaticamente secundárias. Ocultam-se a diversidade, a pluralidade das formas, das relações e das situações sociais. A evolução sistemática de um tipo-ideal ou de um arquétipo é recorrente nos discursos sobre a favela carioca. Assim “a” favela é obrigatoriamente um morro, uma zona ocupada ilegalmente, fora da lei, um espaço subequipado, lugar de concentração dos pobres na cidade. Numa mesma denominação genérica, a palavra favela unifica situações com características muito diferentes nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social (VALLADARES, 2005, p.152).

E no que tange a realidade interna, existem muitas diferenças de situações, e relações, sociais e econômicas no mesmo espaço, que podem ser constatados nas construções habitacionais e no comércio existente do próprio morador da favela, o que aponta para a diversidade dos estratos sociais (PRETECEILLE e VALLADARES, 2000, p.376)²⁰.

Com relação ao entendimento sobre o tipo-ideal construído de que a favela seria o espaço de concentração da pobreza²¹ no cenário urbano, como se existisse uma unidade dos espaços favelados, se verifica desatualizado quando se comparam as favelas, e as favelas e os demais bairros pobres do conjunto social urbano (PRETECEILLE e VALLADARES, 2000, p.398).

²⁰ A esse respeito, Preteceille & Valladares sublinham estudo pioneiro de Machado da Silva (1967) “que chamou a atenção nos anos 60 para a diversidade social presente na favela carioca. Naquela época a presença de uma “burguesia favelada” que então controlava os recursos como água e luz na favela, além dos cargos nas Associações de moradores, já se fazia sentir”(PRETECEILLE e VALLADARES, 2000, p.397).

²¹ Licia Valladares adverte que “a importância atribuída à identificação entre as favelas e a questão da pobreza urbana acabaram por transformar em uma faca de dois gumes relativa à defesa dos menos favorecidos. De fato, a representação das favelas como espaço dos pobres por excelência, se é que traz para elas algum benefício, deixa na sombra os outros setores da cidade, bastante numerosos, e talvez ainda mais carentes, com grande necessidade de investimentos públicos, como os loteamentos irregulares, subúrbios pobres ou certas partes degradadas das zonas centrais”(VALLADARES, 2005, p. 160).

A despeito dessa evidência quanto à distribuição da pobreza na metrópole, o que particulariza a realidade das favelas cariocas é o fato de existirem conflitos devido a presença do tráfico de drogas²², e seus grupos ostensivamente armados. E, nesse sentido, por consequência, deixa seus moradores reféns da violência de duas forças armadas, a polícia e os grupos de traficantes.

O processo de redemocratização do regime político acabou por ser concomitante à transformação na organização do crime em escala transnacional, elevando drasticamente o comércio de cocaína no país, nos anos 80, operando lucros exorbitantes, e a intensa entrada de armamentos (ZALUAR, 1998, p.210).

Elizabeth Leeds sublinha que:

Tais percalços das transições democráticas e os efeitos deletérios das transições econômicas coincidiram... com o desenvolvimento do que poderíamos denominar a primeira empresa multinacional da América Latina e sua forma genuína de integração econômica : a produção, o processamento e a distribuição de cocaína (Quijano,1993). O estágio e a forma dessa empresa variam de país para país, mas, em todos eles as consequências políticas e econômicas das atividades ligadas a cocaína atingiram sobretudo os segmentos econômicos aos quais se negaram os benefícios da transição democrática (LEEDS, 1998, p.234).

Nesse norte, o comércio varejista de drogas²³ no Rio de Janeiro passou por uma reconfiguração em sua organização e nível de violência, com a presença de facções armadas ostensivamente nos territórios de favela. Segundo Luke Dowdney:

A rentabilidade da cocaína resultou na militarização excessiva dos grupos armados, para controlar e defender as bocas e, mais tarde, as comunidades onde se localizavam. Apesar do dinheiro gerado pela venda da droga ter se tornado uma importante fonte de renda, que estimula o desenvolvimento econômico local dentro das comunidades de favelas, a ampla maioria do lucro não circula na comunidade e vai para o dono da boca e os matutos, que geralmente vivem fora da favela (DOWDNEY, 2003, p.32).

Todo esse cenário prejudicou a vida no interior das comunidades de favela, havendo uma mudança no relacionamento entre moradores e traficantes, no que tange: ao respeito dos valores familiares; não empregavam crianças armadas no tráfico²⁴; os traficantes não

²² Vale sublinhar que embora a realidade do tráfico de drogas nas favelas seja frequente, nem todas as favelas estão submetidas à mesma condição, existindo outros tipos de organizações criminosas como são as representadas pelas milícias.

²³ Como destaca Elizabeth Leeds, nas favelas “o tráfico de drogas, sobretudo maconha, já existia há décadas, sendo a “boca-de-fumo” uma constante da vida na favela. Mas o poder propiciado pelos ganhos financeiros obtidos com a cocaína conferiu ao narcotráfico uma importância sem precedente na vida econômica e política da comunidade” (LEEDS, 1998, p.239).

²⁴ Luke Dowdney adverte que “...antes das mudanças no comércio de varejo da droga no Rio, no início e meados dos anos 80, crianças já estavam envolvidas, em níveis variados, na venda de drogas no interior da comunidade. Empregar ou não crianças no tráfico no período antes das facções dependia de quem vendia drogas na comunidade, e de sua opção pessoal sobre a utilização de trabalho infantil...Ainda que empregadas antes do surgimento das facções, as crianças não eram armadas e costumavam receber “presentes” em vez de dinheiro, ou um salário fixo, em troca de seus serviços”(DOWDNEY, 2003, p.120).

transitavam armados aparentemente, e não vendiam drogas abertamente ; os traficantes não usavam drogas, e não deixavam que usassem drogas na comunidade (DOWDNEY, 2003, p.35-36). Além disso, sublinha:

O envolvimento crescente de crianças e adolescentes armados afetou a noção de criança como grupo diferente merecedor de proteção contra a violência. Os traficantes da época pré-facções eram mais preocupados com a necessidade de proteger as crianças, evitando que presenciassem pessoas usando drogas ou que corressem algum perigo (DOWDNEY, 2003, p.38).

Além disso, no caso da cidade do Rio de Janeiro, a organização do tráfico de drogas em distintas facções²⁵, nos territórios de favelas, corrobora para a forte militarização destas, na medida em que os conflitos por conquista e defesa do controle dos domínios dos espaços são uma constante no mercado de drogas.

Cabendo aqui colocar luzes sobre os moradores comuns das favelas que vivem nessas circunstâncias de “contiguidade territorial inescapável” com esses grupos armados que para garantir o exercício de sua atividade econômica, submetem²⁶ essas populações a um forte controle social, construindo obstáculos maiores ao acesso à cidadania²⁷.

Elizabeth Leeds sublinha que:

Protestar contra a violência e corrupção da polícia em manifestações coletivas é permitido pelas regras do processo democrático...Mas protestar contra a violência dos grupos de traficantes significa pôr em risco a própria vida e acaba por dividir e destruir a ação coletiva no âmbito local. Portanto, o clima de medo imposto pelos traficantes destrói o senso de coletividade. Essa tensão nas relações intracomunitárias tem graves consequências para a viabilidade da participação popular, em nível local, na democratização (LEEDS, 1998, p.252).

Esses bandos armados que pertencem ao tráfico de drogas aproveitaram dos engendramentos históricos de manutenção da ordem estruturados nos territórios de favela para

²⁵ “A organização da facção no ambiente de favela baseia-se na necessidade de vender droga aos clientes, de defender a boca de fumo contra invasões de facções rivais ou de batidas policiais e de invadir os territórios de outras facções” (DOWDNEY, 2003, p.46).

²⁶ Rafael Soares Gonçalves sublinha que “entre as diferentes restrições impostas aos favelados pelas facções criminosas, podemos citar, por exemplo, a expulsão de famílias com a invasão e posse de suas casas, as diversas ameaças contra os empregados das concessionárias de serviços públicos, ou, ainda, o impedimento da entrada de certos funcionários públicos nas favelas, como, por exemplo, os oficiais de justiça. Além da imposição de todos esses cerceamentos, os traficantes impõem a lei e a ordem no interior das favelas, exercendo muitas vezes o papel de justiça local” (GONÇALVES, 2013, p.316).

²⁷ Embora o poder público tenha transferido algumas funções públicas para as associações de moradores, essas acabaram impossibilitadas de representar os moradores, transfigurando-se, muitas das vezes, em agenciadoras entre traficantes e poderes públicos, tornando-se inoperantes no seu atributo reivindicativo social. Rafael Gonçalves destaca que: “Tal situação não incentiva a penetração de serviços públicos nestes espaços, reproduzindo, de certa maneira, a mesma prática política de reservar às favelas serviços precários, distintos daqueles existentes nas demais áreas da cidade. Em vez de lutar pelo acesso a direitos, as associações de moradores acabam se focalizando mais nas suas reservas de mercado, contribuindo, paradoxalmente, contra a instalação de serviços públicos de qualidade nas favelas” (GONÇALVES,2013, p.317-318).

ancorarem o controle sobre sua população. O que revela a incapacidade dos poderes públicos de representarem esses cidadãos, configurando, portanto, o resultado da omissão do Estado.

Vale ressaltar que há décadas as favelas estão envolvidas em relações clientelistas²⁸ como forma de receber algum benefício ou serviço por parte de políticos em troca de votos nas eleições.

Por outro lado, o entendimento de que a justiça formal não funciona para eles, moradores de favela, acabou fazendo com que parte dessa população aceitasse a justiça informal oferecida pelos traficantes (LEEDS, 1998, p.243).

A respeito dessa ausência de alternativas estatais, que viabilizaram, por consequência, a instauração de um sistema de “reciprocidade forçada” para garantir a convivência ordenada dessas localidades, além de assegurar a prática de mercado ilegal do tráfico, Luke Dowdney destaca:

...as facções da droga não podem ser vistas como um estado ou poder paralelo, que seja alguma ameaça à manutenção do governo ou do Estado. Como o controle que exercem se deve à incapacidade do governo de estar plenamente presente na favela, as facções podem ser vistas como “presença simultânea” em relação ao controle sociopolítico das populações faveladas, mais do que como “poder paralelo” em oposição ao estado (DOWDNEY, 2003, p.72).

Nesse sentido, Machado da Silva descreve o fenômeno da “sociabilidade violenta” que organiza e estrutura as interações sociais mediante a submissão do outro às relações de força no cotidiano das favelas. Sendo, portanto, uma ordem social instituída, baseada na imoralidade das ações, que desconsidera afetos e princípios éticos.

Para os “portadores” da sociabilidade violenta, “o mundo constitui-se em uma coleção de objetos (af incluídos todos os demais seres humanos) que podem ou não ser apropriados de modo a servir aos desejos pessoais” (SILVA, 2008, p.42).

Esse cenário provoca, por consequência, o confinamento dessas populações mediante a adesão tácita de uma “lei do silêncio” que se impõe pela ameaça da integridade física e moral. Portanto, além de corromper os laços de vizinhança pela presença da desconfiança, isola-os do convívio social com aqueles que vêm de fora dos seus territórios circunscritos.

A dupla inserção que caracteriza a vida dos moradores de favela, tanto como participantes da ordem estatal, quanto da sociabilidade violenta, de acordo com Machado da Silva revela que:

²⁸ Como destaca Rafael Soares Gonçalves: “A lógica da concessão de fatores individuais ou coletivos procurava desmobilizar a população, dificultando a emergência de reivindicações pautadas no acesso a direitos. Ao mesmo tempo que asseguram certa paz social, essas práticas dificultam a construção de laços horizontais de solidariedade social, e acabam se transformando em um singular elemento de bloqueio de qualquer iniciativa mais progressista de mudança social” (GONÇALVES, 2013, p.162-163).

... continuam a viver uma vida “normal”, porém à custa de uma enorme atenção e um diuturno esforço adicional destinado a garantir a continuidade das rotinas, permanentemente ameaçadas pela proximidade da sociabilidade violenta organizadas como subalternas que são à ordem estatal, mas sob a condição de serem impedidas de se apropriarem coletivamente da “outra parte” desta mesma normalidade cindida (SILVA, 2008, p.45).

1.2.2. Contexto histórico sobre as origens do Complexo da Maré

A região da Maré, originariamente, era formada por manguezais e pântanos, e participava da Enseada de Inhaúma, onde o primeiro núcleo populacional era composto por pescadores que viviam na Praia de Inhaúma.

A Maré²⁹ fica localizada às margens da Baía de Guanabara, na Zona Norte da cidade. Três das principais vias expressas da cidade passam por essa região, a saber: Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha.

A formação do Complexo da Maré teve início com o fenômeno da periferização, a partir da Revolução de 1930 que acelerou o processo de industrialização, levando as empresas de grande porte para os subúrbios da cidade. Acompanhando essa expansão industrial, e o próprio movimento migratório para os centros urbanos, camadas da população se dirigiram para essas localidades, e ocuparam de maneira precária as áreas da Enseada de Inhaúma, em virtude da impossibilidade de acesso às áreas da região da Leopoldina que tiveram valorização imobiliária dos terrenos.

A consolidação da ocupação dessa região ocorreu em grande medida pela construção da Avenida Brasil em 1940, posto que muitas pessoas que trabalharam em sua construção se estabeleceram nas mediações. Além disso, com a inauguração da importante via, em 1946, muitos empreendimentos foram instalados na região. Nesse norte, podemos destacar as construções da Refinaria de Manguinhos, em 1954, além da Cidade Universitária, como favorecedoras da ocupação (p.82).

O Complexo da Maré^{30, 31} é constituído, atualmente, por 16 comunidades, numa área de extensão de 4,3 quilômetros quadrados, sendo o maior aglomerado de favelas da cidade do

²⁹ Para aprofundamento sobre interesses relacionados ao Complexo da Maré: NOBREGA, Edson Diniz; BELFORT, Marcelo Castro; RIBEIRO, Paula. Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

³⁰ “As nove comunidades originais da Maré são: Conjunto Marcílio Dias, Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau que se

Rio de Janeiro, tendo em torno de 130.000 habitantes, de acordo com o Censo de 2010. É delimitado como XXX Região Administrativa³².

A comunidade mais antiga da Maré é o Morro do Timbau³³, que significa “entre águas”, de acordo com a expressão tupi *thybau*, aludindo à geografia do local composta por manguezais com um único terreno sólido no meio, o morro (p.26).

A favela Nova Holanda é a última das comunidades originais do Complexo da Maré, e foi construída como Centro de Habitação Provisória – CHP³⁴, na década de 60³⁵, e acabou por estabelecer-se como favela.

1.3. Apresentação da pesquisa empírica: necessidade de escuta sobre a experiência na favela

1.3.1. Conversações iniciadas por aproximações recíprocas

estendiam margeando a Baía de Guanabara, da Penha a Bonsucesso. Entretanto, apesar de partilharem o mesmo fenômeno histórico que lhes deu origem, sua integração não foi homogênea em razão da distância espacial entre alguns de seus núcleos de ocupação e também de suas especificidades históricas constitutivas” (p.82).

³¹ Outras sete comunidades constituem a Maré, foram erguidas mediante intervenções do poder público municipal e federal, a partir do final da década de 70 até o ano 2000, são elas: Vila do João, Conjunto Esperança, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro, Conjunto Novo Pinheiro, Bento Ribeiro Dantas e Conjunto Nova Maré (p.83).

³² Disponível em www.rio.rj.gov.br/web/cvl/ra Acesso em 29/08/2018.

³³ Segundo pesquisadores do Núcleo de memória e identidade da Maré, no processo de formação do Morro de Timbau foram identificados “dois núcleos de ocupação distintos: o Núcleo Praia de Inhaúma, que está vinculado ao processo de ocupação mais longo da antiga freguesia de Inhaúma, e outro do Morro do Timbau, área seca e mais elevada, que foi mais recente e está vinculado ao processo de periferização e precarização da população o Rio de Janeiro” (p. 27).

³⁴ Os CHPs seguiram os moldes dos Parques Proletários que tinham caráter provisório erigidos na década de 1940. A construção dos Parques Proletários seguiu as diretrizes do Código de Obras de 1937, e foi implementado pela administração do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945). Licia Valladares destaca que “essas iniciativas não foram simples operações de realojamento provisório. Não se tratava apenas de retirar as famílias dos espaços insalubres das favelas, fornecendo-lhes novas moradias de acordo com regras sanitárias. O objetivo era também dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios modificassem as suas práticas, adequando-se a um novo modo de vida capaz de garantir saúde física e moral. As moradias dos parques proletários eram concebidas como moradias provisórias, um hábitat de transição, para assegurar a integração posterior dos habitantes à vida urbana”(VALLADARES, 2005, p.62). O que revela um olhar civilizatório sobre essas populações faveladas.

³⁵ Rafael Soares Gonçalves sublinha que: “ Segundo os recenseamentos decenais do IBGE, a população das favelas do Rio de Janeiro havia dobrado entre 1950 e 1960, passando de 169.305 a 337.412 favelados. Essa expansão desmensurada das favelas, conjugada a política pública de tolerância precária desses espaços, contribuiu para o surgimento de grandes tensões sociais. As práticas clientelistas tinham, até o momento, desempenhado o papel de moderadoras do conflito social...no início dos anos 1960, entra na cena política a possibilidade de reformas estruturais da sociedade brasileira, incluindo, nesse diapasão, uma nova reflexão sobre a ocupação do espaço urbano. A moradia popular se tornou uma prioridade pública...” (GONÇALVES, 2013, p.205).

Apresentarei os relatos de quatro alunos que considerei significativos para a origem dessa pesquisa. Dois policiais que trabalham em favelas das proximidades da faculdade que fazem parte de complexos de favelas distintos, e dois moradores do Complexo da Maré, sendo eles, uma moça de 25 anos e um aposentado. Os quatro relatos saem de quatro favelas distintas, cujas realidades possuem o efetivo do tráfico de drogas operando ostensivamente no cotidiano. Nas favelas, as quais os policiais trabalham, existe a atuação de Unidade de Política Pacificadora (UPP)³⁶. Todos verbalizam com muita naturalidade a respeito da presença do tráfico operando com proximidade na vida da favela.

O primeiro policial contando sobre operações que participa na favela que ele trabalha, relatou sobre uma operação em que esteve em situação de confronto com adolescente do tráfico de drogas, sendo este atingido, inclusive perdendo um membro. O jovem foi socorrido e levado para o hospital.

No dia em que compareceu à audiência judicial do adolescente, o pai desse jovem aproximou-se do policial para agradecê-lo pelo ocorrido, dizendo que ele tinha dado ao seu filho a “oportunidade de recomeçar uma nova vida”. O pai, além disso, contou que tinha um comércio na comunidade, que era trabalhador, e não concordava com as escolhas do filho de 16 anos. Falou que brigava com o filho por conta disso.

Hoje o rapaz, após cumprir a medida sócio-educativa, retornou para a favela, onde o policial ainda trabalha, e se tornou um dos chefes do tráfico, segundo ele.

Desse relato, gostaria de colocar luzes sobre a fala do pai, que encontrou um sentido apaziguador no fato, mesmo diante de um trauma pela perda de uma parte do corpo sofrida pelo filho. O que revela o sentido dado às palavras do pai? A “oportunidade de recomeçar” de um adolescente, que ainda deveria estar sob os cuidados e responsabilidade dos pais, em tese. Colocando, além disso, o adolescente como responsável exclusivo pelas próprias escolhas. Por que não impedir o filho?

Podemos pensar, também, a partir desse enunciado proferido pelo pai, a respeito da própria anuência quanto à incapacidade de sustentar a desejável autoridade, num ambiente em que forças adversas operam com tanta proximidade sobre sua interação familiar. De modo que esse pai agradece pelo infortúnio, e reconhece a renúncia do seu filho aos valores, que ele como pai em tese preconiza.

Além disso, pelo que foi contado, o infortúnio não foi suficiente para modificar os rumos do filho, que retornou para o tráfico.

³⁶ As Unidades de Política Pacificadora (UPP) foram inauguradas em 19 de dezembro de 2008 pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Outro jovem policial que trabalha numa UPP de favela, também, do entorno da faculdade, fez observações a respeito de situações em que destacou o papel de mães que dizem não querer seus filhos no tráfico de drogas, e, no entanto, ou vão buscar o dinheiro diretamente na boca de fumo com seus filhos, ou participam do tráfico como “olheiras”.

O policial relatou que observavam dois irmãos adolescentes que trabalhavam para o tráfico na favela, sendo que um dos meninos foi preso. Os policiais avisaram para a mãe tirar o seu outro filho do tráfico, caso contrário ela teria ele preso também. Ela respondeu aos policiais que não queria seus filhos no tráfico, que já havia mandado o seu filho sair. No entanto, numa outra ocasião viram a mãe pegando dinheiro com seu filho que estava armado na boca de fumo.

Desse relato é importante pensar sobre a responsabilidade das mães na criação de seus filhos. E, pensar sobre a anuência familiar como possibilidade de continuidade na prática sublinhada. Por outro lado, também, delimitam as mães que endossam a conduta reeditada pelos filhos, afastando-as da grande maioria das famílias que vivem suas vidas nesse ambiente hostil pela presença das armas empunhadas para a defesa da atividade comercial ilegal.

Embora a observação do policial demonstre a conservação de uma relação que se perfaz em família, ao mesmo tempo, retrata as tentativas de mediação com a mãe para resolver a situação observada. O que revela mecanismos de resolução que são concebidos no cotidiano das favelas que funcionam em posição insular ao prescrito pelas operações policiais que incrementam o desrespeito vivenciado pelas populações desses territórios

Uma de minhas alunas, moça jovem, que mora com seus pais no Complexo da Maré desde que nasceu, inclusive a sua mãe também foi criada naquela localidade na casa em que moram até os dias de hoje, contou que embora tenha crescido em berço evangélico, sua irmã aos 12 anos “revirou a cabeça” e “se perdeu com um bandido, aliás, com vários bandidos”, no caminho para a escola, mesmo que os seus pais fossem vigilantes e cuidadosos com a criação. Ela afirma que sua irmã “se envolveu nesse meio por causa das amigas”. No entendimento dela “a criação ajuda, mas se a pessoa não sabe o que quer para a vida, não adianta”,

Além disso, destacou que para “as meninas” é um troféu ser mulher de bandido, porque eles desfilam pela comunidade como se fossem os “maiorais”, com fuzil, dinheiro, carro, e que isso chama a atenção de muitas meninas. E completa dizendo: “como aconteceu com a minha irmã, então eu senti de perto”.

No entanto, hoje em dia sua irmã é casada, e tem filhos com um “bom rapaz trabalhador”. Retornou ao “lar evangélico”. E conta que sua mãe tem “crises de nervos” até hoje, que foram desencadeadas à época dos problemas que passaram com sua irmã.

O desrespeito infringido por traficantes às meninas que moram na favela compareceu de maneira recorrente nos relatos das mulheres. Sendo considerado um abuso, pois não respeitam os valores dos pais dessas meninas que são seduzidas pela força de rapazes armados. Como defender suas filhas nessa situação em que a integridade de todos é ameaçada?

Esse relato também evidencia que os valores morais cultivados pela família além da dedicação aos preceitos religiosos não foram suficientes para construir laços sólidos que sustentem o convívio familiar em tenra idade. E coloca luzes a respeito da sedução operada pelo poder, pois marca a presença da alegoria sedutora do consumo que só o poder financeiro opera. As palavras da moça revelam o sofrimento de sua mãe ao se sentir impotente para sustentar a proteção que vislumbrava na criação de sua filha.

O relato do pai de família que levou seu sobrinho de 14 anos para morar com sua família é bem significativo das dificuldades e efeitos exercidos pelo ambiente mazelado. Após o menino, que estava envolvido com o tráfico de drogas em outra localidade do Rio de Janeiro, ter entrado em confronto com policiais, e ter sido apontado por morador da comunidade como o autor dos disparos, teve que se mudar para a casa do tio na Maré. O policial da localidade, que ele vivia, falou que sabia que o tio do menino, morador da comunidade, era trabalhador, e exigiu que o menino se mudasse, para ele não continuar envolvido com os bandidos, pois de outro modo não sobreviveria.

O tio me contava sobre todos os cuidados dedicados ao sobrinho, e da forte vigilância sobre ele. No entanto, embora existisse uma verdadeira dedicação para introduzi-lo ao ambiente de sua família, eles tiveram muita dificuldade em encontrar ressonância no menino para o afeto dedicado a ele. Depois de alguns meses, descobriram que o jovem estava escondendo objetos furtados, o que foi muito doloroso para todos que habitam a casa, já que eles não viam necessidade do menino estar fazendo aquilo, por estarem se esforçando para proporcionar em sua criação tudo que ele precisava. Levavam para a escola, pagaram professora particular, incentivaram nos esportes, proporcionaram alimentação e vestimentas.

Eu acho que ele não estava preparado para tudo isso. Eu acho que a família, foi tudo muito para ele. Ele não deu abertura para nós entrarmos, ele não deu valor.

No que tange a convivência da família com o sobrinho, os relatos evidenciam o esforço para proporcionar cuidado e afeto ao menino, e, ao mesmo tempo o sofrimento pelo sentimento de não encontrar aberturas para a recepção da dedicação da família no rapaz que já havia passado por experiências de violência. A esposa do meu aluno me falou que num

esforço para fazer o menino compreender seus sentimentos disse pra ele: "eu posso te dar o meu coração, mas mais do que isso, o meu sangue, não".

Vale ressaltar que o menino convivia e brincava com os meninos que pertenciam ao tráfico de drogas da localidade em que vivia, mas não fazia parte das atividades do bando no início, mesmo com fortes laços de amizade com o grupo. No entanto, após a morte de sua mãe, começou a executar as tarefas da prática delitativa. Seu pai, mesmo morando nas imediações, nunca exerceu o papel paterno.

1.3.2. Conversações com jovens e mães da favela

Eu moro aqui e a dez metros da minha casa tem uma boca de fumo... desde pequeno, então, é lidar com o tráfico, desde quando saiu do ventre da sua mãe. Você lida com o tráfico o dia inteiro, dia e noite, sol, chuva, entendeu? Você vê tudo que acontece... Eu nunca vi quando morreu alguém graças a Deus, mas você sabe, você escuta os tiros, você vê os meninos correndo...

Esse relato representa a realidade vivida por moradores e suas famílias no contexto de favela que têm o tráfico de drogas operando cotidianamente nas portas de suas casas. As crianças crescem entendendo que as armas ostentadas e toda a dinâmica operada pelas facções fazem parte do seu ambiente imediato, sem ter ainda a capacidade de compreender o que tudo aquilo representa.

O morador jovem traz a experiência singularizada em sua fala, mas, logo em seguida, demonstra ao falar “você” o sentimento de que todos compartilham da mesma condição de submissão à vida imposta pelo tráfico, num cenário de violência e de ameaça à integridade. Além disso, demonstra que à sua própria revelia tem que lidar com essa situação desde que nasceu.

Pela sua segurança é melhor evitar esse tipo de amizade, eu não vou dizer que não falo com um ou com outro, porque a gente cresceu juntos (disse que cumprimenta apenas com um “oi”) eu nunca fui de parar para conversar...se ele escolheu o lado errado, aí já é a cabeça dele...mas se você parar para conversar com esse tipo de gente, na cabeça das pessoas você tá dando confiança... parou porque tá comprando droga, parou porque é mulher dele, porque tá com interesse em algo, nunca é pensamento positivo, é sempre pensamento negativo, então se puder evitar melhor.

A jovem em sua fala revela que existe a preocupação em construir fronteiras entre ela e as pessoas que conviveu e se socializou, e que, portanto, fazem parte de sua história, mas optaram pela realidade do tráfico. Esta necessidade de estabelecer distanciamento demonstra a desconfiança que está sujeita aos olhos dos demais moradores que também não pertencem ao

tráfico, precisando ratificar a não participação com a criminalidade. Nesse sentido, ela expressa que existe um sentimento de que está sendo vigiada diariamente, e que as condutas adotadas de afastamento as deixam mais segura em sua vida em comunidade.

Você viver em comunidade, se você não quer se envolver com esse tipo de pessoa, você vive a sua vida, fecha os olhos e os ouvidos pra muita coisa.

Se vier a ter filho eu não quero ter filho ali dentro não, não é discriminação com a comunidade, porque eu gosto do lugar que eu vivo (nasceu na comunidade)...mas não é o local que seria apropriado para criar uma criança, ali você é visível a muita coisa, você é visível a muitos olhos... se eu puder sair de lá eu vou fazer de tudo o possível, se caso não, aí a gente tenta criar de modo que a comunidade não venha a encher os olhos dele, mas se tiver outro meio, eu prefiro sair...então é batalhar né?

Nesse relato de outra jovem fica realçado o olhar dado para o ambiente da favela em que vive. Embora ela tenha vínculos afetivos por ter nascido e crescido na comunidade, ela compreende que não é um ambiente saudável para criar crianças. E sublinha que entende que conseguiu crescer incólume ao contexto mazelado, mas o ambiente insalubre é motivo de preocupação à formação da personalidade.

A insegurança sentida devido à proximidade com as bocas de fumo nas vidas das famílias que se esforçam em preservar seus valores e deveres morais aparece de maneira geral nos relatos. As mães falam a respeito da forte vigilância que devem ter sobre seus filhos com relação às amizades tecidas na comunidade, enfatizando a situação de criminalidade vivenciada, e demonstrando o anseio de que seus filhos orientem suas vidas de acordo com os preceitos e regras morais dominantes da sociedade. Existe uma preocupação constante das famílias, que eu tive acesso, com a educação moral de seus filhos, no sentido de prevenir possíveis interações com os traficantes, querendo deixar claro que são diferentes deles, e que não são coniventes à situação vivenciada.

Minha maior preocupação na educação dele, é que eu tenho muito medo do envolvimento, já sabe o que eu quero falar (tráfico), é a minha preocupação mais, é essa, envolvimento com a vida do crime. Porque hoje em dia se conta nos dedos os que são direitos... aí que vem mais preocupação (porque está na sua porta).

da minha porta você vê um monte de bandido tudo armado de fuzil, fumando, cheirando, não têm mais o respeito... fico de olho nele.

No outro dia minha filha (adolescente) estava voltando da escola, e cruzei com ela conversando com um daqueles garotos (do tráfico). Segurei no braço dele, e falei que ela não estava sendo educada pra ficar de papo com ele, que não queria ele parando ela. E meti a mão nela em casa.

Da minha casa eu já vi os mais velhos chamar os mais novos para assaltar, para trabalhar na boca de fumo, e muitos vão. Eu vejo garoto mais novo que ele (seu filho adolescente) de fuzil, sentado numa moto ostentando... se botar um cordão, celular, e um fuzil, acham que isso é tudo. Os meninos são chamados e vão pelo tênis, celular, fuzil e cordão.

Quando a mãe relata sobre as condutas praticadas pelos traficantes aos olhos de todos, e que “não têm mais o respeito” está realçando que se sente violada em sua subjetividade diante dessa condição forçada de convivência, e, além disso, evidencia que a situação de incivilidade piorou, pois não existe qualquer tentativa de dissimular as atividades ilícitas ou de respeitar preceitos sociais dominantes.

As falas manifestam que existe uma preocupação quanto ao poder de sedução, que não equivale à sedução efetiva, com relação à vida que os traficantes levam aos olhos dos jovens em formação, desafiando as normas da sociedade, ostentando armas, e consumindo drogas. Além de oferecer como modo de vida o tributo ao consumo de objetos caros. Numa idade tão delicada e, na maioria dos casos, aberta às experiências, a preocupação das mães aumenta pela própria convivência forçada devido à presença das bocas de fumo composta por jovens, muitas das vezes conhecidos dos filhos em relações de amizade. Uma das mães, inclusive, relatou que quando seus filhos adolescentes ficam “um tempo de papo” com os colegas que estão na boca de fumo, sai logo para chamá-los. Não consegue proibir os filhos de se relacionar com os “meninos”, mas não gosta que eles conversem, porque as pessoas (da própria comunidade) podem falar algo a respeito dos seus filhos, que não condiz com a verdade.

Eu já vi meninos de oito anos vendendo droga, meninos de nove anos com pistola na mão. Eu fico olhando... cadê os pais dessa criança que não tem pulso firme... quando são adolescentes, digo dezessete, dezoito anos, você como mãe tem um certo poder sobre ele, mas você não vai conseguir segurar... mas quando o menino tem 8 anos, você consegue tomar as rédeas.

As amizades nesse meio crescem demais, é uma força, é igual elo, pra quebrar demora... é muito da criação, é muito do pensamento.

Um primo meu tinha entrado para o tráfico (o menino tinha 10 anos), motivo, a gente não sabe, porque a condição que ele tinha, era uma condiçãozinha boa... e o pessoal do tráfico ensina tudo pra você, desde o momento de vender, de limpar a arma, o momento de atirar, tudo eles ensinam. E o meu primo uma vez tava sentado (na esquina), e tinha um garotinho na frente dele... (meu primo) tava limpando a arma, e a arma destravou, a arma atirou no menino... e o garoto morreu. Meu primo foi expulso da favela... voltou porque mudou os meninos do tráfico.

...(os meninos) não vão muito pela necessidade, vão pela facilidade que o tráfico dá. Porque você ganha muita coisa de mão beijada, não é todo dia que tem operação, não é todo dia que sai para combate, entendeu? Vira e mexe, uma vez na vida, e outra na morte que tem operação (policial)... tem muita coisa fácil, às vezes você não precisa nem sair da cadeira que você está pra ganhar o seu dinheiro...

O que eles estão vendo... a arma, o dinheiro, o luxo, a vaidade, como eles se portam, como as pessoas se portam com eles... o que tem na cabeça desses meninos? Eles só pensam: eu quero isso pra mim.

Na comunidade tem muito convite, tá indo pra escola, sempre tem um, vamo ali pegar um relógio, vamo ali pegar um celular, muitos meninos entra de bucha na

estória, que nem eu ia entrar, não sabia nada de malandragem, tava sendo convidado... Vai ficar andando aí descalço aí, bota uma nike no pé, pô, bota um cordãozinho de ouro. Então isso acaba enchendo o olho das crianças, que não têm um discernimento, e uma mãe em casa e um pai para puxar.

As pessoas que tive acesso revelaram nas conversações que a despeito de viverem constrangidos pela condição de submissão, buscam levar suas vidas de maneira isenta de aproximações com a criminalidade, pautando suas vidas em seus valores afetivos e morais, de modo que tentam ter uma rotina normal. Em certos momentos expressam que existem diferenças entre as famílias deles que se preocupam com a educação dos filhos, daquelas que não têm essa preocupação precípua. Mas acabam lembrando no meio da conversa sobre alguma família amiga que mesmo tendo zelo, perderam seus filhos para o tráfico. Além disso, não compreendem que seja a falta de condições econômicas o motivo da adesão à “sociabilidade violenta”, inclusive entendem que se associam pelo poder ostentado e a facilidade para ganhar dinheiro e obter bens de consumo como fica expresso nas falas. Mas também revelam que as aproximações ocorrem mediante interações de amizade entre os jovens.

No entanto, como podemos inferir através dos relatos acima apresentados, tratam-se de crianças e adolescentes que se relacionam com outros da mesma faixa etária que já estão na boca de fumo no seu local de moradia, portanto, tendo contato inicialmente através de relacionamentos afetivos com o grupo de colegas. E por outro lado, como constata a entrevistada a respeito da criança estar ali interagindo com os colegas do tráfico, cabe inferir que estes jovens podem não ter pais presentes para impedir o envolvimento por motivos distintos, ou por não serem zelosos e responsáveis, ou por algum motivo não poderem estar ao lado dos filhos (doença, trabalho).

Ele entrou (no tráfico) por revolta com o pai, o pai maltratava a mãe, as irmãs... Na verdade, ele entrou para esse mundo pensando em se vingar do pai, matar o pai... ele pensou que o pai ia ficar com medo dele, ia respeitar ele, não ia mais bater na mãe.

No início, reclamou da falta do pai... mas nós sabemos que não é só isso, às vezes tem jovem que já tem a índole ruim também, tem que ser realista... pela estrutura que a mãe dava a ele de vida, acho que ele tinha que tentar superar a falta do pai, não era para causar todo esse transtorno... ele tinha tudo, mas ele não quis (o menino hoje está no tráfico).

Hoje o índice de malandragem aumentou muito... nós não temos emprego no Rio de Janeiro. Sai para arrumar emprego com 16, 17 anos, não acha, onde ele tem emprego? Dentro da favela, o tráfico abraça.

Fica evidente nesses relatos que a falta do amparo e base familiar, a falta do pai como pessoa de referência, e a violência presenciada na própria família são fatores perniciosos ao desenvolvimento emocional do jovem, que fica mais acentuado numa localidade em que o

grupo de narcotraficantes abarca os jovens destituídos de autoconfiança e sentimento de recusa da possibilidade de reconhecimento em distintas esferas.

Tipo assim, eu tenho uma mãe boa... tem menino que não tem uma mãe, um pai que tá com ele sempre, aí tipo fica revoltado, tem a mente fraca e vai...eu tenho uma mãe boa, que não preciso fazer isso...eu já fui chamado (para participar do tráfico) – e aponta para o amigo – ele também.

Todo dia que eu chego em casa da escola, ela pergunta como foi meu dia, se eu fiz dever, se trouxe trabalho de casa, olha a minha mochila pra ver se eu não estou com nada, esses bagulho assim...quando chego da escola, pra ver se eu não tô com alguma coisa...pergunta se fez alguma coisa de errado...me fala a verdade, é melhor tu me falar a verdade, do que eu ir lá na escola e ficar sabendo... minha mãe me dá muito carinho (filho de mãe solteira), é minha vida ela (e sorriu).

Tipo assim, muita influência, uma pessoa tá ali na bandidagem, aí já fala, pô, vamo fazer isso aqui, vamo fazer isso ali, aí a pessoa tem mente fraca e vai... ou às vezes fica pedindo favor e já vira bandido...tem um bandido, aí ele pede para uma criança pequena, faz um favor ali pra mim... guarda isso aqui na tua casa. E sua mãe completa : Eu não aceito nada disso na minha casa, ele sabe como é que eu sou, eu sou uma boa mãe para o meu filho, mas também sou rígida.

Os adolescentes entrevistados reconhecem que a presença amparada pelo interesse vivo no cotidiano e os cuidados proporcionados por suas famílias são fundamentais e consistentes para conduzirem suas vidas de acordo com os valores dominantes da sociedade, que correspondem ao distanciamento das condutas praticadas pelo crime violento. Além disso, eles manifestam que o controle e a vigilância operada pelas mães são considerados, por eles, como demonstrações de amor, carinho e dedicação afetiva, representando valores a serem seguidos. Inclusive nos relatos acima, os adolescentes chegam a associar a ausência da família à condição de mente fraca de conhecidos que acabam por sucumbir aos aliciamentos operados pelo tráfico.

A presença constante de armamentos espalhados no território da favela é tratada com normalidade pelos adolescentes entrevistados. Um deles, no meio da conversa, falou a respeito de não estar com vontade de sair de casa, mas não associou intencionalmente às armas que estão em seu trajeto, mas num momento anterior falou que é normal ter armas no caminho, e levantou os ombros como se não tivesse o que fazer diante da impotência vivenciada. Esse contexto experienciado cotidianamente de violência e coação física e psíquica traz impactos perversos à construção das subjetividades desses jovens. Não podemos afirmar que é a causa da adesão da juventude às atividades do narcotráfico, mas podemos evidenciar a privação e degradação da formação pessoal em sua integridade nas condições de submissão forçada operada pelos traficantes no ambiente em que pessoas comuns simplesmente vivem suas vidas comuns, privando-as de uma existência cidadã. Nesse sentido, a identificação com o tráfico aparece nos relatos:

É tudo muito na rua, então se não tiver um pensamento, ai, eu não quero, acaba se envolvendo... você querendo ou não.

Porque eles enxergam nesses caras uma arma toda prata...chama atenção...chama a atenção de qualquer pessoa que passe na rua. Então quem tem mente fraca acaba indo.

Os bailes funk financiados pelo narcotráfico da favela que é o repertório utilizado para incentivar a venda de drogas e manifestar o poder pela presença das armas, como relatado por pais e mães, não são vistos como uma forma de entretenimento e diversão para os seus filhos, tanto que falaram que os proibem de frequentar. O que revela, ao mesmo tempo, que não é uma prática cultural compartilhada por todos os moradores como a opinião pública em geral dissemina.

A maioria só chega de manhã, tudo bêbado, cheio de droga do baile... de tudo que você puder imaginar acontece ali no baile, é uma bagunça... é droga, é arma, é tudo... eu vejo tudo da porta da minha casa. Eu não deixo, ele ir mesmo!

As mães e adolescentes relataram que gostam de morar na comunidade, portanto evidenciam que possuem vínculos afetivos com o ambiente, a despeito da condição de violência que estão submetidos.

Tirando esse bagulho de tiroteio, a bandidagem, as influência má, só isso que eu não acho de bom, mas de resto tenho os meus amigos...aqui é um bom lugar de viver...tirando as má influência... E a mãe completou: ele gosta (de viver na comunidade), tirando isso aí que ele falou, as drogas.

As jovens mulheres e mães fazem questão de afirmar que na comunidade têm pessoas e famílias que possuem valores éticos, querendo demonstrar que na favela não existe apenas criminosos, fazendo uma separação entre as pessoas que ali vivem. E que, portanto, os traficantes não representam a realidade da favela numa dimensão mais ampla. Além de mostrarem que o lugar em que vivem, oferece serviços para a formação da cidadania.

Não é só na comunidade que tem gente assim envolvida, fora da comunidade também existe, na sociedade também existe... na comunidade tem muitas pessoas boas, tem gente de família, tem família excelente.

Na comunidade tem coisa boa, a comunidade te oferece cursos com diplomas, esportes, mas vai muito do querer da pessoa, será que a pessoa quer... quem mora lá dentro é quem sabe, quem não mora vê muito o que a mídia representa...tem que saber se a pessoa quer usufruir daquela coisa boa...tem cursos profissionalizantes...mas tem que saber se as pessoas querem o que a comunidade oferece de coisa boa...se não quiser, não adianta ter se a pessoa não quiser...tem seu lado bom e tem seu lado ruim, agora cabe a você se decidir qual caminho se quer percorrer, se é o lado ruim que a comunidade te oferece, ou se é o lado bom...Se não tivesse uma coisa boa, não sairia gente de lá formada.

Eu queria assim, se pudesse ter nas escolas, palestras ou visitas a presídio... poderia ter umas visitas a esse tipo de lugar, para essas pessoas terem consciência que não é

tudo um mar de rosas que eles pensam que são, não é só poder, não é só luxúria, não é só a vaidade, não é só o dinheiro que eles vão ter, vão ter um lado ruim também... só que esse lado ruim ninguém mostra... então eu queria que implantassem nas escolas da nossa comunidade, algo que remetesse ao que eles poderiam passar, se escolhessem esses caminhos... eu acho que poderia ajudar na forma de pensar deles.

Algumas falas revelaram que as famílias saem com pouca frequência da comunidade para passeios com os filhos, e reclamaram, nesse sentido, da ausência de oferta de lazer para os jovens dentro da própria favela: “na comunidade não tem aquele lazer para os jovens”. Os próprios adolescentes contaram que saem raramente para outros contextos fora da favela, o que pode indicar a naturalização de uma fronteira social e simbólica dos próprios ambientes de favela, o que restringe as interações com a cidade. Uma das mães entrevistadas, inclusive, sinalizou que é um erro das políticas públicas “enfiarem as escolas nas favelas, porque as crianças não saem daqui”.

Existe o receio por parte de adolescentes em estabelecer relações fora do ambiente de favela, em bairros que consideram mais nobres. No entanto, pelo relato fica evidenciado que imaginam por antecipação um sentimento de desrespeito pela sua condição de morador de favela, por identificar-se com a experiência de desprezo contada por outros jovens da comunidade. A interpretação do jovem é feita a partir da condição econômica, mas também revela o estigma ao favelado representado como “nada”.

Esse negócio de um querer pisar em cima do outro, achando que é melhor... uma pessoa que mora na zona sul vai querer desprezar uma pessoa que vive em comunidade... mas não todas, algumas que desprezam...só porque é riquinho, acha que a pessoa de comunidade, assim, é nada...

Pergunto: você já se sentiu assim?

Não. Pelos outros que me falaram. Mas eu nunca me senti desprezado.

Em outra oportunidade o mesmo adolescente, apoiado por seu amigo ao lado, revela que existem diferenças econômicas para eles dentro da própria comunidade que é medida pelos bens de consumo que as pessoas ostentam, ao dizer que estas que possuem, fazem diferenças umas em relação às outras com relação aos bens. Essa percepção do adolescente demonstra que para ele existe a representação quanto ao valor das pessoas ser medido pela situação econômica demonstrada.

Algumas pessoas querem pisar em cima dos outros achando que é melhor, só porque tem roupa de marca, essas coisas assim, acho isso injustiça...

Uma mãe evangélica relatou que quando caminha pela comunidade, às vezes ao passar pelas bocas de fumo, ela para e se aproxima para orar com os meninos, e nesse momento,

“eles retiram suas armas e oram”. Também conta que acontece de os rapazes do tráfico pedirem para orar com ela, quando ela passa pela boca de fumo, pois sabem que ela é missionária da igreja. Em outras ocasiões, ela para na boca para oferecer um abraço, e, os “meninos” fazem o mesmo movimento de retirar as armas, e abraçam, “muitos até choram, percebo uma carência”. Outros, ela percebe que “são ruins mesmo”, e, portanto, não há como se aproximar para abraçar.

Outra mulher relatou que cresceu na própria comunidade, e que quando era adolescente se envolveu com um traficante. Em circunstância do seu relacionamento, apanhou tanto em uma ocasião, pelos integrantes do bando, que não sabe como sobreviveu, e não teve meios de abandonar a comunidade. Sua filha, quando adolescente, também se envolveu com traficantes, e sofreu inúmeras violências físicas, nos dizeres da mãe: “ela apanhou muito”. Ademais, conta que é comum ouvir gritos de mulheres no meio da noite vindos da rua, “e ninguém faz nada, não”.

A partir do sofrimento que passava com a filha, entrou para a igreja, e percebeu que ela mesma é quem precisava da igreja para resolver as próprias questões.

O relato da evangélica sugere que a religião, nesses contextos, opera como uma forma de sensibilização, mesmo que incipiente, dos traficantes, que são pessoas que escolheram viver afastadas dos preceitos dominantes da sociedade no entendimento dos relatos. E, por outro lado revela, que as mulheres são tratadas como objetos que podem ser descartados por atos violentos, e que a religião encontrada por elas pode ser compreendida como solução encontrada para restituir a própria dignidade, arrefecendo a vulnerabilidade sentida, protegendo-se das mazelas do ambiente.

Outra mulher disse que, “quando o morador vive o que prega (sendo evangélico), eles respeitam”. Nesse sentido, evidencia que a adesão notória das regras de moralidade do religioso praticante opera a possibilidade de respeito e de segurança necessários para viver o cotidiano.

1.3.3. O projeto social

" O fator democrático inato de uma comunidade deriva do funcionamento do lar bom e normal".

Winnicott

1.3.3.1 Anamnese do Líder

A minha trajetória de vida me ensinou a ser colaborador, amigo, compreensivo...

Essa é a apropriação feita por Euclides de cinquenta anos, morador do Complexo da Maré, e líder do projeto social de futebol, como fica marcado em seu relato, apropriou-se de sua história de vida tornando-a valiosa e criativa. Ele cresceu num barraco dentro do manguezal da favela. É o terceiro filho de sete irmãos, mas é o primeiro homem dentre eles. Sua mãe criou sozinha os sete, e conta que em “uma cama dormia todo mundo”. Portanto, suas palavras revelam que a despeito da pobreza material floresceu nos valores éticos que encampou como precípuos.

Seu pai, nas palavras dele, aparecia, raramente, para ficar com sua mãe (ter relação sexual) e deixava algumas sobras de comida do seu trabalho. Portanto, teve a presença física do seu pai, mas sofreu por sua falta de cuidados e atenção. “Tenho pai só de nome, meu pai nunca criou a gente.” Mais tarde, durante a conversa, contou, “mas eu sempre amei meu pai... (e chorou) porque eu entendi, na minha convivência com o Lima (seu vizinho), eu entendi, que na relação deles, ela (a mãe) fez tudo aquilo porque ela quis”. Nesse relato mostra a compreensão com as atitudes da mãe em aceitar um homem que não cuidava dos próprios filhos. E conta que quando seu pai apareceu doente, muitos anos mais tarde, todos os filhos cuidaram dele, não queriam, mas cuidaram a pedido da mãe. Demonstrando em seus relatos a cooperação e solidariedade como valores precípuos de sua família, tendo a mãe como figura central.

Ele cresceu acompanhando a sua mãe no lixão para trabalhar, pois era o filho homem mais velho. Enquanto sua irmã mais velha tomava conta dos irmãos mais novos. Contou que encontravam a comida que eles comiam no lixão, e levavam para casa. Inclusive faziam as refeições diárias dentro do lixo.

Trabalhou no lixão até os dezesseis anos, e cursou até a oitava série do ginásio. Conta que quando tinha essa idade se aproximou muito do Lima, seu vizinho, “tava indo pro caminho errado (a criminalidade da favela)”. Foi, então que o Lima interferiu, “não é por aí não, véio, é por aqui... e começou a me dá o que? Futebol.” Antes desse acontecimento, ele contou que não se interessava pelo futebol. Desse relato podemos inferir que Euclides tem consciência que precisou, na adolescência, de uma referência positiva distinta de sua mãe que

lhe apresentasse possibilidades para conduzir sua vida, e, assim, afirmar o reconhecimento adquirido em sua esfera familiar.

Euclides me tratava igualzinho aos filhos dele, me dava presente de Natal, me acompanhava no futebol, conversava comigo, gostava muito de ficar na casa dele também, pô, no portão ao lado, vivia lá...

Eu até hoje sou grato o Lima, porque o Lima me viu indo para o outro lado, e falou peraí rapaz, vem pra cá, a tua mãe é uma mulher boa, trabalhadeira, vai fazer o que ela... Eu tenho o Lima como meu segundo pai... tudo que eu aprendi foi com ele, eu não tinha um pai para me ensinar, ele que me ensinou, eu sou botafogo por causa dele, eu não tinha time... me levava para jogar bola com ele, me ensinou a respeitar e ser respeitado... foi aonde eu abracei essas crianças, porque alguém me ajudou um dia...a gente trabalha por necessidade, para ver aquela criança bem.

No entanto, através desses relatos fica claro que para Euclides, o Lima³⁷, seu vizinho, ocupa o lugar de um pai. Foi ele que ofereceu perspectivas e carinho para o então garoto formar sua personalidade. O Lima tinha filhos, e o Euclides se sentia como filho por conta dos cuidados afetuosos e atenção que ele recebeu por parte daquele. Além do futebol como dinâmica cooperativa compartilhada pelos dois, mediante vínculos afetivos, um vivido em comum, fica destacado na fala de Euclides que essa representatividade transbordou para o vínculo social e o seu papel tomado na comunidade. Essa presença substancial somada à experiência vital com sua mãe foi determinante para a constituição de sua subjetividade cooperativa como fica evidente em seus relatos.

Minha mãe era assim, era muito correta, nada de ninguém pode apanhar, foi quando eu ia para o lado errado, e o Lima falou: ôpa! A sua mãe não ensinou isso não ! Foi quando ele me tirou.

Lá em casa mesmo bem pobrezinho, lá em casa cheio de gente, tudo na hora do almoço, na hora da janta, se a minha mãe tivesse um ovo, todo mundo comia e dividia...ela abraçava todo mundo...fazia macarrão para os sete filhos, e para os que chegavam.

Família é tudo. Eu tive uma boa família com minha mãe e meus irmãos. E, hoje, eu tenho uma boa família com minha esposa. Meus filhos também foram criados em ambiente familiar com carinho, afeto. Quando eu não tinha pra dar, eu explicava (aos filhos) e eles entendiam. Então a família é como se todo mundo conversa com o outro... tá ali para resolver junto.

Euclides nesses relatos demonstra e reafirma suas bases familiares centrada nos cuidados e responsabilidade em relação aos filhos conduzida por sua mãe que perseverou na manutenção do lar unido e estável, indicando a complementariedade e cooperação dos membros da família como fundamentais ao desenvolvimento emocional individual, que é reconhecida pelo próprio Euclides. E, nesse sentido, possibilitou constituir o seu próprio

³⁷ O Lima, além de vizinho, tocava como discotecário no baile que funcionava no clube da favela. O Euclides falou que era discoteca com música lenta e charme. Bem diferente dos bailes de hoje.

núcleo familiar com as mesmas bases. Ele tem três filhos, todos trabalham, e são independentes. Inclusive, dois deles, estão cursando a faculdade.

Todos os irmãos constituíram suas famílias, “todos moram por aqui hoje, casados, bem sucedidos” foram todos criados juntos por sua mãe, “com dignidade... hoje somos bem sucedidos, assim, naquilo que Deus nos deu, emprego, trabalho, esse projeto (de futebol) que é lindo, né? Que nós temos aí, com as crianças, que o governo não abraça.”

Ele trabalha à noite, e, à tarde, duas vezes por semana, prepara oitenta meninos de dez a dezenove anos em seu projeto social de futebol, e diz que não contempla mais meninos por falta de apoio estatal, pois não tem como administrar sozinho mais de oitenta meninos nas aulas.

1.3.3.2. Contribuindo para o seu ambiente social

Tio Milton, na época, que montou um futebol na comunidade, no asfalto, na rua principal. Comecei como voluntário, depois roupeiro, depois professor

Euclides, aos vinte anos, teve contato pela primeira vez com um projeto social, inaugurado por seu tio, em que trabalhou como voluntário. No entanto após um tempo o projeto terminou. As mães dos meninos que frequentavam a escolinha pediram para que ele continuasse a conduzir os treinos gratuitos, pois os meninos gostavam e precisavam muito da pessoa dele. E foi desse modo que ele decidiu continuar, mediante solicitação das mães. E assim nasceram o projeto social e um líder. É interessante destacar como as referências do Lima e tio Milton são iluminadas por Euclides na condução de suas escolhas, havendo um espelhamento recíproco no que tange a complementariedade das identificações num contexto familiar. Como também, fica realçado em suas palavras como o movimento espontâneo das mães da comunidade com base na afetividade, pedindo para que ele conduzisse sozinho a escolinha, pois ele era uma referência para seus filhos, teve um papel de aglutinação social.

Euclides contou que, num momento difícil de sua vida, parou com o projeto, por um tempo breve, e que percebeu que foi tempo suficiente para vários dos meninos se envolverem com o narcotráfico. Então disse que recebeu um aviso de Deus para voltar, o que revela que a religiosidade representa um ancoramento ético em que encontra o reconhecimento de sua subjetividade:

Indo para o monte com a minha esposa, falei com ela que não ia mais ficar com criança nenhuma que o trabalho era muito árduo, não tinha dinheiro pra me sustentar... oramos, conversamos com Deus... e o pastor me falou através de Deus, aquilo que eu dei na tua mão era pra não largar, aquelas criança... tudo aquilo que você imagina no teu coração eu vou te dar... é só você crê em mim, e trabalhar com aquilo que te dei na tua mão, não larga as minhas criança.

Contou que muitos meninos que fizeram escolinha com ele foram parar no tráfico, demonstrando que compreende que a escolinha sozinha não é suficiente para mudar os caminhos do indivíduo num contexto social mazelado. Realçando, em seu relato, o papel da família na dinâmica do sujeito. E percebe que apenas alguns meninos possuem um sentimento de gratidão por ele, da maneira que ele possui pelo Lima. No entanto, não esmorece, porque nesses anos de projeto tiveram alunos que desenvolveram seus estudos, ou se encaminharam na vida tendo um "trabalho correto".

Meninos que hoje... estão em várias bocas da favela, jogaram comigo (no projeto), mas nem todos tiveram sucesso, mas alguns hoje é professor de futebol, que nem a mim, é advogado, é professor de capoeira, tem muitos aí que foram pra vida certa, tem muitos aí que preferiram a vida fácil, nem todo mundo a gente vai salvar, Deus também não salvou todo mundo...escolheram a vida fácil (os que se tornaram traficantes)... umas (famílias) abraça onde eles tão (no tráfico), outras não, se afasta... nós temos o livre arbítrio de escolher aquilo que a gente queremos viver. Esse é o orgulho que eu tenho... a gente não vai mudar todo mundo, mas se a gente mudar dez, tá bom né...(e sorriu).

Ao retornar com a escolinha e constatar que muitas crianças estavam saindo do projeto, e indo para o tráfico, teve a necessidade de procurar as mães para tentar compreender o que estava acontecendo com seus alunos. Em sua visão os problemas estavam dentro de casa, e compreende que a falta de atenção e cuidados são determinantes para os descaminhos dos jovens. No entanto, também, manifesta seu entendimento sobre as dificuldades de mães solteiras criarem seus filhos sozinhas, abarcando todas as responsabilidades do lar e da educação dos filhos.

Necessidade de eu conversar com as mães, por que aquilo? Mas quando a gente chega para conversar o problema tá dentro de casa."

... (desrespeito para Euclides) é a pessoa (adulto) não interagir com a criança diretamente, não entender a criança, como a gente entende a criança, para entender uma criança tem que conversar com ela. Tem pessoas que não conversam com a criança, quer dar tapa, né, brigar, discutir, vai prá lá.

Ausência do pai influi muito, influi em mim, pô, eu tenho base disso. Aí eu comecei a ajudar, comecei a conversar, comecei a bater papo, comecei a abraçar a criança, trazer pro meu lado né, e foi dando certo...o que não tem em casa, aí tem no projeto, ensina, bate papo, conversa, né, o que que ele precisa, entender a cabeça da criança, muitas vezes a mãe e o pai grita, a gente não, a gente senta e vê o problema.

Joga muita bola... chamamo a mãe dele a primeira vez, chamamo segunda, terceira...vez...nada mudou...fumando o cigarro né, maconha...na rua... foi agora no carnaval, foi preso, foi uma turma presa, ele saiu, porque era menor...roubando celular... " (Euclides falando sobre adolescente de 16 anos filho de mãe solteira).

1.3.3.3. Início de um movimento após a entrada de um novo líder

Amilton é aposentado e recém-formado em Direito. É casado com a mãe de suas três filhas. Possui uma família bem constituída. Inclusive, sua esposa de quarenta e seis anos nasceu e cresceu no Complexo da Maré, e eles moram na casa que já era da mãe dela.

Contou que não foi tão difícil criar suas filhas na favela, mesmo com as dificuldades apresentadas pelo ambiente, porque sempre se preocuparam com a criação delas baseada em muita conversa, e muita fé em Deus. E existe um verdadeiro companheirismo entre o casal.

Amilton é o novo líder do projeto social. Se aproximou de Euclides ao levar seu sobrinho para os treinos.

Eles contam que além de conduzirem os treinos de futebol, estão adotando condutas de educação moral perante os meninos para respeitarem suas famílias, regulando as atividades deles na comunidade fora dos horários de treino. Numa tentativa de que eles tenham disciplina para além do esporte.

Eu (Euclides) era professor, conselheiro, amigo, pai, eu era tudo. Agora chegou mais um pai lá, o seu Arlindo,.. porque muitas coisas que acontecem com as crianças, a gente entra, porque é pai, mãe, problema com o filho, a gente entra, vai lá e conversa, está tendo resultado”.

Mas tem a hora do grito também, ontem mesmo a gente mandou um embora... aqui é assim, é disciplina.” (Amilton)

A gente roda na comunidade de madrugada pra vê nossos alunos tão fazendo alguma coisa. Se a gente encontrar alguém, como já encontramos, o que a gente faz, chama a mãe e o pai, quando tem pai, né, geralmente é só mãe. A gente chama, conversa, a gente não manda embora do projeto, a gente dá oportunidade, mas fala com a mãe. Mãe se pegar quatro vezes fazendo isso (fumando maconha) a gente vai tirar, porque é mau exemplo pra escola, aqui é disciplina, e temo uma regra aqui a cumprir”.

(Euclides)

Às vezes a gente flagra situações que a gente nem tá buscando... e do nada vê, porque a gente vai em locais que eles pensam que o Arlindo e o Edson não vai vim aqui, um beco, uma viela, e daqui a pouco choca”. (Amilton)

Eles contam que o comércio funciona bem de madrugada, e é tudo muito próximo na comunidade, o que facilita a convivência e o envolvimento com os integrantes do narcotráfico. Além de realçarem reiteradamente a dificuldade das mães solteiras na criação e controle dos filhos.

... porque esses garotos que os pais não têm um freio, não tem a presença do pai, a mãe trabalha o dia todo, tá cansada, alguns deles dá um olé na mãe, então a gente acaba esbarrando com um ou outro...nos bares...e aí vem o convite pra fazer besteira.

(Amilton)

A maconha é a porta de entrada (para o tráfico). (Euclides)

Vamos acreditar que todos esses aí (os meninos) são obras que Deus mandou a gente fazer para encaminhar, para conquistar o espaço deles e organizar a vida deles. (Amilton)

(no projeto dele) só fica o aluno que está apto a respeitar a gente, se não tiver, eu mando embora, lá tem que ter educação. Primeiro a gente vai formar o cidadão, para depois formar o atleta... para ele ter em casa um andamento, igual ao que ele tem no projeto. (Euclides)

Eles contaram que um menino de 14 anos havia pedido para que eles fossem a sua casa, porque estava com raiva da mãe e do padrasto, e que a mãe só dava atenção e razão a ele. Então eles perguntaram qual era o problema nisso que ele estava dizendo, e que o menino falou que tinha que ajudar na faxina, tinha que ajudar a cuidar dos irmãos mais novos, e que, então, às vezes saía sem avisar e chegava em casa às três horas da manhã. Dito isso, eles ratificaram a posição do padrasto para o menino, e mostraram que o menino também tinha responsabilidade nos problemas em casa, dizendo que se ele fizesse tudo direito para conviver bem com a família, a mãe e o padrasto não brigariam com ele. Alguns dias depois, o menino disse que não precisava que eles fossem a sua casa. Então ligaram para a mãe do menino, e ela disse que tudo havia melhorado. Portanto, nesse episódio relatado, os líderes do projeto estão sendo procurados para conciliar conflitos cotidianos da esfera familiar, servindo de referência de autoridade para os meninos.

Ambos os líderes perceberam que após a entrada do Amilton iniciou um aumento da procura das mães e dos alunos do projeto, de maneira espontânea, por apoio para resolver conflitos familiares do cotidiano, como também, uma aproximação dos pais.

Muitos dos casos de aproximação ao projeto são de mães solteiras. Ambos acham que deveria existir uma forma de ajudar as mães a lidar com seus filhos, já que a maior parte cuida de suas famílias sozinhas. Eles também percebem que “a mãe precisa ser cuidada”, porque elas estão sobrecarregadas num ambiente desfavorável, e entendem que é bem difícil cuidar dos filhos e trabalhar para "dar as coisas para eles".

Amilton compreende que se existe disponibilidade para ouvir o outro, as pessoas começam a procurar. E diz que na medida em que são solidários, e demonstram que estão dispostos a ajudar, as pessoas se aproximam.

Certamente, podemos inferir desses relatos, que a aproximação que vem ocorrendo para pedir orientação para dirimir questões familiares, seja indicativo da dificuldade e preocupação com a criação de seus filhos em condições adversas e demonstra que as mães que criam seus filhos sozinhas estão sobrecarregadas com tantas responsabilidades. Nesse sentido, os dois líderes que são tão estimados pelos meninos, ao reconhecer a necessidade

dessas mães, de uma palavra que auxilie na condução da educação de seus filhos, ou até mesmo que eles desempenhem um papel de autoridade que possa ter efeitos no comportamento deles dentro de casa e na comunidade, estão possibilitando a confiança para uma aproximação dessas mulheres que precisam compartilhar as dificuldades sentidas. O que revela uma nítida necessidade das mães de cooperação e auxílio moral, indicando o potencial de construção de uma rede favorecedora de cuidado e amparo para resolução de conflitos familiares cotidianos. E, nesse sentido, demonstra a composição de um laço comunitário.

1.3.4. A aproximação da professora

A professora Adriana trabalha em uma escola pública dentro do Complexo da Maré. Ela foi criada em favela que compõe a Maré, e tem quarenta e oito anos. Conversando com seu irmão que visitou o projeto, descobriu que alguns de seus alunos frequentavam o projeto social de Euclides que é amigo de infância deles. Seu irmão contou que os meninos tinham um comportamento disciplinado, enquanto na escola ela tem muitos problemas disciplinares com eles.

Seu irmão “ficou encantado” com o projeto pela disciplina dos meninos, e falou: “você lá na escola têm que ver o que vocês estão fazendo que não estão conseguindo lidar com esses meninos...”

A partir desse fato, a professora se aproximou do projeto, e fizeram um acordo com a direção da escola, para que os líderes do projeto de futebol pudessem acompanhar esses alunos que possuem em comum, indo à escola para resolver questões que seriam da responsabilidade dos pais, mas apontam que a maioria não acompanha a vida escolar dos filhos. Demonstrando com essa iniciativa uma seminal possibilidade de integração cooperativa entre instituições sociais de cunho educacional, na medida em que procuram auxiliar os jovens que possuem dificuldades disciplinares, como fica evidente nos relatos.

... lá (no projeto) eles têm uma conduta... os professores aqui (da escola) ficaram indignados, quando eles chegaram, causaram um espanto, os alunos ficam assim pra eles (fez posição de reverência) ... e com a gente, eles ficam querendo bater de frente... não pode, tem alguma coisa errada aí... o grau de enfrentamento (na escola) é muito grande... de palavras, de querer peitar”.

Abriu os extintores... são alunos revoltados, que querem quebrar tudo, que batem, que brigam...

Eles têm raiva, revolta... não sei nem de onde vem, porque nós somos parceiros, olha, a equipe de professores aqui.... são excelentes, são amigos... porque até pra dar aula aqui, tem que ter um perfil... aqui a parceria é muito grande, só que muitos (alunos) ainda não entenderam isso...”

“acho que dá pra gente caminhar juntos (com o projeto)... vendo o quê pode melhorar, pra eles perceberem que eles são um todo, não pode ter diferença de comportamento dependendo do ambiente que eles estão.

A professora Adriana é a quinta filha de seis irmãos, “oriunda da Maré”, criada por pais “bem casados”. Sua mãe era costureira, e seu pai era alfaiate. Eles não tinham estudos. Formada em Biologia pela UERJ, é professora de um colégio público no Complexo da Maré. Está no magistério há vinte e cinco anos. Dentre seus cinco irmãos, dois são engenheiros, e os outros são formados em advocacia, economia e educação física.

Tivemos dificuldades, mas, assim, tivemos uma base familiar muito boa, tanto do meu pai, quanto da minha mãe. Eles sempre incentivaram muito a gente a estudar, aquela coisa de vencer na vida, de correr atrás, de batalhar. E o pouco que eles puderam dar pra gente, foi isso, a educação. Acreditar que as coisas poderiam ser diferentes, que poderíamos vencer... então, todos nós estudamos e nos formamos.

(seus pais) nos amavam... foi uma criação muito rígida, mas a gente agradeceu muito por essa criação rígida, por conta do local muito difícil... se não a gente teria ido para outros caminhos... porque uma grande parte que conviveu conosco, não deu continuidade aos estudos, muitos pararam no meio do caminho... e a minha família, aqui, era uma família que servia de modelo para muitos, muitos olhavam e poxa – que família unida, que família bonita... viam como uma família modelo aqui dentro.

A minha base familiar foi tudo, não só para mim, mas para os meus irmãos também... a educação rígida na pobreza, mas firme... não permitir uma série de coisas, reunião de responsáveis eles (os pais) estavam, exigiam notas boas... estavam muito presentes na nossa vida... com toda a pobreza, meu pai e minha mãe trabalhando dia e noite, mas não largavam de jeito nenhum a gente... cobrando, participando... foi fundamental, tudo conspirava contra, a pobreza, o local não ajudava... a criminalidade... a dificuldade em tudo, o acesso à cultura, o lazer, tudo isso a gente não tinha...

Nesse sentido, através dos relatos da professora podemos evidenciar que a despeito das dificuldades sofridas e condições do ambiente, a base familiar estável propiciada por pais unidos em suas responsabilidades foi fundamental para a constituição da personalidade e valores de seu agrupamento. E, inclusive, reconhece o amor de seus pais vinculada à criação rígida. Além disso, mesmo que seus pais não tivessem estudos, sabiam do valor da educação como fator de ascensão e reconhecimento social. E os incentivaram, conduzindo a vida da família com esse intuito. Imaginando e acreditando em outras possibilidades. A professora sublinha que a sua família servia de referência para outras famílias, o que demonstra que a família é considerada uma esfera relacional que tem como função a educação dos filhos, e representa uma forma institucional de valores morais e afetividade para o contexto social de interação da localidade.

1.3.4.1. Olhar da professora

A primeira coisa o descaso do governo, tem que investir em educação, educação lá de baixo, mesmo... junto com um trabalho com a família, trabalho constante.

A professora compreende que o motivo da entrada de muitos jovens na criminalidade da localidade é a falta de base familiar, como também, a ausência de políticas públicas que amparem as famílias em suas atribuições e na educação dos filhos.

Que a família esteja presente (na escola), a gente tem dificuldade, embora a gente convide, sempre tenha eventos, convida para reuniões, dificilmente eles aparecem... os pais não comparecem pra saber do filho... ficam sem saber se estão reprovados, se faltam, há um descaso familiar... uma não valorização mesmo...

É a base mesmo, pra mim a questão familiar foi tudo, independente da minha vontade de querer lutar, foi a base mesmo, se não fosse a estrutura familiar... a base familiar é tudo, pra mostrar os valores, isso é fundamental... uma coisa que me incomodou muito, eu tava numa turma, e os alunos conversavam assim, como eles faziam pra poder roubar aqui na comunidade, no comércio, então eles contavam como faziam, o macete para conseguir roubar cosméticos no mercado, e falavam assim, que quando chegavam em casa, a mãe dava uma bronca mas que ficava com o produto, e aquilo me incomodava... então tudo é familiar, se a tua mãe e teu pai não te colocam esses valores, te dá uma bronquinha e ficam com o produto que você roubou... a família é tudo....

A professora reconhece, tendo como parâmetro a própria experiência de crescimento na favela pesquisada, a necessidade do favorecimento familiar na condução da vida dos filhos. Pois a maioria dos alunos não possuem uma família que proporcione os cuidados e atenção necessários, e que se responsabilize e participe da vida escolar, o que afeta no desempenho escolar. Ela também sublinha a ausência de valores morais, e a necessidade de incentivo destes, na medida em que relata o furto praticado pelo aluno que foi abonado e ratificado pela família ao se apropriar do bem de consumo.

Às vezes, fica difícil, cansativo, provar para o aluno que estudar é bom, que obter o conhecimento é bom, que isso leva a gente a se realizar, a conseguir coisas boas na vida, isso me cansa, tá todo dia falando, e ver que o aluno tá pouco interessado pra aula, pouco interessado para o futuro... que esse conhecimento que vai fazê-lo subir, caminhar, progredir, conseguir alguma coisa, se realizar. Está muito difícil conseguir na prática mostrar para esse aluno que obter conhecimento é bom. E eu me uso como exemplo, alguém que começou como eles, vim da Maré também, e consegui alguma coisa na vida, me coloco como exemplo, mas ainda é muito difícil, muito difícil, muito difícil, muito difícil mesmo.

A grande maioria das famílias (dos alunos) são bem desestruturadas... há alunos com muitas dificuldades, há alunos que o pai e a mãe são envolvidos com o tráfico, e a gente tenta trabalhar esse lado. E tem famílias, também, que a mãe é mãe-pai, entendeu, que não é família composta, de pai, mãe sozinhas, isso tem muito aqui, dificulta, mães que precisam sair para trabalhar...

A falta de interesse na escola e nos estudos é sublinhada pela professora, que demonstrou em seus gestos e palavras muito desânimo e cansaço na tentativa de ensinar e incentivar os alunos a valorizarem os estudos. A escola, segundo a professora, tem quadro de professores completo, funciona em horário integral, fornece as refeições, "o aluno não fica à toa, não tem tempo vago". E, mesmo fornecendo as condições educacionais ideais, não consegue a aderência e interesse dos alunos nas atividades de ensino. Portanto, podemos compreender através dos relatos da professora, ancorados em sua experiência de vida, que a questão fulcral é a esfera familiar incapaz de dar suporte aos filhos. A professora também realça a dificuldade das mães solteiras em abarcar tantas responsabilidades sozinhas.

Falta de lazer como um todo, porque o nosso aluno só conhece o lazer da comunidade, ele não tem momento de lazer fora... ele praticamente fica só na Maré.

Muito, muito, vínculo grande... pertencendo, gostam (da comunidade). Eles glamourizam muito os locais, os eventos, as atividades que acontecem aqui (na comunidade).

O relato da professora corrobora o entendimento apresentado em outras falas, quanto à ausência de experiência urbana dos jovens da favela que estão circunscritos à sociabilidade do próprio contexto ambiental, não tendo acesso a outros repertórios da cidade, limitando a cidadania deles, configurando, portanto, fronteiras sociais e espaciais. A professora entende que seus alunos possuem forte vínculo social e afetivo com a comunidade, que gostam e se sentem pertencidos ao ambiente em que vivem, a despeito das mazelas sociais.

É o poder, na verdade o adolescente quer ter esse gostinho do poder, na verdade, quem tá no tráfico, o cara tem o poder. Ele pega todas as meninas que ele quer, ele tem as roupas que ele quer, ele tem o dinheiro, ele tem todas as ostentações, então isso atrai, a coisa fácil... Quantas vezes a gente pega os meninos aí, eles pegam um livro, aí ficam assim (faz o gesto segurando o livro e apontando como um fuzil), entendeu, é o glamour, é o poder... eu posso não ser o Neymar, mas quem sabe eu não posso comprar aquele tênis que ele faz propaganda.

Cabe salientar, que nas palavras da professora, os jovens relacionam o poder aos bens de consumo que são indicativos de riqueza e as armas espalhadas pela comunidade. Conectando poder ao fator econômico e ao narcotráfico. E, além disso, entende que as escolhas controversas de jovens que entram para o tráfico é uma alternativa para as facilidades proporcionadas pelo crime dentro da comunidade.

...(questionam) por serem pobres, por que muitos têm, e eles não... ter dinheiro, ter uma casa, ter, ter... poder, posse das coisas... consumo... bens materiais mesmo, uma casa, um carro, revolta de não terem... eles passam isso, demonstram, ou através de um desenho, ou na fala, ou através de uma dinâmica, eles passam esse sentimento.

... (questionam) a divisão social mesmo, de uns com muito, outros sem nada... a questão do preconceito social, de estarem no ponto do ônibus e alguém esconder a

bolsa, achando que eles vão roubar... tem três meninos que colocaram isso pra mim, do preconceito que eles sofrem enquanto pobre, enquanto preto, favelado.

No relato da professora fica evidenciado como os bens de consumo, que são valorizados pela sociedade capitalista, são considerados pela juventude, que ela aponta, como um fator de falta de reconhecimento social. Já que uns são possuidores e outros não. E o fato de ter bens materiais é visto como constitutivo de poder na sociedade. O que sublinha que a posse ou propriedade de bens é manifestamente reverenciada por esta sociedade em que vivemos e, assim, representada, pelos jovens, como fundamento de existência social.

O desrespeito social sofrido pelo jovem é sentido no próprio ponto de ônibus da Avenida Brasil, portanto, não precisa se distanciar tanto da comunidade para sentir o olhar do preconceito social que o coloca no lugar de favelado que, nesse sentido, acompanham as representações sobre a favela como classe perigosa.

Eu acho importante eles me olharem como referência, alguém que começou como eles que lutou, que brigou e conseguiu alguma coisa. Que veio da mesma estrutura deles, e que venceu. O que mais me deixa feliz é isso, é saber que eu estou servindo de referência pra eles. Como alguém que construiu alguma coisa, que alcançou. A questão da negritude também, que eles me vejam como alguém deles... porque no meu tempo eu não tinha referência nenhuma... para ter auto-estima, eu não tinha professor com a minha cor.

A professora se sente autorrealizada por ser uma referência para seus alunos de luta e conquista de valores que ela considera dignos. E, sublinha a necessidade de referências raciais na posição de professores no ambiente escolar, considerando que é fator de reconhecimento da auto-estima do indivíduo.

O líder do projeto social, também fez questão de realçar que as ONGs que ali funcionam não têm pessoas de dentro da comunidade trabalhando, “só tem gente de fora trabalhando ali”. O que na compreensão dele “tá errado”, na medida em que existem pessoas graduadas na comunidade, que poderiam ter trabalho de acordo com sua formação. E, acrescentamos que poderiam exercer o papel de referência na comunidade.

1.3.5. Minhas observações sobre a favela visitada

Minha primeira entrada no campo de investigação foi por volta das 8:30h da manhã. Encontrei com a minha fonte, morador do local, na Avenida Brasil, e caminhamos pela rua principal da favela, onde funciona intenso e diversificado comércio, com lojas que oferecem roupas de marcas diversas - a minha fonte já havia falado “você vai ver, lá tem de tudo, produtos bons, não falta nada” -, inclusive, as que oferecem alimentos são bem variadas.

Nesse primeiro dia, ficou acertado que visitaria uma escola pública para conversar com professora, mães e alunos, que os líderes do projeto social haviam combinado de me apresentar. Após a visita à escola, deixei que os dois – um deles, meu aluno - me conduzissem pela favela aos locais que acharam interessantes para eu conhecer. Não fiz perguntas prévias a respeito do itinerário, devido à relação de confiança construída anteriormente com um dos meus alunos. Visitei alguns projetos sociais, ONGs, e posto de saúde. Uma das minhas fontes fez questão de me levar para conhecer a associação de moradores, me apresentou a um senhor, dizendo o seu nome, mas não o identificou como presidente da associação. Percebi que ele já sabia que eu visitaria a favela. Conversamos amenidades, ele falou da limpeza dos bueiros para evitar alagamentos, perguntei a respeito da rede de saneamento básico, ele me respondeu, um pouco indignado, que todas as casas tinham saneamento ali. Falou que não estava bem vestido, porque aquele dia especificamente não precisaria resolver nada de mais.

Ao longo das visitas que ocorreram pude observar que as casas que visitei, e inclusive almocei, eram decoradas com capricho por dentro, com azulejos, e ótimo acabamento, tudo muito arrumado e limpo. A comida oferecida pelas famílias era deliciosa, e percebi que queriam que eu me sentisse à vontade. Os cômodos das moradias são reduzidos, porque a largura das casas é pequena, no entanto, as construções são expandidas na vertical. Perguntei para as minhas fontes se era algo comum essa organização dentro dos lares, e eles me responderam que na maioria dos lares era essa, sim, a realidade interna.

Numa das caminhadas pela favela cruzamos com um grupinho de uns dez meninos andando juntos, alguns deles faziam parte do projeto social de futebol, para mim, eles tinham a aparência de ter uns dez anos de idade. Inclusive o menino do grupo que fui apresentada tinha porte e jeito de uma criança de dez anos de idade, depois soube que ele tinha quatorze anos. Aliás, muito educado, estendeu a mão para me cumprimentar, mas ganhou um beijo na testa, momento que levantou os olhos vivos para o meu rosto.

Quando fui assistir aos treinos de futebol dos meninos no projeto social, me aproximei do primeiro grupo de meninos - eles tinham em torno de 12 anos de idade - que estavam devidamente uniformizados, e calçavam suas chuteiras enquanto conversavam. Todos me ofereceram as mãos para me cumprimentar, e sorriram. Aqueles meninos que esqueceram de estender as mãos para cumprimentar eram logo lembrados pelo líder e professor, e prontamente faziam o cumprimento.

Os líderes do projeto pediram para eu ficar sentada no campo de futebol enquanto eu assistia aos treinos³⁸. Os meninos ficam divididos em dois grupos e revezam o campo, os mais novos de dez a treze anos. E os mais velhos de quatorze a dezenove anos. Enquanto os mais novos esperavam para jogar, ficaram brincando, respeitando a faixa que limita o território do campo de futebol, sendo esta uma regra que perseguem com atenção, e inclusive reclamam com o líder se alguém desrespeita. A brincadeira consistia, pelo que entendi, em escolher um menino como alvo para todos pressionarem em direção à cerca que protege o campo de futebol, pulando e cantando: “Hei! Hei! Hei! Hei!”. Todos com movimentos muito tranquilos, e muito felizes. Aqueles meninos que queriam se desvencilhar da brincadeira, se aproximaram da minha pessoa.

Observei que os mais novos, não chegam acompanhados de algum familiar, andam sozinhos pela comunidade, o que remete a um grande condomínio fechado, e com “segurança” ostensivamente armada. Como essa favela fica num território plano, as casinhas geminadas aludem às vilas, embora com muitos fios emaranhados e suspensos atravessando a rua.

Ao final do futebol enquanto caminhava percebi que alguns dos jovens que são do projeto social de futebol, e que não têm envolvimento com o tráfico, realmente, param e conversam com seus conhecidos armados de fuzil, que têm a mesma faixa etária destes. Existe um entendimento sobre a normalidade quanto à presença das armas no ambiente, e isso foi verbalizado por todos os jovens com os quais conversei.

Não posso deixar de falar na presença de muitos jovens armados de fuzil, de tipos e tamanhos diversos, muitas das vezes, simplesmente, pendurados por uma faixa no pescoço. Inclusive percebi que um jovem que estava parado, acompanhado de outros, portando um fuzil de porte grande em posição horizontal, quando me viu, movimentou a arma pensando em mudar de posição, apontando para a frente, mas foi um movimento sutil. E, logo em seguida, vendo quem me acompanhava, apoiou o fuzil no chão na posição vertical. Esses movimentos para mim, inicialmente, representou uma posição de vigília, um tanto quanto temerária, mas ao mesmo tempo dúvida quanto à maneira de portar a arma na presença de um "convidado" de fora, no entanto, a atitude se revelou mais respeitosa com relação a minha presença ao colocar a arma na vertical.

Em outra situação em que eu caminhava no final de tarde, a linha da pipa atravessou o meu caminho, e o jovem que estava com um fuzil bem moderno pendurado ao pescoço, bem

³⁸ Tinham jovens armados de fuzil bem próximo ao campo de futebol.

próximo de mim, no momento em que eu passava, me alertou para eu ter cuidado com a linha, e levantou essa para eu passar, e não me machucar.

Durante as minhas visitas caminhei o tempo todo acompanhada por alguma das minhas fontes, mas percebi que por algumas bocas de fumo que eu passei me averiguavam pelo olhar, o que inclusive foi manifestado por um rapaz armado com um fuzil grande e prateado, bem vestido, que chamou alto pelo nome da minha fonte que não estava comigo no momento em que eu passava.

Aliás, observei que há diferença nas roupas entre os jovens do tráfico que portam fuzis. Em determinados locais da favela os jovens estão vestidos como os rapazes de classes mais altas da cidade, enquanto em outros pontos estão com vestimentas mais simples.

Uma das escolas públicas que visitei fica numa rua que faz divisa entre favelas comandadas por facções distintas, localidade que, como me contaram moradores, sofre com tiroteios constantes entre traficantes rivais, e que é ocupada por moradias familiares. Inclusive, uma das minhas entrevistadas contou que certa vez, foi para essa rua, já no território da outra favela, para orar com os traficantes da facção distinta, e que no dia seguinte teve um tiroteio entre os comandos e que ela soube que muitos dos rapazes morreram. Outra rua muito usada para entrada e saída de moradores da favela, que também fica próxima à divisa entre favelas, todas às noites, a iluminação da rua é desligada por ordem do tráfico. Uma moça jovem, que entrevistei, contou que fica um “verdadeiro breu”.

Os adolescentes, com os quais conversei, são de famílias estruturadas, e pude observar que suas mães são bem cuidadosas e preocupadas com a educação e o futuro deles. O que está refletindo no olhar saudável e amoroso de seus filhos quando falam a respeito de suas famílias. Um desses adolescentes, filho de mãe solteira, sorriu ao falar a respeito de sua mãe, demonstrando em seu olhar todo o amor e reconhecimento pela mãe ao contar do esforço dela em educá-lo.

Nas conversas que tive, observei que as pessoas falam e expressam mais sobre seus sentimentos nos encontros que tive fora do ambiente da favela. Em alguns casos apresentaram tremor nas vozes, um tipo de vibração na voz, nos momentos que relatavam sobre a presença e dinâmica do tráfico de drogas na comunidade, embora eu não tenha perguntado diretamente a respeito do assunto. No entanto, a presença do tráfico comparece no corpo e na fala.

Aconteceu de pessoas que ao contar sobre suas memórias familiares ficaram com os olhos marejados de emoção, e que suavam ao falar de determinadas dificuldades que tiveram em seu passado.

2. CONSTRUÇÃO TEÓRICA

2.1. A contribuição de D.W.Winnicott para a questão do afeto

2.1.1. Desconfiança nas interações sociais

Não resta dúvida de que a psicanálise se constitui sob o signo da liberdade, inscrevendo-se pois num projeto libertário. Ao pretender, com Freud, tornar consciente o inconsciente, o que estava em pauta era libertar o sujeito do determinismo e do jugo do inconsciente, para ampliar o campo da liberdade daquele e lhe possibilitar maior mobilidade.

Birman

O saber psicanalítico entendido como um conjunto de teorias e uma prática sobre a atividade psíquica inconsciente do sujeito desalojou as estruturas da hegemonia do sujeito racional do paradigma³⁹ da modernidade.

Sob o paradigma⁴⁰ da racionalidade científica moderna vigora o dualismo que separa o ser humano da natureza. Com efeito, a natureza foi pensada como o objeto a ser conhecido e dominado pela atividade racional do sujeito humano. A visão do paradigma vigente fora organizada na capacidade humana de conhecimento adstrita à racionalidade, e a natureza reduzida à concepção de uma máquina determinada com uma essência racional.

Nesse norte, outros dualismos foram forjados a partir dessa perspectiva paradigmática organizada pelo dualismo natureza e ser humano, a saber: corpo/psiquismo, natureza/cultura e sujeito/objeto (Plastino, 2001, p.23). Estas organizações esquemáticas do paradigma racionalista da modernidade denegam as perspectivas que ultrapassam o que pode ser apreendido pela razão humana, desconsiderando outras formas de conhecimento que acessem o real, que sob esse paradigma é reduzido à simplicidade.

O relacionamento com o real fica emagrecido na medida em que o conhecimento legítimo racional repousa no entendimento de que o real material e determinado pode ser explicado segundo o modelo causalista, e, portanto, satisfazendo aos objetivos de controle e dominação do ser humano da modernidade sobre a natureza. Não se trata propriamente de

³⁹ Segundo Boaventura de Sousa Santos: “ O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constitui-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais” (SANTOS, 1988).

⁴⁰ Para esclarecer, sugere-se a definição de paradigma oferecida por Plastino: “Um paradigma é um conjunto de *perspectivas dominantes* em torno de uma concepção do ser, do conhecer e do homem que, em períodos de estabilidade paradigmática, adquirem uma autoridade tal que se “naturalizam”. Assim, embora estas perspectivas sejam, tanto quanto as ciências e saberes sustentam, uma construção teórica, este aspecto fica velado pela mencionada “naturalização”, impedindo que a crítica – peça central da atividade de conhecimento – seja exercida sobre as perspectivas fundamentais” (PLASTINO, 2001, p.22).

conhecer o objeto em sua profundidade e complexidade, mas de explicar os aspectos deste que obedecem à lógica racional, de modo que possibilite a intenção de apropriação do homem.

Esse sujeito ativo, com desígnio de controle e apartado da natureza, por consequência, foi configurado na separação entre corpo e psiquismo. O corpo do homem foi reduzido à concepção de máquina determinada desabilitado do psiquismo, sendo este último circunscrito à racionalidade da consciência. Desse modo o sujeito cognoscente no processo de conhecimento fica estritamente atrelado a apreensão do real pela via racional, mediada pela representação, denegando a “experiência de apreensão no embate dos corpos e dos afetos” (PLASTINO, 2004, p.43).

No entanto, as descobertas da ciência⁴¹ ocasionadas pelo próprio paradigma da modernidade desequilibraram seus pilares e descortinaram a complexidade do real, como também do ser humano e do conhecimento. Como realça Plastino “essas ciências opõem uma imagem do real caracterizado pela sua historicidade, imprevisibilidade, interpenetração, auto-organização, criatividade e acidente” (PLASTINO, 2001, p.30).

Nesse trabalho o saber psicanalítico fundado por Freud é contemplado como inserido no movimento de subversão aos pressupostos paradigmáticos⁴². Diante do entendimento de que a teoria psicanalítica oferece uma inovadora concepção antropológica, ontológica e epistemológica ao proclamar a existência da realidade psíquica inconsciente e sua forma de apreensão do real⁴³ direta e imediata, constituída a partir da experiência clínica numa dinâmica intersubjetiva com a participação dos afetos.

⁴¹ Destacando no âmbito das ciências duras a análise de Boaventura de Sousa Santos: “As condições teóricas, determinadas pelo avanço do conhecimento propiciado pelo paradigma moderno, permitiram ver ... a fragilidade dos pilares sobre os quais o dito paradigma se funda. Lista quatro: a relativização das leis da física moderna no domínio da astrofísica (pela teoria da relatividade), no domínio da microfísica (pela física quântica), do rigor das matemáticas (pelo teorema da incompletude de Gödel), e finalmente, da teoria da entropia (pela teoria das estruturas dissipativas de Prigogine)” (PLASTINO, 2004, p.431). Nesse sentido vale realçar que: “O processo que levou à profunda transformação do conceito de matéria acarretou... uma não menos radical modificação da concepção sobre o ato de conhecer. Longe da separação radical entre o “objeto” e o “sujeito” do conhecimento, sobre a qual o paradigma moderno fez repousar a “neutralidade” do observador, as descobertas da física quântica tornaram evidentes as características de um processo no qual o “observador” participa ativamente da constituição do objeto” (PLASTINO, 2001, p.30).

⁴² Nesse trabalho adotamos a perspectiva desenvolvida por Plastino em seu texto “O quinto rombo: a psicanálise”(2004).

⁴³ A concepção simplista e organizada do real no paradigma da modernidade foi subvertida pelas transformações teóricas formuladas por Freud nos trabalhos da “virada dos anos 20” que trazem um olhar da complexidade do real, como sublinha Plastino em síntese: “Complexidade do ser, que refuta, pela afirmação da realidade psíquica inconsciente a da especificidade de seus processos, a pretensa homogeneidade do real sustentada pelo paradigma moderno. Complexidade do processo de conhecimento, que critica, pela afirmação de formas de apreensão inconsciente, o pretensio monopólio da consciência afirmada por aquele paradigma. Complexidade, por fim, do homem, pela sua compreensão do primado da afetividade, que contesta o racionalismo da modernidade” (PLASTINO,2001, p.14-15).

Freud, com a descoberta dos processos inconscientes, como resultado de sua experiência clínica inicial, reconhece, nesse esforço, a apreensão inconsciente imediata, como fluxo de afetos, experiência que ocorre na intersubjetividade, descobrindo o mecanismo afetivo fundamental na transferência. Uma apreensão eminentemente intuitiva, da ordem da compreensão, não sendo um conhecimento explicativo, dando acesso a outras dimensões do real, o que leva a incorporar processos de conhecimento, outros, que não se submetem ao monopólio da racionalidade. No entanto essas descobertas iniciais inconciliáveis ao paradigma não permitiram que Freud se insubordinasse à tradição científica a qual estava inserido.

Nesse sentido, embora a psicanálise represente uma fonte de conhecimento que nos ajuda a refletir sobre o fenômeno humano, o pai da psicanálise, como homem inserido em sua temporalidade, reivindicava o rigor das ciências naturais à disciplina⁴⁴ que fundava, tanto que erigiu sua metapsicologia⁴⁵ com base em conceitos fundamentais de acordo com o paradigma científico.

Nesse contexto, nos permite inferir as contradições que permearam a obra de Freud, exatamente por não se desligar do paradigma moderno em que estava inserido, insistindo em pressupostos que contradiziam suas descobertas na clínica que descortinaram os aspectos afetivos da relação transferencial, tendo se afastado de suas descobertas intuitivas iniciais⁴⁶ ao longo da elaboração de sua metapsicologia. Curiosamente, Freud não demonstrou pretensões de construir uma obra sistemática, daí as idas e vindas que serpenteiam a sua obra. O que pretendemos iluminar, portanto, é que o psiquismo inconsciente, descoberto pela psicanálise freudiana fundada na experiência clínica que ocorre num ambiente relacional de implicação

⁴⁴ Freud em texto de 1923 conceitua a psicanálise como : “Psicanálise é o nome: 1) de um procedimento para a investigação de processos psíquicos que de outro modo são dificilmente acessíveis; 2) de um método de tratamento de distúrbios neuróticos, baseado nessa investigação; 3) de uma série de conhecimentos psicológicos adquiridos dessa forma, que gradualmente passam a constituir uma nova disciplina científica” (FREUD, 2011, p.274).

⁴⁵ Fica bem elucidativo essa afirmação com a síntese oferecida por Plastino: “A teorização do apreendido na clínica requeria, entretanto, forjar conceitos e articulá-los, sendo para tanto necessário recorrer a algum tipo de instrumento teórico. Como afirma Freud, a organização de um novo campo de saber exige tomar emprestado “de algum” lado conceitos fundamentais. Esse “lado” não podia ser inicialmente outro que as ciências e as categorias forjadas pelo paradigma da modernidade. Assim, foram as categorias elaboradas por este paradigma que Freud utilizou inicialmente para construir o registro metapsicológico de sua teoria. Todavia, a própria necessidade de criar essa ferramenta teórica – a metapsicologia – constituiu em si mesma uma evidência da inadequação do paradigma moderno para pensar o novo campo: a realidade psíquica inconsciente” (PLASTINO, 2004, p.437).

⁴⁶ Podemos destacar a clínica da histeria como emblemática e fulcral na história da psicanálise, além disso os *Estudos sobre a histeria (1895)* são considerados inaugurais na criação da psicanálise. Nestes estudos de casos clínicos a respeito das pacientes histéricas de Freud podemos evidenciar através de sua escuta sensível a dimensão afetiva que permeia os relatos dessas mulheres. Ademais revelam a singularidade da experiência afetiva em suas manifestações sintomáticas provenientes de seus sentimentos.

mútua, além de provocar o desalojamento das bases racionalistas, revela a existência de uma dinâmica relacional afetiva inconsciente entre sujeitos.

Os embaraços teóricos e dificuldades que se apresentavam no enfrentamento da experiência clínica permitiram que Freud desenvolvesse modificações profundas nos seus trabalhos “da virada teórica dos anos 20” que é marcada por subterrâneas críticas aos pressupostos paradigmáticos da modernidade⁴⁷. Estas últimas formulações empreendidas por Freud consubstanciaram no assentimento da existência de percepção, sentimentos e emoções inconscientes, além do entendimento da participação do psiquismo inconsciente e seus afetos na constituição da subjetividade.

Convém por enquanto apontar que as formulações freudianas que iluminam processos afetivos e a prática clínica conduzida num saber compreensivo como experiência de conhecimento constituem o manancial apreciado por Winnicott que será desenvolvido em sua obra, e que mais adiante será apresentado neste trabalho.

Este movimento psicanalítico alavancado por Freud e as contribuições desenvolvidas que se sucederam por outros teóricos a partir da experiência clínica que dão estatuto à psicanálise como conhecimento legítimo para proceder a crítica aos pressupostos paradigmáticos da modernidade que refletem no engendramento afetivo das relações sociais e na interação do ser humano com seu ambiente social. Plastino elucida de forma significativa a respeito:

Pensando o ser humano como ser racional, movido por cálculo e interesses, o paradigma moderno foi incapaz de produzir um saber capaz de nos municiar para lidar com aspectos centrais do nosso ser. Pensando-o a partir de uma concepção individualista que fazia da sociabilidade humana um momento segundo, tributário de uma decisão racional, ignorou a significação constitutiva da intersubjetividade e dos afetos. Estas questões, entretanto, constituem o cerne do saber elaborado pela psicologia da profundidade, fazendo desta um precioso instrumento teórico – o mais importante com que contamos no ocidente – para lidar com a problemática das emoções humanas (PLASTINO, 2004, p.435).

Passemos a refletir, brevemente, no que tange a relevância de elucidar os desdobramentos deste trabalho, sobre alguns aspectos da trama conceitual freudiana, no sentido de anunciar os limites encontrados por Winnicott na teoria psicanalítica ortodoxa, no que diz respeito, tanto à relação do ser humano com o meio externo (ambiente) quanto à leitura da formação da subjetividade.

⁴⁷ “Compreender a teoria freudiana – na sua última formulação – como constituindo uma crítica radical dos pressupostos fundamentais do paradigma moderno não significa, portanto, afirmar a existência de uma explícita intencionalidade freudiana nesse sentido, mas sim apreender o movimento geral da teoria e discriminar as condições de possibilidade de seus principais postulados...” (PLASTINO, 2001, p.17).

Freud privilegia a dimensão pulsional inata, numa leitura ancorada no determinismo, considerando um momento originário do indivíduo em que existe um investimento de toda a libido em si mesmo⁴⁸, antes de qualquer investimento libidinal em direção aos objetos (ao mundo externo). Nesse sentido, o autor revela a adoção de uma perspectiva que afasta a dimensão relacional na constituição do sujeito, evidenciando a concepção de indivíduo prévio à sociedade (PLASTINO, 2014, p.20).

É dentro da leitura da vida pulsional interna, privilegiando a realidade em sua interioridade “em benefício de uma perspectiva estrutural” da constituição do psiquismo que Freud instaura o sujeito. Esse entendimento dispensa a realidade externa, “ignorando sua influência na experiência vivenciada pelo sujeito” (PLASTINO, 2014, p. 116).

A atuação das forças em conflito encontra lugar na psicanálise ortodoxa⁴⁹, onde o homem é concebido como um ser conflitivo e antissocial por excelência, e movido por um duelo pulsional interno. A partir desse entendimento, o indivíduo anterior à inserção social possui uma relação de animosidade com o meio externo o qual se impõe coercitivamente para reprimir as exigências pulsionais⁵⁰. Portanto, segundo essa perspectiva, a repressão é a condição inafastável para assegurar a viabilidade da vida em sociedade e realizar o processo de socialização do indivíduo.

Numa primeira aproximação sobre os trabalhos elaborados a partir dos anos 20 é inegável o pessimismo⁵¹ que assola Freud⁵² ao introduzir o elemento da pulsão de morte. A tematização constante da violência nesse período coloca a sombra de Thânatos no conjunto da obra, o que fica evidenciado na ênfase colocada no fenômeno da agressividade e na nova perspectiva dada ao Complexo de Édipo⁵³ com a introdução da formulação teórica do

⁴⁸ Esse estado inicial da vida do ser humano denomina-se de narcisismo primário. Essa fase como descrita sem qualquer participação ambiental revela-se insustentável para Winnicott, autor que trabalharemos a seguir

⁴⁹ Neste trabalho, compreende-se por psicanálise ortodoxa a elaborada por Freud, enquanto a psicanálise heterodoxa será atribuída a Winnicott.

⁵⁰ Segundo Mezan, a pulsão é caracterizada pela “sua independência frente ao objeto que a satisfaz” (MEZAN, 2013, p.257).

⁵¹ No entanto se nos deslocarmos para um momento anterior da obra freudiana, podemos evidenciar que Freud, impregnado pela atmosfera de progresso da modernidade, acreditava no valor da norma social e na regulação da vida com vistas ao desenvolvimento da civilização, como circunscrito em Totem e Tabu, texto de 1913. Através da construção de um mito, inferiu as origens do desenvolvimento da moral e da cultura, caminhando do estado de natureza para o estado civilizatório. Desde então existia o entendimento sobre a oposição entre indivíduo e sociedade, todavia no texto Mal Estar na Civilização revela um verdadeiro descrédito quanto à evolução da civilização com a presença da pulsão de morte.

⁵² Podemos evidenciar que Freud sofria os efeitos das Guerras Mundiais

⁵³ O complexo de Édipo baseado na autoridade paterna e entendido como responsável pela estruturação do indivíduo, desvaloriza os aspectos femininos sobre a socialização do sujeito. Segundo Freud, a matriz feminina é entendida como inimiga da cultura. Os aspectos da matriz materna na constituição da subjetividade serão apresentados sob outras luzes, numa perspectiva heterodoxa da psicanálise neste trabalho.

superego. Também foi um período em que Freud produziu muitos de seus escritos sociais⁵⁴ a respeito das adversidades da civilização (MEZAN, 2013, p.452).

Podemos observar na obra *O Mal Estar na Cultura* (1930) a consideração freudiana quanto aos impulsos agressivos do homem como exterioridade da pulsão de morte, representando o ancoramento na essência humana de uma ameaça para a vida em sociedade – mundo externo - que igualmente é composta por outros indivíduos agressivos:

A existência desse pendor à agressão, que podemos sentir em nós mesmos e justificadamente pressupor nos demais, é o fator que perturba nossa relação com o próximo e obriga a civilização a seus grandes dispêndios (FREUD, 2010, p.77).

Desse modo podemos evidenciar que a relação entre indivíduos é pensada num contexto conflituoso, pois composta por indivíduos determinados por uma natureza humana igualmente conflituosa, na medida em que a origem da ameaça às relações sociais se encontra no interior do próprio ser humano, estabelecendo um destino determinado pela pulsão de morte originária que apenas poderia ser remediado através da repressão. Destacamos assim:

... as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instituais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus* [O homem é o lobo do homem]; quem depois de tudo o que aprendeu com a vida e a história, tem coragem de discutir essa frase? Via de regra, essa cruel agressividade aguarda uma provocação... Em circunstâncias favoráveis, quando as forças psíquicas que normalmente a inibem estão ausentes, ela também se expressa de modo espontâneo, e revela o ser humano como uma besta selvagem que não poupa os de sua espécie (FREUD, 2010, p.76).

Nesse cenário apresentado de subordinação à agressividade laqueada a pulsão de morte revela uma desconfiança fundamental na relação entre indivíduo e sociedade, demonstrando a barreira imposta à vida na civilização. No entanto, a cultura⁵⁵ está sob o empenho de Eros – pulsão de vida – que arrefece a agressividade dirigida para o meio externo, na medida em que a direciona para o próprio sujeito por intermédio da constituição do superego⁵⁶ (MEZAN, 2013, p.300).

⁵⁴ Podemos destacar: *O Futuro de uma Ilusão, O Mal Estar Na Civilização, Psicologia das Massas e Análise do Eu, A questão de uma Westanschauung, Moisés e o Monoteísmo.*

⁵⁵ Escolhemos utilizar as expressões civilização e cultura como sinônimos, de acordo com as traduções do texto que não fazem distinção.

⁵⁶ “Uma das instâncias da personalidade tal como Freud a descreveu no quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico: o seu papel é assimilável ao de um juiz ou de um sensor relativamente ao ego. Freud vê na consciência moral, na auto-observação, na formação de ideais, funções do superego. Classicamente, o superego é definido como o herdeiro do complexo de Édipo; constitui-se por interiorização das exigências e das interdições parentais” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p.497).

A estruturação do Supereu responsável pela consciência moral congrega a internalização da autoridade externa e a agressividade renunciada no trâmite edipiano de modo que possibilita a instalação do sentimento de culpa. Portanto, esse sujeito está “constantemente sob o olhar de um Outro que está em si. Este outro é o Pai despersonalizado, cuja ameaça de castração perdura no âmago do sujeito por intermédio da identificação” (MEZAN, 2013, p. 301-303).

Nesse sentido, o protagonismo da figura do Pai é fulcral na constituição do sujeito e na construção da civilização. Segundo Plastino:

Aceita, em suma, a lei social, introjetando o superego social, considerado por Freud uma herança do Complexo de Édipo. O papel central que Freud atribui à repressão na constituição da vida social civilizada fica mais uma vez evidente na significação que confere à introjeção do superego: trata-se, afirma, da vitória da sociedade sobre o indivíduo (PLASTINO, 2014, p.96).

Cumprir iluminar que o incremento da consciência moral em Freud se fundamenta na repressão, exatamente por compreender o ser humano em sua capacidade de destruição inata, a partir da pulsão de morte, e, portanto, possuindo uma essência conflitiva. Assim, a capacidade de distinguir entre o bem e o mal deve ser imposta pela realidade externa, denegando a possibilidade da bondade de maneira originária, e desconfiando das interações sociais, pois a intersubjetividade em Freud é lastreada inexoravelmente no conflito. Portanto a socialização ocorre a partir da ameaça:

É lícito rejeitar uma capacidade original, por assim dizer “natural”, para distinguir entre o bem e o mal... Aí se mostra, então, a influência alheia; ela determina o que será tido por bom ou mau. Como o próprio sentir não teria levado o ser humano pelo mesmo caminho, ele deve ter um motivo para se submeter a essa influência externa. Podemos enxergá-lo no desamparo e na dependência dos outros, e a melhor designação para ele seria o medo da perda do amor. Se perde o amor do outro, do qual é dependente, deixa também de ser protegido contra perigos diversos, sobretudo expõe ao perigo de que esse alguém tão poderoso lhe demonstre a superioridade em forma de castigo. Portanto, inicialmente o mal é aquilo devido ao qual alguém é ameaçado com a perda do amor; por medo dessa perda é preciso evitá-lo (FREUD, 2010, p.94)

Este sopro teórico apresentado a respeito do pensamento de Freud introduz os desdobramentos teóricos da psicanálise em Winnicott que embora reconheça sua filiação freudiana, oferece uma perspectiva da interação humana mais afeita à vitalidade dos encontros entre os sujeitos, pois compreende a formação da subjetividade na dependência arcaica do bebê com seu ambiente, e no amparo favorecido entre os sujeitos.

2.1.2. Processo maturativo emocional: um encontro entre ser humano e ambiente

“A minha força tem suas raízes na relação que tive com minha mãe”

Freud

Convocar o saber psicanalítico winnicottiano revigora, em certa medida, as descobertas pautadas na clínica freudiana, já que a construção teórica de Winnicott⁵⁷ encontra fôlego na própria experiência clínica, e desenvolve conceitos singulares descobertos por Freud. E nela encontramos a chave explicativa empírica do processo de constituição da subjetividade na relação de unidade entre mãe-bebê originariamente para a formação do indivíduo. O que retira a precedência do indivíduo à sociedade, negando uma ontologia do sujeito pré-social, que caracteriza a concepção conflitiva entre indivíduo e sociedade, alicerçada na repressão como condição para a vida social.

Além disso, afirmar que somos seres constituídos na mutualidade fundante entre mãe e bebê, relação envolvida de afetividade, valorizando os atributos femininos e a experiência do afeto, pode nos oferecer formas mais criativas de cooperação social. Ademais, a presença do outro em nossa composição arcaica, estabelece a participação fundamental do ambiente na formação do sujeito, e, desse modo, desloca o essencialismo centrado na interioridade, quando traz para a cena a mãe-ambiente no desenvolvimento da subjetividade, processo marcado pela historicidade, o que revela o antidualismo winnicottiano, diante do entendimento da experiência do ser animada pelo ambiente, o que conduz à ideia de continuidade entre interioridade e exterioridade.

A experiência clínica winnicottiana como pediatra é fundamental para entendermos os primórdios da vida psíquica, fundamentada na relação precoce entre mãe e bebê, ornada pela afetividade dos cuidados e humanidade da mãe, consubstanciada pelo contato da vitalidade do corpo, em que a comunicação entre ambos está regida pelo próprio contato corporal, e intuição, prescindindo da representação, já que é favorecida na compreensão.

Entendemos que convocar o saber psicanalítico winnicottiano é valioso para compreendermos o sujeito social através de seus vínculos afetivos e interações, e, dessa maneira podemos pensar em nossa responsabilidade ética, a partir das próprias condições sociais que nos constituem. Pois iniciamos a vida na dependência do outro, o que revela nossa vulnerabilidade fundante. Ademais, implica no reconhecimento de que somos,

⁵⁷ Donald Winnicott foi um pediatra e psicanalista inglês. Diante da Segunda Guerra Mundial foi o psiquiatra responsável, numa área de recepção de crianças na Inglaterra, do Plano de Evacuação Governamental. Essa experiência, segundo sua esposa, Clare Winnicott, "teve um efeito profundo em Winnicott, pois teve de enfrentar, de um modo concentrado, a confusão gerada pela desintegração maciça da vida familiar" (WINNICOTT, 2002, p. XII). Winnicott compreendia que o " ser humano, dado um ambiente facilitador, contém intrinsecamente o impulso para o crescimento em direção à maturidade, tanto emocional quanto física, e para uma contribuição positiva para a sociedade" (DAVIS e WALLBRIDGE, 1982, p.19).

originariamente, seres sociais, e, em virtude desta condição relacional percorremos a possibilidade de individuação amparada.

Partindo dessa perspectiva que o indivíduo emerge da complementariedade e compreensão do outro, já rechaça a concepção antropológica de antagonismo entre indivíduo e sociedade, que faz do indivíduo um produto da cultura e civilização, para conter seus anseios inatos de agressividade. Somos seres corporais, dependentes do contato e presença do outro, considerando a nossa condição inicial de estarmos entregues aos cuidados do outro, indissociável da mobilização de demanda espontânea do bebê pela presença do outro, em virtude de seu impulso vital que vai de encontro com o ambiente na experiência de ser.

O primeiro ambiente do bebê é a formação mãe e bebê, “isso que chamam bebê não existe” isoladamente, o que existe é o contexto na unidade ambiente-indivíduo, pois mãe e bebê encontram-se fusionados. Através do provimento ambiental facilitador e cuidados adequados aquele ser humano pode começar a tornar-se um indivíduo e inaugurar a criação de um mundo externo, pois da perspectiva do bebê não existe a realidade externa⁵⁸ (WINNICOTT, 2000, p.166).

“É apenas gradualmente que os cuidados ambientais vão sendo incorporados como aspectos do si-mesmo do bebê, ao mesmo tempo em que o ambiente facilitador vai se transformando em algo externo e separado dele. O ambiente – que no início, é a mãe, ou melhor, os modos de ser da mãe – é parte do bebê, indistinguível dele” (DIAS, 2017, p.110).

A presença viva de uma mãe que simplesmente tenha interesse e se identifique com o seu filho, nessa fase mais primitiva de dependência⁵⁹, dedicando-se aos seus cuidados, fornece o ambiente vital para a evolução emocional do bebê, já que este possui uma necessidade absoluta em ser conhecido por alguém, de modo que “ninguém pode conhecer melhor um bebê que a própria mãe” (WINNICOTT, 1975, p.96).

É evidente que essa relação dual entre mãe e bebê pressupõe a mutualidade da experiência, que se perfaz na qualidade do acolhimento oferecido ao bebê, de modo que a capacidade sensitiva da mãe de estar disponível, e se identificar com as necessidades do seu filho, sejam um benefício para ambos. Nessas circunstâncias o bebê encontrará a possibilidade de vivenciar espontaneamente suas experiências emocionais através da própria imaginação, permitindo que vivencie a ilusão de onipotência, fundamental nessa fase de

⁵⁸ A esse respeito, “Winnicott teve de ultrapassar duas ideias estabelecidas pela psicanálise tradicional: primeiro, aquela que supõe, como já dadas, a constituição do eu primitivo e a capacidade de contato com a realidade; segundo, a ideia de que a dinâmica essencial do homem poderia ser descrita em termos de pulsões” (DIAS, 2017, p.77).

⁵⁹ Pode-se chamar dupla dependência, pois existe uma dependência absoluta em relação ao ambiente emocional e físico (WINNICOTT,2013, p.5).

dependência absoluta. Esse ambiente favorecedor da criatividade, onde o psicossoma possa expressar suas tendências inatas, vivenciando a indiferenciação entre a realidade externa e seu *self*⁶⁰, que propiciará a emergência do que o sujeito advirá.

A experiência constitui o sujeito, mas é um processo experiencial gradual que o humano percorre. A possibilidade do indivíduo possuir uma história para contar a respeito de si depende intrinsecamente do favorecimento dos cuidados ambientais que possibilite o bebê habitar seu mundo subjetivo e experienciar a continuidade da existência no ser que conduz à emergência do sentimento de ser. Apenas assim será capaz de vivenciar suas experiências, constituindo na relação com o outro a realidade de si e do mundo. A experiência humana se diferencia conforme o momento do processo maturativo. Nesse sentido, Dias resume:

Segundo a concepção winnicottiana, o bebê já é um ser humano desde a vida intrauterina, e isto se define pela capacidade inata de fazer experiências. Apesar de inata, essa capacidade precisa ser exercida, tornada real e integrada a personalidade, e isto só se realiza se, no decorrer dos estágios iniciais, o bebê for provido de cuidados facilitadores, caso contrário a capacidade fenece ou paralisa. A capacidade para a experiência é, portanto, uma aquisição do amadurecimento, que depende de um elemento imponderável: a facilitação ambiental (DIAS, 2017, p.105).

Nessa fase mais arcaica do indivíduo, denominada por Winnicott de dependência absoluta, o bebê não tem o conhecimento da existência da mãe ou do exterior, e esse não conhecimento que permitirá o desenvolvimento do verdadeiro *self*, em um ambiente adaptado às necessidades do lactente, na medida em que permita a experiência de continuidade do ser, e ofereça a sustentação para a singular produção imaginária do bebê, podendo exprimir suas tendências inatas, conseguindo a integração a partir do seu próprio cerne.

Quando o bebê encontra o acolhimento necessário desse ambiente que, simplesmente, acompanha a experiência de ser precípua, na indiferenciação, sem invadí-lo, pois está simplesmente vivenciando sua criatividade, esse ambiente fará parte dele constitutivamente. Para Winnicott a internalidade se perfaz na vivência dos cuidados e da qualidade mútua da relação com a mãe-ambiente. E, nesse sentido, o processo de integração respeitará a própria singularidade do bebê, enriquecendo a fantasia, e os próprios sentidos que são dados à vida. Portanto, o ambiente protege todo esse processo de expressão da singularidade, de modo que a capacidade de perceber e lidar com a realidade externa seja permitida de forma gradativa.

⁶⁰ “...realidade esta em que nada ainda distinguiu-se como não-eu, de modo que ainda não existe EU. A identificação é aquilo com que a criança começa. Não significa que a criança se identifica com a mãe, mas que não há conhecimento da mãe ou de qualquer objeto externo ao *self*; e mesmo essa afirmação não pode ser considerada correta, pois não existe ainda um *self*. Poder-se-ia dizer que, neste estágio, o *self* da criança é apenas potencial...” (WINNICOTT, 2013, p.25)

A criança deve ser protegida de fenômenos externos que possam causar nela uma reação a uma irritação que é percebida e registrada como falha da confiabilidade⁶¹ (WINNICOTT, 1983, p.91). Se a reação se torna um padrão na vida do bebê, isso pode conduzir a uma violação ao processo de integração que possui como tendência inata. Para tanto a mãe precisa de apoio externo⁶² para desempenhar suficientemente bem o seu papel, que pode ser fornecido pelo pai da criança, pela família e pelo ambiente social a que pertence. Portanto, o cuidado com a criança depende da provisão ambiental, que pode ser afetada pelos territórios ao redor dos grupos de indivíduos e realidade social (WINNICOTT, 1983, p.63ss).

É o ambiente circundante que torna possível o crescimento de cada criança; sem uma confiabilidade ambiental mínima, o crescimento pessoal da criança não pode se desenrolar, ou desenrola-se com distorções. Ademais, por não haver duas crianças rigorosamente idênticas, requer-se de nós que nos adaptemos de modo específico às necessidades de cada uma. Isso significa que todo aquele que cuida de uma criança deve conhecê-la e trabalhar numa relação viva e pessoal com o objeto de seus cuidados, e não aplicando mecanicamente um conhecimento teórico. Basta estarmos sempre presentes, e sermos coerentemente iguais a nós mesmos, para proporcionarmos uma estabilidade que não é rígida, mas viva e humana, com a qual o bebê pode sentir-se seguro. É em relação a isso que o bebê cresce, e é isso que ele absorve e copia (WINNICOTT, 2013, p.45).

O protagonismo do ambiente, nos primórdios do desenvolvimento emocional, acolhendo a possibilidade de expansão da singularidade, e favorecendo a espontaneidade do bebê, numa relação fundamentada no respeito, revelam a historicidade desse processo na sustentação da possibilidade de elaboração singular das próprias vivências. Afastando, assim, o determinismo do indivíduo, ao iluminar a composição da subjetividade agregada ao aleatório do processo, tecido pela experiência recíproca do bebê e a mãe-ambiente. Nesse sentido, demonstra a dissonância a determinados pressupostos do paradigma da modernidade que polarizam a relação entre indivíduo e sociedade, e normatizam as essências do humano, desencarnando-o da própria experiência, a partir da concepção essencialista do indivíduo, marcada pelos instintos de agressão, precedendo a inserção na civilização, e com essa mantendo uma relação de animosidade.

Essa fusão do bebê ao ambiente que acolha as suas necessidades, num manejo que sustente a confiança, permitirá o desenvolvimento emocional através das próprias vivências espontâneas entregando-lhe a possibilidade de integração que é uma tendência natural, e ao mesmo tempo desenvolve a aceitação da realidade externa, o que coincide com as falhas de

⁶¹ Na compreensão de Winnicott “reagir à não-confiabilidade no processo de cuidado do lactente se constitui em um trauma, cada reação sendo uma interrupção do “vir-a-ser”(WINNICOTT, 1983, p. 91).

⁶² A atitude sensível da mãe para tecer uma relação de cuidado constante e delicado que contribua para as necessidades do filho é favorecida na medida em que se sente segura para desempenhar o seu papel, estando ela mesma protegida por seu lar, “e ao sentir-se aceita nos círculos cada vez mais amplos que circundam a família e constituem a sociedade (WINNICOTT, 2013, p. 3).

adaptação da mãe-ambiente – que também habitam a mãe suficientemente boa - que após um tempo de entrega, necessitará do seu próprio tempo e retomará suas atividades de forma gradual. Assim, a criança é limitada em sua onipotência para construir o EU, o que permite desenvolver a possibilidade de participar da vida do outro.

Nesse contexto, em que a criança tem capacidade de suportar as falhas de adaptação⁶³ ambientais, permanecendo na manutenção do acolhimento amoroso, terá condições de aceitar a externalidade da realidade, distinguindo entre suas fantasias e aquilo que ocorre na realidade externa⁶⁴. E assim, conquista a percepção da mãe como “um outro”, reconhecendo-a como um “não-eu”, o que inclui a capacidade do sentimento de estar integrado também. Vale realçar que tudo isso poderá ocorrer quando se respeita a fase de dependência absoluta precedente.

Do percurso progressivo empreendido pela criança desde a dependência extrema rumo à independência naquilo que se considera suas necessidades quanto à provisão ambiental, que são absolutas na fase arcaica, diminuem de maneira gradativa. No entanto, a falha ambiental, dependendo do grau de dependência da criança, ocasionará violações no desenvolvimento emocional (WINNICOTT, 1983, p.64).

Notemos, portanto, a imprescindibilidade do manejo ambiental para que a fase de dependência relativa, sustentada pela ratificação amorosa da mãe, possa ocorrer. Nesse sentido, essa fase se desenrola na alternância de dois estados do bebê, excitado e tranquilo, permeada pelas falhas da mãe-ambiente, sendo que no estado tranquilo abre-se a possibilidade do bebê elaborar a percepção da própria unidade, como também, a experiência de uma mãe objetiva. Podemos dizer que ocorre a aceitação das exigências desse período, quando nos estados excitados o bebê fica apreensivo quanto às consequências de suas reações, encontrando num ambiente não retaliativo a conquista do sentimento de culpa.

As sucessivas reações do bebê a esta limitação de sua onipotência provocam, quando existe um ambiente suficientemente bom, a “conquista” do sentimento de culpa e, posteriormente, do desejo de reparação. Winnicott vê na emergência do sentimento de culpa uma conquista, na medida em que resulta do conhecimento do bebê da alteridade, da própria subjetividade e da responsabilidade por seus atos em relação a esse outro agora percebido como objetivo (PLASTINO, 2014, p. 66).

⁶³ De acordo com Winnicott, as falhas de adaptação são “outra vez uma forma de adaptação, porque estão relacionadas com a crescente necessidade da criança de enfrentar a realidade e de conseguir separação e o estabelecimento de uma identidade pessoal” (WINNICOTT, 1983, p. 91)

⁶⁴ Todo esse processo corresponde a fase denominada de dependência relativa, que possui cinco principais fatores, a saber:

“A falha gradual da mãe e sua desadaptação como resposta ao desenvolvimento apresentado pelo bebê; O início de uma compreensão intelectual por parte do bebê; A apresentação resoluta e confiante do mundo pela mãe ao bebê, que se subordina à sua capacidade de ser ela mesma (a apresentação do objeto); O aumento da consciência do bebê e sua própria dependência; A capacidade do bebe de identificar-se.” (Abram, 2000, p.103)

Sendo assim, podemos inferir que diante de uma mãe que aprecia os gestos de reparação do bebê possibilita a emergência do sentimento ético que é uma tendência natural do ser humano. A compreensão e aceitação progressiva do bebê quanto à própria dependência, conduz ao reconhecimento do outro de forma espontânea, sendo distinto do posicionamento sobre a imposição de limites através da repressão dos instintos, o que nos permite considerar que o entendimento consubstanciado na espontaneidade facilitada pela afetividade favorece a função social do indivíduo.

Observemos que ao longo dessas fases apresentadas, o ambiente facilitador conduz o indivíduo à maturação quando permite o desenvolvimento de suas tendências naturais – o que não equivale a perspectiva essencialista da modernidade – de modo que depende das condições sociais que tornem possíveis a expressão de sua singularidade potencial. Assim, podemos inferir a respeito do entrelaçamento complexo das tendências naturais com o ambiente favorecedor. O que desaloja o pensamento hegemônico de matriz hobbesiana – como em Freud – de que os interesses do indivíduo estariam em confronto com os interesses da civilização, na medida em que se considera o desenvolvimento emocional primitivo.

Winnicott realça o protagonismo do ambiente⁶⁵ apropriado que permite o processo evolutivo de desenvolvimento⁶⁶ emocional saudável^{67 68}, podendo chegar o indivíduo em sua jornada da dependência rumo à independência possuindo um sentido social intrínseco. O processo maturativo saudável do ser humano “implica não somente crescimento pessoal, mas também socialização” (WINNICOTT, 1983, p. 80). A identificação com a sociedade não pressupõe a insatisfação pessoal, pelo contrário, da maturidade do indivíduo depende a capacidade de pertencimento à sociedade, no sentido de se sentir responsabilizado por contribuir com ela de algum modo. Daí que a maturidade⁶⁹ integralizada do indivíduo não é

⁶⁵ Em síntese oferecida por Dias: “Iluminando o que se passa na peculiar relação mãe-bebê, Winnicott descreve as necessidades humanas fundamentais – que, desde as etapas mais primitivas, permanecem ao longo da vida até a morte do indivíduo – e as condições ambientais que favorecem a constituição paulatina da identidade unitária – que todo bebê deve poder alcançar -, incluídas aí a capacidade de relacionar-se com o mundo e com os objetos externos, e de estabelecer relacionamentos interpessoais”(DIAS, 2017, p. 1).

⁶⁶ Winnicott pontifica: “Vejo o desenvolvimento como indo em direção à independência e a significados sempre novos para o conceito de totalidade, que pode ou não se tornar um fato no futuro daquela criança caso ela esteja e continue viva. Também tenho plena consciência do quanto se depende do meio ambiente, e do modo como esse meio, inicialmente importantíssimo, continua a ter significado e vai ter significado mesmo quando o indivíduo atinge a independência, por meio da identificação com características ambientais, como quando uma criança cresce, se casa e cria uma nova geração de filhos, ou começa a participar da vida social e da manutenção da estrutura social” (WINNICOTT, 2016, p.42-43).

⁶⁷ “Podemos dizer que o ambiente favorável torna possível o processo continuado dos processos de maturação. Mas o ambiente não faz a criança. Na melhor das hipóteses possibilita à criança concretizar seu potencial (WINNICOTT , 1983, p.81).

⁶⁸ O processo evolutivo do desenvolvimento emocional é uma tendência inata que encontra correspondência no crescimento natural do corpo físico (WINNICOTT, 2013, p.5).

⁶⁹ Winnicott entende que a maturidade emocional é sinônimo de saúde

realizável num “ambiente social imaturo e doente” (WINNICOTT, 1983, p.80). E, de outro modo, a sociedade saudável depende de indivíduos sadios, pois a “sociedade não passa de uma duplicação maciça de indivíduos” (WINNICOTT, 2016, p.3).

As relações que o indivíduo estabelece com o ambiente farão parte dele de maneira constitutiva, sob a perspectiva dessa construção teórica. O que revela a compreensão a respeito da dependência intrínseca ao ambiente no processo de composição da subjetividade. Na perspectiva de Winnicott, não existe a independência absoluta do indivíduo, este é a expressão de um encontro com o ambiente. Nesse sentido, a individuação é uma processualidade em “que se pode dizer serem o indivíduo e o ambiente interdependentes” (WINNICOTT, 1983, p.80), pois socialização e individuação caminham juntas, não são processos estanques. Como esclarece Plastino:

Pensando o período inicial da vida humana como experiência de fusão total com a mãe, Winnicott pôde pensar o processo de construção da subjetividade como de emergência de um ser diferenciado, de um “indivíduo”. Nesta concepção, o processo de emergência do indivíduo caracteriza um processo de individuação. A participação do ambiente nesse processo, sendo decisiva, introduz a dimensão da história num processo que, mesmo continuando profundamente inserido na dinâmica natural, torna-se um processo cujo resultado é aleatório (PLASTINO, 2014, p.41).

A teoria de Winnicott enriquece nossas maneiras de pensar as relações existentes no mundo, e com sua singular perspectiva holística dos vínculos, nos oferece sua experiência clínica sobre observações a respeito da relação indivíduo-ambiente como prova empírica do relacionamento que nos compõem. O que possui manifestas implicações para se pensar em nossa responsabilidade ética, a partir do entendimento sobre a tendência humana à reparação, ao sentimento de culpa, contemporâneos aos cuidados afetuosos e ao acolhimento amoroso desses movimentos do bebê, revelam o protagonismo dos vínculos que nos constituem, e, nesse sentido, exatamente, descortinam nossa dependência arcaica, contendo implicações éticas quanto à nossa sociabilidade fundante. De modo que nos possibilita refletir sobre o papel de nossa participação fundamental nos processos sociais, a partir da condição humana de intersubjetividade em seus primórdios do desenvolvimento emocional.

2.1.3. Sentimento de preocupação⁷⁰ para o reconhecimento de si e do outro

⁷⁰ Em inglês o autor denomina o estágio do concernimento utilizando o termo *concern*. No entanto, optamos por preocupação, no título do tópico, que é utilizado por vários tradutores, pois representa o significado de preocupação dirigida ao outro que o termo *concern* possui. Também encontramos a tradução do termo por envolvimento.

O estágio do concernimento, na fase de dependência relativa⁷¹, culmina no desenrolar do processo, na conquista do reconhecimento de si, a partir do outro, permitindo o estabelecimento de relações com indivíduos totais reconhecidos como tais.

A transição para a dependência relativa dos cuidados maternos, que coincide com as evasivas e falhas da mãe, concede ao bebê a oportunidade de um percurso para a autonomia. A desadaptação da mãe de maneira gradual impulsiona a operação intelectual do bebê. Na medida em que se respeita a possibilidade da criança adquirir a confiabilidade no ambiente, que não é representacional, proporcionada pelos ritmos concedidos e climas emocionais do contexto ambiental saudável. Sendo, portanto, um conhecimento pré-simbólico que precede o cognitivo (DIAS, 2017, p.203). Nesse sentido, a transicionalidade inaugura a quebra da fusão entre mãe e bebê.

A crença na confiabilidade da mãe-ambiente que favorecerá “a conquista da transicionalidade, passagem intermediária para a relação com o mundo compartilhado e com objetos objetivamente percebidos” (DIAS, 2017, p. 207). Essa conquista só é possível na vivência precedente de um respeitoso exercício da criatividade originária do bebê em seu mundo subjetivo.

Nesse estágio de transicionalidade emerge o fenômeno de eleição significativa de algum objeto apreciado pelo bebê. Este objeto representa uma realidade mista entre o interno e o externo, pois o bebê ainda habita o mundo subjetivo. Na medida em que se desenrola o processo maturativo em sua tendência inata, o bebê se move para um sentido de realidade que reconhece o objeto como real, externo⁷² e separado dele. Isto significa “o reconhecimento do objeto como entidade de direito próprio” (WINNICOTT apud DIAS, 2017, p. 219). O que implica na destruição do aspecto subjetivo do objeto que estava no controle de sua onipotência⁷³, o que se constitui como objeto objetivo.

O impulso de destruir é uma experiência necessária para o bebê que depende da segurança na permanência e sobrevivência do objeto em sua integridade, o que faz emergir a qualidade de externalidade da realidade e a capacidade de usar objetos. Segundo o entendimento de Philips, a respeito da relação entre a crueldade primitiva do bebê e a

⁷¹ De acordo com Winnicott, “a recompensa neste estágio de dependência relativa é que o lactente começa, de certo modo, a se tornar consciente dessa dependência” (WINNICOTT, 1983, p. 84).

⁷² Segundo Dias, “a tese de Winnicott é, portanto, a de que existe uma destruição que é anterior ao funcionamento do princípio da realidade, destruição que desempenha um papel na criação da realidade, com o bebê colocando o fora do si-mesmo, ou seja, fora do mundo subjetivo. O que o indivíduo está criando, neste estágio, não é propriamente um objeto, mas um novo sentido de realidade, o da externalidade” (DIAS, 2017, p. 220).

⁷³ “Trata-se de uma destrutividade sem raiva (no anger), referida a necessidade, própria ao amadurecimento, de o indivíduo começar a habitar num mundo que não é sua projeção...” (DIAS, 2017, p. 219).

permanência dos cuidados, “é a capacidade da mãe de se adaptar a seu bebê, o que inclui sobreviver a sua crueldade, o que facilita ou sabota a ligação” (PHILLIPS, 2017, p.130).

Esta maturidade emocional da mãe é fundamental, pois o bebê não pode ter a necessidade de proteger o objeto, ele, simplesmente, precisa ter a experiência de destruir para chegar a relacionar-se com o objeto sobrevivente real e externo, que no início está figurado na mãe. Este objeto que sobreviveu por si mesmo aponta para a qualidade real da coisa boa que poderá ser amada e valorizada pelo bebê, estabelecendo a possibilidade da capacidade de amar (DIAS, 2017, p. 223). O momento em que ocorre a emergência da externalidade e a necessidade de destruição é crucial para que a criança tenha esperança e confiança na relação com objetos separados de si mesmo.

A possibilidade de constituir-se como sujeito, assim como, a capacidade de relacionar-se com outras pessoas, reconhecendo-as em seu estatuto de pessoas, ao final do processo desenvolvimento emocional primitivo, dependem da vivência amparada pela provisão ambiental contínua e compreensiva ao longo da jornada. Portanto, esta concepção teórica oferece uma perspectiva relacional, concebendo a constituição do sujeito na experiência humana.

A conquista do sentimento do “EU SOU”⁷⁴ conduz o bebê ao estágio de concernimento⁷⁵ o qual ele se tornará uma pessoa inteira⁷⁶, propiciando o início da vida social⁷⁷ e o relacionamento com o ambiente. Pois, o "EU SOU" habilita o sujeito para se relacionar afetuosamente (WINNICOTT, 1983, p.90). Winnicott compreende que: “se concebe uma pessoa totalmente integrada, então tal pessoa assume plena responsabilidade por *todos* os sentimentos e ideias que pertencem ao “estar vivo””(WINNICOTT, 2016, p.7).

⁷⁴ Nesse momento da conquista do “eu sou” não existe ainda uma pessoa inteira, mas já há uma existência unitária. Nesse estágio a criança “habita mais firmemente no corpo; percebe-se tendo um contorno, com uma membrana limitante, a pele, que a separa de tudo o que é não- eu. Todo não-eu é repudiado como externo ; ao mesmo tempo ela passa a ter um interior, uma realidade psíquica pessoal, onde podem ser colecionadas e relacionadas as memórias e experiências” (DIAS, 2017, p. 228). Além disso, podemos compreender com Winnicott, que “o estado de unidade é a conquista básica para a saúde no desenvolvimento emocional de todo ser humano. Com base nesse estado, a personalidade unitária pode se permitir a identificação com unidades mais amplas – digamos, a família, o lar ou a casa Agora, a personalidade unitária é parte de um conceito de totalidade mais amplo. E logo vai se tornar parte de uma vida social cada vez mais ampla, incluindo as questões políticas; e (no caso de algumas pessoas) de algo que pode ser chamado de cidadania do mundo (WINNICOTT, 2016, p. 47).

⁷⁵ Equivale ao estágio da posição depressiva de Melanie Klein (WINNICOTT, 2000, p. 359). No estágio do concernimento a integração ocorre de maneira mais estável e consistente.

⁷⁶ Segundo Winnicott, “a criança (ou pessoa adulta) que alcançou a capacidade para relacionar-se com outras pessoas, características do bebê saudável ...ultrapassou e foi além da posição depressiva. Por outro lado, a criança (ou pessoa adulta) que está prioritariamente às voltas com os problemas inatos da integração da personalidade e com início do relacionamento com o ambiente ainda não alcançou a posição depressiva em seu desenvolvimento pessoal” (WINNICOTT, 2000, p.355).

⁷⁷ “Preocupação é um aspecto importante da vida social”(WINNICOTT, 1983, p.70).

Nesse sentido, o “ “EU SOU” deve preceder ao “eu sou responsável””(DAVIS e WALLBRIDGE, 1982, p.88).

Neste momento do processo maturativo, o ser humano tem por tarefa a elaboração das consequências de suas experiências instintivas⁷⁸, além de iniciar o sentimento de preocupação, que, em princípio, é “a mudança da ausência de piedade para a piedade” (WINNICOTT, 2000, p.359). Portanto, “de incompadecido (*ruthless*), o bebê passa a sentir-se *concernido* pela impulsividade que o domina nos momentos de excitação...; torna-se também *preocupado*, pois começa a perceber que essa impulsividade atinge e pode ferir o outro” (DIAS, 2000, p. 232).

No estágio do concernimento surgem, no bebê, a preocupação quanto aos efeitos da própria impulsividade sobre o outro (a mãe), além do sentimento sobre si-mesmo a respeito das consequências da experiência impulsiva. Nesse sentido, emergem de maneira espontânea o reconhecimento sobre a responsabilidade de seus atos e o sentimento de culpa (DIAS, 2017, p.232), resultando no reconhecimento da alteridade (PLASTINO, 2014, p.67).

A capacidade de se preocupar ou de envolvimento é uma conquista proporcionada pelos cuidados maternos (WINNICOTT, 1983, p.71), num ambiente compreensivo que favoreça a segurança para a experiência instintiva de destrutividade, sustentando a situação no tempo. Nesse contexto, os ataques agressivos nos momentos de excitação dirigidos à mãe que cuida, permitem que o bebê considere em sua imaginação a respeito das consequências dos danos infringidos, e tenha uma expectativa de reparação. A mãe não retaliativa que sobrevive aos impulsos destrutivos e oferece a oportunidade do bebê cooperar e fazer a reparação, proporciona a possibilidade dele desenvolver a capacidade de tolerar⁷⁹ a ansiedade desencadeada por seus atos destrutivos. Nesse norte, “a ansiedade tolerada deste modo se torna alterada em sua qualidade e se torna sentimento de culpa” (WINNICOTT, 1983, p. 73).

Winnicott realça que, essa possibilidade concedida de reparação que origina a capacidade de preocupação⁸⁰ ou envolvimento, se estabelece num relacionamento entre duas pessoas, mãe e bebê, no sentido de ser uma relação baseada na confiança e estabilidade, diante da necessidade de ser sustentada no tempo em continuidade. Assim, “se não há uma

⁷⁸ Segundo Winnicott: “A técnica materna permite que o amor e o ódio coexistentes no bebê se distingam se distingam um do outro, e que em seguida venham a se inter-relacionar e tornem-se gradualmente controláveis a partir de dentro, de um modo que chamamos de saudável (WINNICOTT, 2000, p.356).

⁷⁹ Vale sublinhar que “o fracasso da mãe-objeto em sobreviver ou da mãe-ambiente em prover oportunidades consistentes para reparação leva a uma perda da capacidade de se preocupar” (WINNICOTT, 1983, p.74).

⁸⁰ “Preocupação indica o fato do indivíduo se importar, ou valorizar, e tanto sentir como aceitar responsabilidade” (WINNICOTT, 1983, p.70).

figura materna de confiança para receber o gesto de reparação, a culpa se torna intolerável, e a preocupação não pode ser sentida” (WINNICOTT, 1983, p.78).

A sustentação no tempo da possibilidade de agressão e reparação fortalecida dia após dia, assegurada por uma mãe com presença consistente que consegue continuar empática com o seu bebê, recebendo com vitalidade o gesto espontâneo de doação e contribuição dele (WINNICOTT, 1983, p. 73), constitui o “círculo benigno”⁸¹ que dá origem ao genuíno sentimento de culpa, que, segundo o entendimento do autor “é uma das fontes da potência e construtividade sociais” (WINNICOTT, 2000, p. 365).

As experiências construtivas de contribuição e cooperação tornam possível a experiência de destrutividade que está relacionada ao amor primitivo e a expressão vital do humano num ambiente que assegure o desenvolvimento do “círculo benigno” que dá espaço para a experiência de preocupação. Nesse sentido, “a destrutividade se transforma em construtividade” (WINNICOTT, 2016, p. 78).

O desenvolvimento da capacidade de preocupação significa para o bebê um sentimento de integração consistente e da capacidade intelectual e psíquica de apreender a mãe como pessoa inteira (DAVIS e WALLBRIDGE, 1982, p.90). Nesse momento, ocorre a emergência do sujeito em sua singularidade. Os conflitos internos têm início somente nesse momento, em que o bebê possui um mundo interno dotado de autonomia em confronto com um mundo externo separado dele (DIAS, 2017, p. 236).

A criança depende da sobrevivência e permanência da mãe afetuosa e compreensiva durante o período de concernimento, reconhecendo o esforço de seu filho de reparação e contribuição. Assim, emergem espontaneamente os valores morais, num contexto ambiental de confiança em que a criança possa vivenciar sua “bondade original”. Segundo Dias, “é essa experiência que, dando sustentação ao crescimento pessoal, leva à consciência da existência do outro e à capacidade ... de pôr-se no lugar do outro” (DIAS, 2017, p. 237). A conquista desse genuíno reconhecimento de si, em sua subjetividade, e da alteridade inauguram o processo de inserção social (PLASTINO, 2014, p. 66).

Para Winnicott, a moralidade do bebê é inata, no sentido de tendência, não existe determinismo no que tange ao humano. Daí o protagonismo do ambiente favorecedor da confiança que propicie os cuidados afetuosos e respeitosos, pois “deste ser suficientemente bem cuidado resulta no lactente a crença na confiabilidade” (WINNICOTT, 1983,p. 92),

⁸¹ Para esclarecer :”Quando a confiança neste ciclo benigno e na expectativa da oportunidade se estabelece, o sentimento de culpa...;precisamos de um termo mais positivo, tal como “preocupação”. O lactente está agora se tornando capaz de ficar preocupado, de assumir responsabilidade por seus próprios impulsos instintivos e as funções que dele fazem parte” (WINNICOTT, 1983, 74).

sustentando a experiência da "bondade original". Nesse sentido, surge a emergência na criança da “capacidade de ter senso moral, por experimentar um sentimento de culpa e por estabelecer um ideal” na experiência real da vida (WINNICOTT, 1983, p.88). Dias sintetiza:

Em Winnicott, a moralidade se constitui num contexto não-edípico, não estando referida à lei ou à interdição; ... mas em termos do cuidado em permitir, à criança, ser si-mesma, de tal modo que também ela adquire a capacidade de deixar ser o outro como um si mesmo. A moralidade é dita inata, por Winnicott, no sentido de que existe, em cada indivíduo, a tendência a desenvolver um sentimento de responsabilidade pelos seus atos, mas esta conquista ainda deverá ser integrada à personalidade por via da experiência pessoal (DIAS, 2017, p. 238).

2.1.4. Família: a primeira esfera ambiental de socialização

Em palestra proferida a respeito da família, Winnicott indaga: “seria possível o indivíduo atingir a maturidade emocional fora do contexto familiar?” (WINNICOTT, 2013, p.129).

A família representa a primeira esfera de interação social que a criança em processo de desenvolvimento possui a possibilidade de experienciar “o contato com as forças que operam na sociedade”. A mãe-ambiente, portanto, em sua própria relação com o ambiente que a cerca, oferece a primeira dose de apresentação do mundo ao bebê. Nesse sentido, “o mundo representado pela mãe pode vir a auxiliar ou impedir a tendência inata da criança ao crescimento” (WINNICOTT, 2013).

A esfera familiar para Winnicott tem como figuras centrais os pais, no entanto ao longo do amadurecimento da criança a instituição relacional se amplia, incluindo os parentes próximos como avós, tios, primos, e aqueles que possuem *status* de parentes pela proximidade e significado afetivo (WINNICOTT, 2013, p.130). Tendo como tarefa originária proteger a criança das vicissitudes do mundo que aos poucos será levada a participar de esferas adequadas à sua idade, sabendo "o quão importante é não situar as crianças pequenas numa posição demasiado avançada para elas" (WINNICOTT, 2013, p. 30).

Segundo Winnicott, a importância da família para o indivíduo nunca deixará de existir, mas a relação proporcionada pela esfera familiar com o ambiente externo se modifica gradualmente ao longo do processo de amadurecimento emocional humano. Em um primeiro momento a família contribui protegendo o bebê das externalidades, mas aos poucos ele será apresentado a círculos de interação mais complexos, de modo que serão experienciados em

consonância com o acervo vivenciado em sua historicidade desde os primeiros cuidados proporcionados pela mãe. Nesse sentido, Winnicott compreende que:

Quando examinamos esse fenômeno evolutivo que se inicia com o cuidado materno e prolonga-se até o interesse da família pelos filhos adolescentes, não podemos deixar de notar a necessidade humana de ter um círculo cada vez mais largo proporcionando cuidado ao indivíduo, bem como a necessidade que o indivíduo tem de inserir-se num contexto que possa, de tempos em tempos, aceitar uma contribuição sua nascida de um impulso de criatividade ou generosidade. Todos esses círculos, por largos e vastos que sejam, identificam-se ao colo, aos braços e aos cuidados da mãe (WINNICOTT, 2013, p. 130-131).

Cabe salientar que o momento de transição da fase de dependência absoluta para a fase de dependência relativa dos cuidados maternos que coincide com as evasivas e falhas sintônicas da mãe ambiente, e que concede a oportunidade da capacidade de autonomia do indivíduo, prossegue num primeiro momento com a introdução para a ligação com a família⁸². Nesse sentido, a mãe e o bebê precisam do círculo protetor proporcionado pelo pai e a família, tendo a sociedade organizada e comprometida, de modo que o desenvolvimento emocional saudável do indivíduo possa ocorrer. Nesse sentido, "quando proporcionamos às crianças um certo tipo de ambiente saudável, temos em vista determinado objetivo - a saber, o de tornar possível o crescimento de cada criança até o estado adulto, o qual, no coletivo, chama-se democracia" (WINNICOTT, 2013, p.30).

A teoria do psicanalista inglês ilumina a imprescindibilidade da relação fundante⁸³ entre mãe e bebê na constituição do sujeito, como também o inestimável interesse dos pais pela criação de seus filhos que conduzirá à maturidade emocional. Coloca em pauta, assim, a necessidade da assunção dos pais quanto à responsabilidade pelos cuidados dos filhos, incluindo a presença viva em receber e fomentar as contribuições deles que favorecem o processo evolutivo de formação de um indivíduo sadio. Diz o teórico e clínico a respeito da tarefa a ser empreendida:

... creio que a família da criança é a única entidade que possa dar continuidade à tarefa da mãe (e depois também do pai) de atender às necessidades do indivíduo. Tais necessidades incluem tanto a dependência como o caminhar do indivíduo em direção à independência. A tarefa consiste em fazer face às necessidades mutantes do indivíduo que cresce, não apenas no sentido de satisfazer a impulsos instintivos,

⁸² Winnicott entende que a figura do pai é imprescindível para o significado que a criança dá a respeito da família. Portanto, a relação que a mãe tem com o duplo aspecto conferido ao pai determina a maneira como a criança faz uso do pai na estrutura familiar. No início do processo maturativo, o pai figura como uma duplicação materna, sendo vivenciado num primeiro momento como uma faceta da mãe dura e severa, "e que, em circunstâncias favoráveis, vai gradualmente se tornando aquele homem que se transforma num ser humano, alguém que pode ser temido, odiado, amado, respeitado" (WINNICOTT, 2016, p. 126).

⁸³ De acordo com Winnicott: "...a única base autêntica para as relações de uma criança com a mãe e o pai, com as outras crianças e, finalmente, com a sociedade, consiste na primeira relação bem sucedida entre a mãe e o bebê, entre duas pessoas... Nos assuntos humanos, os mais complexos só podem evoluir a partir dos mais simples" (WINNICOTT, 1975, p. 36).

mas também de estar presente para receber as contribuições que são características essenciais da vida humana. A tarefa consiste, ademais, em aceitar as irrupções de rebeldia e as recaídas na dependência que se seguem à rebeldia (WINNICOTT, 2013, p.131).

No desenvolvimento emocional rumo à independência a criança torna-se capaz de identificar-se com a sociedade em círculos de interação social cada vez mais amplos. Cabe salientar que nesse processo maturacional podem haver recuos a fases anteriores do desenvolvimento. Pois o indivíduo nas relações que estabelece “pode se defrontar com uma tensão social que está além do que poderia suportar, antes do alargamento de sua base de tolerância” (WINNICOTT, 1983, p.87).

Nesse percurso os pais devem estar necessariamente envolvidos nas explorações dos filhos, no que tange aos círculos de socialização experimentados que se modificam rapidamente. Alertando, o psicanalista, para a possibilidade de “elementos sociais perigosos na vizinhança imediata, ou por causa dos desafios que fazem parte da puberdade e do desenvolvimento rápido da capacidade sexual” (WINNICOTT,1983, p.87).

O lar saudável propicia que se edifique no interior da criança o sentido de segurança de que pode esperar a confiabilidade e disponibilidade⁸⁴ daqueles que compõem sua esfera familiar. E mais, as crianças e adolescentes precisam verificar se podem permanecer confiando em seus pais e se os controles necessários permanecem. E assim o fazem, exatamente, por carregarem o sentimento de segurança, convocando seus pais ao estabelecimento de reforços em busca de sua autonomia. Desse modo, “as crianças saudáveis necessitam de quem lhes imponha um certo controle; mas os indivíduos que impõem a disciplina devem poder ser amados e odiados, desafiados e chamados a ajudar” (WINNICOTT, 2013, p. 47).

A manutenção do lar unido e a dedicação dos pais⁸⁵ são de valor inestimável para a constituição do indivíduo saudável, pois propicia a capacidade de lidar com os conflitos que se apresentam ao longo da vida, e assim favorece o auto controle dos filhos. Em virtude, da segurança sentida no contexto familiar, e da confiança na permanência da parceria consubstanciada na reciprocidade. Quanto a esse aspecto Winnicott sublinha que um “lar

⁸⁴ Winnicott sublinha que essa capacidade está relacionada com a identificação dos pais com os filhos, que, portanto “essa capacidade, por sua vez, depende de termos desenvolvido nossa própria personalidade de modo satisfatório quando tínhamos a mesma idade que ora têm os filhos. Desse modo, nossas próprias capacidades são descobertas e desenvolvidas pelo que nossos filhos esperam de nós” (WINNICOTT, 2013, p. 70).

⁸⁵ Winnicott sublinha que nem sempre os pais conseguem fazer sacrifícios pessoais em prol de seus filhos “em favor do estabelecimento e da manutenção da unidade familiar, de modo que as crianças não apenas nasçam no seio de uma família, mas também nesse meio possam crescer e adolecer e, por fim, em relação à família, possam conquistar uma vida autônoma, vindo talvez constituir outro núcleo do mesmo gênero”. Além disso, muitas das vezes, os próprios “pais começam a viver sua adolescência temporã”. E isso, evidentemente, é um grande fator de complicação da estrutura familiar (WINNICOTT, 2013, p. 66).

estável habilita as crianças a conhecerem a si mesmas e aos outros, bem como a qualificarem-se para tornarem-se membros de uma sociedade mais ampla” (WINNICOTT, 2013, p. 236).

Com Winnicott, pensamos na família relacionada ao indivíduo que está se desenvolvendo. E a criança precisa ter a oportunidade de experimentar seus conflitos de lealdade no interior da esfera familiar que são essenciais à experiência de viver, na medida em que poderá conceder a si própria a afirmação do “eu sou”, pois “se alguém tem que ser ele mesmo será desleal a tudo aquilo que não for ele mesmo”(WINNICOTT, 2016, p. 136). Se não puder encontrar essa vivência valiosa na família, outros “tipos de provisão que existam na vizinhança deveriam estar disponíveis” para a criança estabelecer relações interpessoais e poder ser criativa em seus conflitos de lealdade (WINNICOTT, 2016, p.135).

A família é o primeiro grupo natural que o indivíduo recém-integrado se relaciona. Na compreensão de Winnicott, “o grupo é uma conquista do EU SOU” (WINNICOTT, 2013, p. 217). Nesse sentido, portanto, a socialização é uma conquista do processo maturacional rumo à individuação. A esfera familiar é o primeiro ambiente que a criança vivencia a experiência simplificada de relacionamento social.

A família deve assegurar o desenvolvimento emocional saudável do indivíduo e proporcionar o caminho de transição entre os cuidados do lar e a vida social, de modo que o indivíduo maduro seja capaz de se identificar com a sociedade (WINNICOTT, 2013, p. 136-137). Nesse sentido, a segurança e cuidado dedicados na esfera familiar, o que inclui a possibilidade de receber as contribuições do indivíduo em formação, têm a função de estabelecer o primeiro laço social. A família deve proporcionar a experiência de socialização que será ampliada para outros círculos. É tarefa da família, ao longo da constituição do sujeito, proporcionar a possibilidade do indivíduo internalizar os cuidados necessários, e favorecer a estabilidade do ser num ambiente de confiabilidade. Davis e Wallbridge argumentam:

A sobrevivência da mãe que não se vinga, juntamente com o pai que vem a representar o ambiente indestrutível, contribui para a liberdade da vida instintiva, - a fonte da espontaneidade – dentro do círculo familiar. O próprio controle parental torna-se internalizado, e a criança pode identificar-se com grupos em ampliação, que se baseiam cada vez mais na autonomia dos seus membros e cada vez menos no controle ou organização externa. Dentro do espírito do grupo, cada indivíduo é livre para crescer e contribuir pessoalmente, de forma que novos padrões podem ser desenvolvidos. Mas cada círculo da sociedade somente tem *significado* para o indivíduo na medida em que ele pode identificar-se com este mesmo círculo, com base em seu próprio ambiente internalizado suficientemente bom (DAVIS e WALLBRIDGE, 1982, p.163).

Winnicott entende que a sociedade para ser saudável depende da composição de sujeitos maduros em seu desenvolvimento emocional. A sustentação e cuidado familiar são fundamentais para a formação de subjetividades saudáveis. A saúde individual proporciona para a sociedade indivíduos que sejam capazes de contribuir com ela, devido ao sentimento de pertencimento e responsabilidade com o coletivo. Pois, "é impossível que as pessoas realizem na sociedade o que não são capazes de realizar em seu próprio desenvolvimento pessoal" (WINNICOTT, 2013, p.244). A coletividade composta por uma quantidade elevada de indivíduos saudáveis é fundamental para a constituição da democracia⁸⁶. Para o autor, a democracia é uma conquista de uma sociedade saudável (WINNICOTT, 2013, 227 ss). De acordo com Winnicott:

O tema do ambiente facilitador capacitando o crescimento pessoal e o processo maturacional tem que ser uma descrição dos cuidados que o pai e a mãe dispensam, e da função da família. Isso leva a construção da democracia como uma extensão da facilitação familiar, com os indivíduos maduros eventualmente tomando parte de acordo com sua idade e capacidade na política e na manutenção e reconstrução da estrutura política. Ao lado disso se encontra o sentido de identidade pessoal, que é essencial a todo ser humano; e só pode se realizar de fato em cada indivíduo em função de uma maternagem satisfatória e de um suprimento do tipo "segurar" durante os estágios de imaturidade. O processo maturacional, por si só, não pode conduzir o indivíduo através de seu processo de se tornar um indivíduo (WINNICOTT, 2016, p.113).

2.2. A contribuição de Axel Honneth para a questão do reconhecimento

2.2.1. Breves considerações sobre o legado da Teoria Crítica

Sob o pretexto de afirmar a filiação de Axel Honneth⁸⁷ à teoria crítica iluminamos no testemunho do próprio autor esse reconhecimento numa publicação⁸⁸ em que tece reflexões a respeito do que considera o legado intelectual dessa vertente de pensamento, a saber: "estarei

⁸⁶ Winnicott faz um estudo psicológico do termo democracia (WINNICOTT, 2013, p.228).

⁸⁷ "Nascido em 1949, Axel Honneth apresentou sua tese de doutoramento à Universidade de Berlim em 1983, cuja publicação em livro deu-se em 1985, sob o título de *Kritik der Macht. Reflexionsstufen einer Kritischen Gesellschaftstheorie* (Crítica do Poder. Estágios de reflexão de uma teoria social crítica). Entre 1984 e 1990, foi assistente de Jürgen Habermas no Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt, onde apresentou sua tese de livre-docência... Em 1996, Honneth sucedeu a Habermas em seu posto na Universidade de Frankfurt. Em maio de 2001, Honneth assumiu também a direção do Instituto de Pesquisa Social" (NOBRE, 2003, p. 10).

⁸⁸ Essa afirmação encontra-se no texto de autoria do Honneth denominado *Uma patologia social da razão: Sobre o legado intelectual da Teoria Crítica* (RUSH, 2008) .

bastante satisfeito em sugerir linhas de pensamento que possam ser continuadas a fim de tornar atuais os argumentos iniciais da Teoria Crítica” (HONNETH, 2008, p. 391).

Nesse trabalho aludido, o autor percorre o cerne ético do entendimento a respeito da racionalidade socialmente deficiente e do caráter patológico da sociedade moderna capitalista que comungam os membros da Escola de Frankfurt, desde Horkheimer até Habermas. E aqui pretendemos, desde já, colocar luzes sobre um limite apontado por Honneth nessa tradição que opera estritamente na convicção de que a racionalidade universal sustenta o norte para uma práxis cooperativa, e que este objetivo “não seria o resultado de relações afetivas, de sentimentos de comunidade ou de acordo” (HONNETH, 2008, p.399), anunciando de maneira implícita, portanto, sua tarefa e intenção nessa corrente de reflexão.

Honneth, desde suas primeiras publicações, considera em suas intelectões o arcabouço teórico da teoria crítica, sublinhando que a formação desta corrente intelectual ocorreu na apropriação teórica europeia de Hegel a Freud. Daí reafirma-se que a teoria psicanalítica encontra-se na gênese dessa Escola de pensamento.

Na publicação *Teoria Crítica*, Honneth tece uma “reconstrução sistemática” do círculo teórico crítico, objetivando sublinhar os impasses à realização da reivindicação fulcral de análise das relações sociais como objetivo programático estabelecido originariamente por Horkheimer, na medida em que reduziram o alcance das contribuições desenvolvidas pelos autores periféricos⁸⁹ da intelectualidade crítica.

Desde então, Honneth reflete sobre os pressupostos da psicanálise ortodoxa freudiana, quando desenvolve considerações a respeito do que ele considera uma “reinterpretação da psicanálise” operada por Erich Fromm⁹⁰, representante do “círculo externo”, com sua perspectiva interacionista.

Essa concepção, abarcada por Fromm, e compreendida por Honneth como uma nova abordagem teórico-social, concebe que “a configuração da natureza íntima em traços de

⁸⁹ Honneth posiciona Franz Neumann, Otto Kirchheimer, Walter Benjamin e Erich Fromm como componentes de um “círculo externo” da Escola de Frankfurt, no entanto adverte que: “esses diferentes autores não podem ser comparados nem em suas orientações nem em suas posturas temáticas; o que os une, no fundo, é a diretiva geral de seu pensamento, que lhes permitiu, como um corpo, ir além do sistema de referência funcionalista do programa original do instituto... Sem dúvida, esse impulso subjacente, que propõe uma superação do reducionismo filosófico-histórico implícito nas premissas categóricas do marxismo, não foi expressamente apregoado em nenhuma obra, mas é visível sempre que as diferenças teóricas entre representantes dos dois grupos ligados aos dois grupos começam a vir à tona. Não se trata de uma divergência acidental na concepção do objeto, mas antes de diferenças sistemáticas no modelo de uma teoria da sociedade que separava, em todos os casos, o círculo interno do externo” (HONNETH, 2000, p. 525).

⁹⁰ Erich Fromm desenvolveu essa reinterpretação da psicanálise enquanto esteve nos Estados Unidos durante o exílio imposto em 1934 pelo fascismo. Nesse tempo teve contato com autores envolvidos “com a revisão interacionista dos pressupostos básicos da psicanálise” (HONNETH, 2000, p.534)

personalidade historicamente singulares ocorre aqui no âmbito da interação social” (HONNETH, 2000, p.534).

Nesse sentido, Fromm oferece uma abordagem distinta da perspectiva ortodoxa freudiana que privilegia a dimensão pulsional intrapsíquica adotada pelo “círculo interno”, na medida em que prioriza uma dimensão relacional baseada num processo interacional o qual considera “a operação de socialização em seu conjunto com um processo de individualização comunicativa” (HONNETH, 2000, p.535).

No momento, retenhamos que a reflexão de Honneth a respeito da interação na formação da personalidade, numa abordagem psicanalítica revisionista, já aponta para os desdobramentos e aportes psicanalíticos que estarão presentes no desenvolvimento de sua teoria do reconhecimento.

Como já indicamos ao introduzir o tópico, Honneth considera como legado comum dos membros da teoria crítica o diagnóstico de déficit de racionalidade social, ou de outro modo, pensando esta numa associação a ideia de patologia social da sociedade capitalista diante das análises dos fenômenos sociológicos negativos. A esse respeito:

Tanto os membros do círculo interno quanto aqueles na periferia do Instituto de Pesquisa Social percebem a situação social – a qual eles desejam influenciar – como se encontrando em uma condição de negatividade social. Além disso, existe um entendimento geral de que o conceito de negatividade não deveria restringir-se estreitamente às ofensas cometidas contra os princípios da justiça social, mas que deveria ser entendido mais amplamente até as violações das condições para uma vida boa ou bem-sucedida (HONNETH, 2008, p.392).

A conexão conceitual entre a racionalidade deficiente que tem como efeito as patologias sociais advém do entendimento de Hegel a respeito da perda de sentido evidenciado numa sociedade incapaz de conduzir suas vidas pautadas em objetivos universais da razão⁹¹.

A ideia da prerrogativa da racionalidade universal hegeliana compartilhada pelos teóricos críticos é considerada como garantia à autorrealização intersubjetiva numa sociedade que encampa modos comuns de práxis como resultado da expressão da razão. Nesse norte, a orientação para uma práxis comum deve estar fundamentada num ideal normativo compartilhado por sujeitos que reconhecem racionalmente a necessidade da auto-realização cooperativa.

Os representantes da Teoria Crítica sustentam, com Hegel, a convicção de que a auto-realização do indivíduo só é bem sucedida quando entrelaçada em seus desígnios, por meio de princípios ou fins geralmente aceitos, com a auto-realização

⁹¹ Honneth sublinha que Hegel “estava convencido de que as patologias sociais deveriam ser entendidas como o resultado da inabilidade da sociedade para expressar apropriadamente o potencial racional já inerente em suas instituições, práticas e rotinas cotidianas” (HONNETH, 2008, p. 394).

de todos os membros da sociedade. Com efeito, pode-se até mesmo afirmar que a ideia de um universal racional contém o conceito de um bem-comum sobre o qual os membros da sociedade devem racionalmente concordar de modo a serem capazes de se relacionar cooperativamente entre si com suas liberdades individuais. Os diferentes modelos de prática que Horkheimer, Marcuse e Habermas oferecem são, todos eles, representativos daquela única ideia segundo a qual a socialização dos seres humanos pode ser bem-sucedida apenas sob as condições da liberdade cooperativa (HONNETH, 2008, p.396).

Os teóricos críticos entendem as interações societárias da sociedade capitalista em suas formas de pensamento e práticas num engendramento que bloqueia e deforma a razão⁹². Honneth, nesse sentido, sublinha que o entendimento a respeito tanto do diagnóstico de déficit de racionalidade, quanto da terapia prescrita para superação da patologia social da razão são compartilhados pelos autores centrais dessa vertente de pensamento. Sendo assim, estes autores compreendem que as patologias sociais manifestadas em sofrimento⁹³ encontram a possibilidade de remediação através da própria racionalidade a qual figura-se impedida de realização nesse cenário.

A Teoria Crítica utiliza da psicanálise freudiana como metodologia numa tarefa de compreender o desembaraço para o discernimento da razão deteriorada, pela condição social, com o intuito de conversão para a práxis, estabelecendo uma associação entre a deficiência de racionalidade social e o sofrimento do indivíduo.

Honneth afirma que a Teoria Crítica, de forma tácita, entende que é o sofrimento que impulsiona a reacender as capacidades racionais corrompidas pela patologia social no intuito de realizar a emancipação da razão, revelando, nesse sentido, o entendimento comungado entre os teóricos críticos a respeito de “um espaço de razões potencialmente comuns que mantém o presente patológico aberto à possibilidade de transformação por meio do exame racional” (HONNETH, 2008, p.413).

Honneth advoga a respeito do conteúdo ético da ideia teórica de uma “razão socialmente deficiente” avalizada pelos membros da Escola de Frankfurt, e da necessidade de atualização desse legado como tarefa crítica, nesses termos:

Todas essas reflexões apresentam respostas para a questão de quais experiências, práticas ou necessidades permitem que um interesse pela completa realização

⁹² A desenvolver o raciocínio quanto às formas de relações sociais do capitalismo, Honneth observa a respeito da concepção de família realizada pelos teóricos críticos, e sublinha : “ A obra de Adorno, em particular seu *Minima Moralia*, está repleta de especulações que inevitavelmente tomam a forma de um diagnóstico sobre a crescente impossibilidade de um tipo de amor que, na família, era capaz de reconciliar, sem coação, interesses individuais e gerais. No capitalismo, o privilégio social de atitudes utilitárias, racionalmente intencionadas, impede o desenvolvimento de um modo não-legalista de racionalidade universal que seja inerente à estrutura de relacionamentos privados na forma de afeição e perdão mútuo (HONNETH, 2008, p.406).

⁹³ Segundo Honneth a Teoria Crítica desenvolve a partir da teoria psicanalítica freudiana “ a ideia de que as patologias sociais devem sempre se expressar em um tipo de sofrimento que mantém vivo o interesse no poder emancipatório da razão” (HONNETH, 2008, p. 408).

racional continue a existir nos seres humanos, apesar da deformação ou da unilateralização da racionalidade social. Somente enquanto a teoria puder contar com tal impulso racional como constituinte de seus fundamentos, ela será capaz de se relacionar reflexivamente com uma práxis potencial em que a explicação fornecida seja implementada com o propósito da libertação em relação ao sofrimento. A Teoria Crítica somente será capaz de continuar na forma em que se desenvolveu, de Horkheimer a Habermas, se não renunciar à evidência de interesses desse tipo. Sem um conceito realista de interesse emancipatório”, que coloque em seu centro a ideia de um núcleo indestrutível de responsividade racional por parte dos sujeitos, esse projeto teórico não pode ter futuro (HONNETH, 2008, p.414).

Embora tenhamos realçado a convicção compartilhada entre os teóricos críticos, apontada por Honneth, a respeito do universal racional, prescindindo de apontar as nuances dessa consideração, cabe salientar que as dificuldades da tradição da teoria crítica baseada no entendimento da racionalidade instrumental do capitalismo administrado foram desalojadas por Habermas com sua reviravolta teórico-comunicativa (HONNETH, 2000, p. 544).

A tradição da Teoria Crítica em Horkheimer restringe a racionalidade humana ao modelo de domínio instrumental sobre a natureza, de modo que os esclarecimentos dos fenômenos ocorrem conforme as condições materiais, denegando lugar às esferas interacionais cotidianas. Trata-se de um entendimento pautado na filosofia da consciência que reduz a razão centrada no sujeito. A esse respeito, Honneth discorre:

Uma vez que nenhum outro tipo de ação social é concedido ao lado do trabalho societário, Horkheimer só pode levar sistematicamente em conta as formas instrumentais da prática societária no nível da sua teoria da sociedade, perdendo assim de vista essa dimensão da prática diária na qual os sujeitos socializados geram e desenvolvem criativamente orientações de ações comuns de um modo comunicativo. Somente considerando essa esfera comunicativa da prática social é que Horkheimer poderia ter descoberto que a reprodução societária nunca ocorre na forma de um cumprimento cego de imperativos funcionais, mas só por meio de integração das normas de ação específicas dos grupos. No seu pensamento tinha de se impor a ideia de que as sociedades se reproduzem, em princípio, independentemente da autocompreensão comunicativa de seus membros, na medida em que ancoram as demandas econômicas diretamente na natureza das necessidades do indivíduo com a ajuda dos processos sistêmicos de direcionamento (HONNETH, 2000, p.518).

Habermas torna complexo o conceito de racionalidade a partir de uma concepção de socialização baseada na intersubjetividade comunicativa. A formação da identidade se perfaz na ação de busca de entendimento e compreensão comunicativa, fundamentais à reprodução simbólica da vida social, ultrapassando a referência prescrita na dimensão do trabalho e transformação da natureza, exclusivamente.

A teoria da sociedade habermasiana, marcada pela interação social e “percepção da intersubjetividade linguística da ação social”, fica emagrecida ao distinguir a sociedade em

“sistema” e “mundo existencial”⁹⁴, seguindo, nesse sentido, uma diferenciação de dois tipos de racionalidade, respectivamente, a racionalidade instrumental e a racionalidade comunicativa, havendo uma convivência entre as racionalidades.

Em linhas gerais, Habermas compreende no desenvolvimento de sua teoria que existe um fenômeno de “colonização do mundo existencial”⁹⁵, em outros termos, de uma racionalização do mundo da vida, o que significa uma subordinação das esferas comunicativas aos domínios do sistema⁹⁶, daí sucedendo as patologias sociais principais da sociedade.

Segundo Honneth, a reviravolta comunicativa empreendida por Habermas é o sítio em que a Teoria Crítica poderia recuperar o âmbito sociológico descurado por sua tradição (ibidem, p.544), pensada na possibilidade de análise dos fenômenos sociais concretos e suas normas imanentes.

Honneth, como discípulo de Habermas, revela em seus trabalhos as aproximações ao teórico crítico, tanto no que diz respeito à postura crítica com relação às contribuições de Horkheimer, quanto no sentido de encontrar vieses teóricos que foram negligenciados pela corrente precedente, no intuito de dar continuidade aos desejos originais dessa tradição de pensamento de destinação emancipatória.

No entendimento de Honneth, Habermas negligenciou a dimensão pré-teórica da realidade social das lutas como estruturante da intersubjetividade comunicativa, ao pensar a racionalidade comunicativa precedendo ao conflito. Isto porque a teoria habermasiana compreende a forma de vida dos seres humanos num processo comunicativo de busca por entendimento e compreensão mútua. Em síntese apertada:

⁹⁴ Marcos Nobre esclarece que : “A distinção entre “sistema” e “mundo da vida” veio responder, portanto, à exigência de um conceito de racionalidade complexo, em que a realidade instrumental passa a ser limitada, de modo a não sufocar e obscurecer as estruturas comunicativas profundas presentes nas relações sociais. Trata-se de um conceito de sociedade em dois níveis, em que a reprodução material é obtida essencialmente por mecanismos de coordenação da ação tipicamente instrumentais (cuja lógica caracteriza o domínio social do “sistema”), e em que a reprodução simbólica depende de mecanismos comunicativos de coordenação da ação (cuja lógica caracteriza o “mundo da vida”)” (NOBRE, 2003, p. 13).

⁹⁵ Nas palavras de Honneth: “Não é difícil perceber que as razões desse diagnóstico da modernidade dependem em muito do modelo de dois níveis da sociedade, ponto aonde depois chegou a abordagem teórico-comunicativa de Habermas. Somente porque considera as modernas sociedades divididas em sistema e mundo existencial, em contextos funcionais organizados racional e intencionalmente, e esferas de ação comunicativamente constituídas, é que Habermas pode entender a incursão de formas sistêmicas de controle nos domínios até o momento intactos da prática comunicativa diária como a patologia determinante de nossa época” (HONNETH, 2000, p.543).

⁹⁶ Exatamente, na distinção elaborada por Habermas entre “sistema” e “mundo existencial”, e o entendimento da dominação daquele sobre este, que Habermas acaba por renunciar ao potencial real de sua abordagem teórico-comunicativa” (HONNETH, 2000, p.544).

Honneth partilha com Habermas... a virada intersubjetiva, o abandono do paradigma da “filosofia da consciência”. Mas Honneth entende que uma teoria da intersubjetividade não pode se apoiar em uma teoria da linguagem. Tampouco pode aceitar a distinção antropológica entre “trabalho” e “linguagem”, que seria apenas uma outra maneira, a seu ver, de introduzir a filosofia da história pela porta dos fundos, ou de continuar no erro de supor estruturas abstratas previamente à reconstrução da “gramática moral” própria da base comunicativa da sociedade. Para Honneth, a questão passa a ser investigar as bases morais de uma intersubjetividade fundada no reconhecimento recíproco, ou seja, nas experiências de sujeitos humanos nos processos de formação de suas identidades (NOBRE, 2013, p.29).

Na esfera de comunicação, Honneth pensa a respeito das ofensas às expectativas morais dos sujeitos nos processos de interação social intersubjetiva do cotidiano como arremesso para desatar o déficit sociológico da teoria crítica. Portanto, pretende colocar luzes sobre a dimensão moral dos conflitos sociais. Para Honneth, o paradigma da comunicação:

... teria de ser desenvolvido não nos termos de uma teoria da linguagem, mas a partir das relações de reconhecimento formadoras da identidade. A dinâmica da reprodução social, os conflitos e a transformação da sociedade poderiam ser mais bem explicados a partir dos sentimentos de injustiça e desrespeito decorrentes da violação das pretensões de identidade individual e coletiva (MELO e WERLE, 2007,p.13).

2.2.2. Reconhecimento intersubjetivo e a constituição da identidade pessoal e social

O tema hegeliano da *Anerkennung* foi desenvolvido como resposta à concepção hobbesiana do estado de natureza, da luta de todos contra todos, de modo que, o conflito é pensado pelo viés da autoconservação devido ao medo da morte violenta. Enquanto no Hegel de Jena, o conflito entre os homens é tratado a partir de motivações morais em que figura um ser humano desejante por reconhecimento.

Na teoria crítica desenvolvida por Honneth, o autor encontra apoio na temática hegeliana do reconhecimento no esforço de ocupar-se de uma teoria da intersubjetividade.

Honneth, assim como Habermas, sustenta o entendimento a respeito da necessidade de estruturar a teoria crítica sobre alicerces intersubjetivos, e desloca-se de uma intersubjetividade baseada na linguagem para uma intersubjetividade no reconhecimento. Como destaca Melo e Werle:

Inspirando-se na ideia hegeliana de luta por reconhecimento, Honneth procurou fundamentar uma versão própria da teoria crítica, e, com isso, elaborar uma concepção da mudança e da evolução sociais a partir da relação entre identidade pessoal e coletiva ameaçada e luta por reconhecimento, propondo uma concepção normativa da vida boa a partir do vínculo interno pleno e não distorcido entre identidade pessoal e reconhecimento em diferentes dimensões (MELO e WERLE, 2007, p. 13-14).

A intenção é explicar os pressupostos normativos da interação social incluindo uma dimensão pré-teórica⁹⁷ que reflete as experiências e sentimentos de injustiça e desrespeito, em termos de uma luta por reconhecimento, ampliando o paradigma comunicativo habermasiano.

Essa concepção antropológica que ilumina a práxis social em suas expectativas morais de reconhecimento permite evidenciar os conflitos dos processos relacionais cotidianos em suas violações e reconhecimento malgrado.

A visão de Habermas quanto à dinâmica comunicativa da intersubjetividade harmonizadora, já que orientada para o entendimento e consenso, é criticada por Honneth, pois esse entendimento prescinde dos conflitos sociais que estão na base da vida social.

Honneth faz uma opção forte pelo social, buscando na teoria da intersubjetividade do jovem Hegel a existência de distintas etapas de reconhecimento recíproco em que a dinâmica das interações sociais entre os indivíduos e o acolhimento da perspectiva do outro que confirma o indivíduo em sua autonomia representam a constituição da identidade dos sujeitos humanos.

Assim como Hegel, Honneth, em *Luta por Reconhecimento*, considera que as três relações de reconhecimento recíproco e respeito estão localizadas em respectivas esferas de reprodução social, a saber: a família, o estado e a sociedade civil.

Honneth encontrou na psicologia social de George H. Mead a chave teórica para forjar a atualização da teoria do reconhecimento hegeliana numa perspectiva pós-metafísica, já que a reflexão especulativa de Hegel, em seu entendimento, não satisfaz o seu intuito de construir uma teoria social crítica de teor normativo, posto que Hegel “ não considera a relação intersubjetiva como um curso empírico no interior do mundo social” (HONNETH, 2003, p. 120). Nesse sentido, em síntese oferecida por Honneth:

Não foi somente a premissa geral do primeiro Hegel, segundo a qual a formação prática da identidade humana pressupõe a experiência do reconhecimento intersubjetivo, que reapareceu em Mead na forma alterada de uma hipótese empírica de pesquisa; também foi possível encontrar em sua obra os equivalentes teóricos,

⁹⁷ No sentido de iluminar a dimensão pré-científica ou pré-teórica na teoria crítica: “...quando esta tradição fora fundada por Horkheimer, a principal especificidade da Teoria Crítica era o fato de que a relação entre teoria e prática se deve à existência de uma zona pré-teórica de prática moral, na qual os sujeitos realizam ações cotidianas que estão intimamente ligadas a um interesse emancipatório. Na visão de Honneth isto parece significar que Horkheimer conseguira identificar uma esfera de ação na qual os sujeitos representam suas expectativas normativas quanto à vida social e, desta forma por meio de conflitos sociais que marcariam a interação, tentam traduzir suas demandas em padrões e valores socialmente institucionalizado. Entretanto, Honneth também afirma que, em diferentes níveis, os modelos anteriores da Teoria Crítica não conseguem penetrar efetivamente na análise desta esfera, levando-o ao diagnóstico de que a capacidade transcendência foi abandonada pela Teoria Crítica. Daí que, em sua visão, a principal tarefa de uma Teoria Crítica reconstruída é buscar uma explicação para a dominação social ao mesmo tempo em que aponta os meios para sua superação” (SOUZA, 2011, p.120-121)

oriundos de uma concepção pós- metafísica e naturalista, para a distinção conceitual de diversas etapas de reconhecimento, e mesmo para a afirmação, de longo alcance, acerca de uma luta que medeia essas etapas. Portanto, com a inclusão da psicologia social de Mead, a ideia que o jovem Hegel traçou em seus escritos de Jena com rudimentos geniais pode se tornar o fio condutor de uma teoria social de teor normativo; seu propósito é esclarecer os processos de mudança social reportando-se às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco (HONNETH, 2003, p.155).

Como destacado por Honneth, Mead compartilha do entendimento de Hegel a respeito da “gênese social da identidade do Eu”, ou, de outro modo, sustenta a primazia da intersubjetividade na formação do sujeito. Como também, concorda com a crítica hegeliana sobre a teoria do contrato social que é pautada numa visão atomística que concebe o indivíduo prévio à sociedade (HONNETH, 2003, p.125).

Os estudos de Mead corroboram, na visão de Honneth, “para reconstruir as intuições da teoria da intersubjetividade do jovem Hegel”, contemporaneamente, no sentido de que oferece uma dimensão materialista⁹⁸ ausente em Hegel, além de possibilitar a elucidação da evolução moral da sociedade através da luta por reconhecimento (HONNETH, 2003, p.125).

Além disso, é necessário realçar que Mead oferece uma teoria naturalista da luta por reconhecimento para explicar a formação da subjetividade do indivíduo a partir da tessitura interacional do reconhecimento recíproco, concedendo à luta a dimensão da experiência e da “evolução moral da sociedade”(HONNETH, 2003, p.125).

A ideia, em Hegel, de um sujeito social envolvido por laços interacionais de reconhecimento que encaminham o sujeito para a autorrealização, é retomada por Honneth, utilizando, ademais, dos aportes teóricos de Mead que sustentam as origens da formação da identidade nas relações intersubjetivas que são caracterizadas pelo conflito.

Mead sustenta que a formação da individualidade ocorre numa implicação direta com o parceiro de interação, figurando este como determinante no desenvolvimento da consciência de si, de modo que o indivíduo obtém para si a percepção do significado social da manifestação de seu comportamento a partir da representação simbólica em si da reação causada em seu defrontante⁹⁹.

⁹⁸ Honneth sublinha que Hegel “seguiu em seus escritos de Jena um programa que soa quase materialista: reconstruir o processo de formação ética do gênero humano como um processo em que, passando pelas etapas de um conflito, se realiza um potencial moral inscrito estruturalmente nas relações comunicativas entre os sujeitos... em vez disso, suas construções, por mais concretas e mesmo próximas da ação, tomam de empréstimo uma grande parte de suas condições de validade da certeza metafísica de fundo acerca do processo englobante da razão” (HONNETH, 2003, p.117-118).

⁹⁹ A esse respeito, Honneth esclarece que : “Essa tese representa o primeiro passo para uma fundamentação naturalista da teoria do reconhecimento de Hegel, no sentido de que pode indicar o mecanismo psíquico que torna o desenvolvimento da autoconsciência dependente da existência de um segundo sujeito: sem a experiência de um parceiro de interação que lhe reagisse, um indivíduo não estaria em condições de influir sobre si mesmo

No entanto, na formação da identidade prático-moral do sujeito, Mead acrescenta aos aspectos cognitivos de comportamento as expectativas normativas morais existentes no ambiente interacional, de modo que, “ao se colocar na perspectiva normativa de seu parceiro de interação, o outro sujeito assume suas referências axiológicas morais, aplicando-as na relação prática consigo mesmo” (HONNETH, 2003, p.133).

Nesse sentido, o processo de socialização é desenvolvido por Mead pelo conceito do “outro generalizado” que representa o aprendizado do indivíduo na generalização e interiorização das expectativas normativas na medida em que o ambiente de interação social se amplia, emanando, assim, a capacidade do indivíduo de se orientar tanto no que diz respeito às expectativas que pode reivindicar dos membros da sociedade, quanto às obrigações que deve assumir e desempenhar perante os outros. Portanto, a trajetória do desenvolvimento da identidade está atrelada ao processo de socialização. (HONNETH, 2003, p.135)

Daí podemos inferir que essa concepção se revela frutífera aos anseios de Honneth de formular um modelo de teoria da sociedade de bases normativas, já que a constituição da identidade do sujeito como membro reconhecido socialmente é compreendida como assentimento das normas e atitudes dos membros da sociedade.

Fiel à tripartição do sistema de reconhecimento recíproco forjado por Hegel em amor, direito e solidariedade – esquema este observado e desenvolvido por Mead – Honneth compreende que estas formas de reconhecimento originam modos de autorrealização correspondentes, respectivamente, a saber: a autoconfiança, o autorrespeito, e a autoestima. Enquanto o reconhecimento malogrado - o desrespeito – se torna a base da motivação moral dos conflitos e da luta por reconhecimento.

Honneth entende, portanto, que a formação dos três modos de autorrelação prática dependem da infraestrutura dos padrões de reconhecimento recíproco. Sendo assim, a autoconfiança, o autorrespeito, e a autoestima se perfazem num “processo dinâmico” de relacionamento intersubjetivo, em que os indivíduos têm a experiência de figurarem como destinatários de suas expectativas normativas na interação social.

Nesse norte, o autor frankfurtiano concebe a necessidade de operar uma reconstrução do “conteúdo concretamente dado” dos três padrões de reconhecimento hegelianos: do amor, do direito e da solidariedade. No intuito de verificar a legitimidade da distinção como

com base em manifestações autoperceptíveis, de modo que aprendesse a entender aí suas reações como produções da própria pessoa” (HONNETH, 2003, p.131).

tipologia independente de esferas de reconhecimento, os meios que emergem as propriedades de autorrelação e o “potencial de desenvolvimento moral” (HONNETH, 2003, p.159).

2.2.2.1. Reconhecimento como encorajamento afetivo

Honneth em sua reconstrução teórica do reconhecimento está preocupado em elucidar como ocorre o processo de constituição da subjetividade na intersubjetividade. E, nesse sentido, procura compreender o efeito das interações sociais na formação do sujeito autônomo e social.

No primeiro padrão de reconhecimento intersubjetivo conferido ao “amor”¹⁰⁰, “cerne estrutural de toda eticidade”¹⁰¹, Honneth encontra em Winnicott a prova empírica da constituição do sujeito na intersubjetividade fundante, afastando, nesse sentido, a concepção da ontologia do indivíduo pré-social.

Com as contribuições da psicanálise heterodoxa winnicottiana, o autor sustenta que mediante a relação originária encorajada pela afetividade entre mãe e bebê se constrói a propriedade de autoconfiança do indivíduo. Desse modo, o reconhecimento bem-sucedido nessa primeira etapa possibilitará o desenvolvimento da confiança no sentimento de ser respeitado que será renovado e reeditado em outras dimensões de reconhecimento recíproco. Como fica esclarecido, no seguinte recorte:

...visto que essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede, tanto lógica como geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela chamada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito (HONNETH, 2003, p. 177).

As relações amorosas, na visão proposta por Honneth, correspondem às relações primárias que se perfazem entre pais e filhos por ligações afetivas e sentimentos de estima, onde o encorajamento e assentimento são facetas do reconhecimento recíproco.

¹⁰⁰ Cabe sublinhar que a reconstrução operada por Mead da teoria do reconhecimento da juventude hegeliana, no entendimento de Honneth, não oferece qualquer indicação, ou substituto, para a primeira forma de reconhecimento recíproco representada por Hegel pelo conceito romântico de “amor”. Dessa maneira, evitando “a forma elementar de autorrespeito dada com a formação de uma confiança emocional nas próprias capacidades” (HONNETH, 2003, p.138 e 157).

¹⁰¹ Honneth sublinha o entendimento de Hegel (HONNETH, 2003, p. 178).

Para a teoria psicanalítica das relações de objeto, o êxito das relações interpessoais afetivas primárias “depende da preservação recíproca de uma tensão entre o abandono simbiótico e a autoafirmação individual” que vivencia a criança na interação com a mãe (HONNETH, 2003, p.160). Esse entendimento é realçado por Honneth como fundamental ao intento de uma fenomenologia do reconhecimento.

Honneth ilumina a conexão entre mãe e bebê como uma fase de “intersubjetividade indiferenciada”, em que existe uma fundição entre ambos num “estado de ser-um simbiótico” (HONNETH, 2003, p.164). E, para que o bebê se constitua como um ser diferenciado da mãe, o processo de amadurecimento infantil deve ocorrer amparado pela cooperação recíproca, em que ambos “precisam aprender do respectivo outro como eles têm de diferenciar-se em seres autônomos” (HONNETH, 2003, p.165).

A dependência relativa é a fase em que o bebê experimenta a perda do controle onipotente de seu mundo subjetivo, na medida em que a mãe se abre para o retorno das tarefas sociais do cotidiano, ocorrendo uma fluidificação da identificação materna com o bebê. A criança passa a vivenciar um processo de desilusão, e "desenvolve logo uma disposição para atos agressivos" (HONNETH, 2003, 168). Nesse contexto "des-adaptativo", o bebê torna-se capaz de compreender cognitivamente a diferenciação entre seu ego e a mãe-ambiente.

Nessa fase inicia-se gradativamente o entendimento da mãe como objeto independente e a percepção de sua dependência quanto à assistência materna. Nesse sentido, Honneth sublinha que o bebê, à frustração de sua onipotência, desenvolve atos agressivos direcionados a mãe que correspondem à luta por reconhecimento:

...com efeito, só na tentativa de destruição de sua mãe, ou seja, na forma de uma luta, a criança vivencia o fato de que ela depende da atenção amorosa de uma pessoa existindo independente dela, como um ser com pretensões próprias. Para a mãe, inversamente, isto significa no entanto que também ela tem de aprender primeiro a aceitar a independência de seu defrontante, se quer “sobreviver” a seus ataques destrutivos no quadro do seu espaço de ação novamente alargado: a carga agressiva da situação requer dela que compreenda as fantasias e desejos destrutivos de seu filho como algo que vai contra os seus próprios interesses e que, por isso, só compete a ele, como uma pessoa atomizada. Se, pelo caminho assim traçado, um primeiro passo de delimitação recíproca é bem-sucedido, a mãe e a criança podem saber-se dependentes do amor do respectivo outro, sem terem de fundir-se simbioticamente uma na outra” (HONNETH, 2003, p.170) .

Se a mãe é capaz de suportar as intempéries de seu "defrontante", aceitando-o em sua autonomia com desejos e interesses próprios, o bebê integra a agressividade e desenvolve a capacidade para a ligação, e assim “ pode reconciliar sua afeição pela mãe, ainda alimentada de forma simbiótica, com a experiência da autonomia desta”(HONNETH, 2003, p.169).

Nestas circunstâncias emerge o objeto transicional, o qual o bebê estabelece uma relação de investimento afetivo, além de ser uma formação substitutiva para a mãe ausente, servindo simbolicamente como mediação ao "abismo dolorosamente vivenciado da realidade interna e externa", que possibilita vivenciar a "capacidade de estar só" devido ao sentimento de confiança conquistado. Nesse sentido, Honneth realça a sua visão de Winnicott:

A criança só está em condições de um relacionamento com os objetos escolhidos no qual "ela se perde" quando pode demonstrar, mesmo depois da separação da mãe, tanta confiança na continuidade da dedicação desta que ela, sob a proteção de uma intersubjetividade sentida, pode estar a sós, despreocupada; a criatividade infantil, e mesmo a faculdade humana de imaginação em geral, está ligada ao pressuposto de uma "capacidade de estar só", que por sua vez se realiza somente através da confiança elementar na disposição da pessoa amada para a dedicação (HONNETH, 2003, p.172).

Essa experiência de reconhecimento baseada no amor primário será a fonte da constituição da primeira etapa de autorrelação prática de autoconfiança do ser humano que possibilita "um estar-consigo-mesmo no outro", e prepara-o para a participação na vida pública, na medida em que é a gênese para o desenvolvimento do autorrespeito e autoestima nas esferas de interação intersubjetiva de reconhecimento, do direito e da solidariedade, respectivamente. Nesse norte, "a autonomia subjetiva do indivíduo aumenta também com cada etapa de respeito recíproco" iniciada na relação sustentada pela afetividade (HONNETH, 2003, p.158).

Honneth pretende iluminar na experiência positiva de reconhecimento recíproco, na dimensão do amor, que possui o elemento moral como princípio, o aspecto de tensão e conflito do processo que se inicia na indiferenciação da fase de dependência absoluta ou "simbiose" e segue para a individualização assegurada pela internalização confiante no outro (a mãe) construída pela cooperação intersubjetiva. A partir da "confiabilidade intersubjetiva" adquirida na relação com a mãe é capaz de florescer "uma confiança na satisfação social de suas próprias demandas ditadas pela carência" (HONNETH, 2003, p. 173).

Podemos inferir que Honneth, ao adotar a leitura winnicotiana feita por Jessica Benjamin, considera o desenvolvimento da formação da subjetividade, constituída na intersubjetividade do reconhecimento recíproco, como um processo de luta contra a perda do controle onipotente do outro proveniente da separação gradual vivenciada. Tal situação de conflito contra a experiência de abandono da simbiose que leva a criança a perceber sua dependência em relação à mãe exterior, na leitura do autor, é vivenciada dolorosamente pelo bebê. Além disso, ele compreende que o sentimento de amor da criança como forma de reconhecimento se constitui na experiência de desilusão sofrida pelo rompimento da simbiose (HONNETH, 2003, p.174).

A despeito das considerações inferidas no parágrafo anterior, sublinhando o olhar da luta, e, portanto, de uma experiência conflitiva, podemos refletir, de acordo com as contribuições de Honneth, a respeito do processo de singularização do sujeito e do reconhecimento da alteridade a partir das interações afetivas e encontros sociais. Pois, segundo a compreensão do desenvolvimento emocional primitivo de Winnicott, antes de sermos sujeitos, somos seres humanos em interação com a mãe-ambiente que está inserida, por sua vez, num ambiente familiar e social. A perspectiva da teoria psicanalítica winnicottiana pode oferecer, portanto, outras luzes ao direito, já que a teoria clássica do direito pensa o indivíduo desencarnado de suas relações sociais.

2.2.2.2. Reconhecimento nas esferas de sociabilidade do direito e da solidariedade

Os alicerces da primeira etapa de reconhecimento recíproco ornado pela afetividade da relação interpessoal das interações primárias são vitais para a participação na vida social e, portanto, a esfera do amor precede as demais etapas de respeito recíproco. Como fica esmiuçado por Honneth:

Existe, a meu ver, uma primazia genética da primeira forma de relação de reconhecimento, isto é, da autoconfiança possibilitada pelo amor e assistência. Sem a experiência dessa forma de reconhecimento, nenhum sujeito poderia constituir uma identidade estável e uma personalidade intacta. No entanto, outra coisa se passa com a ordem “lexical”. Eu afirmaria, pelo menos para as sociedades modernas, uma primazia da relação jurídica de reconhecimento. Ela, a princípio, exorta todos os sujeitos, de maneira igual, ao respeito mútuo e, por isso, possui a maior força de inclusão... pode-se dizer que tanto da perspectiva do sujeito quanto da perspectiva da sociedade, são possíveis conflitos entre as exigências morais das diversas relações de reconhecimento. Eles só podem ser solucionados privilegiando-se as relações jurídicas (HONNETH, 2003, Folha de São Paulo).

Honneth realça, ao mesmo tempo, no trecho acima recuperado da entrevista, a força do direito, como etapa fundamental de reconhecimento subjetivo e de formação da autorrelação prático moral de respeito e de dignidade dos sujeitos. Portanto, a experiência de respeito do indivíduo estaria atrelada a realização do direito nas sociedades modernas.

No reconhecimento baseado na dedicação emotiva das relações amorosas e afetivas primárias, amparada pelos cuidados, afirma-se a autonomia e confiança afetiva, lastreada pelas emoções, não sendo, portanto, um respeito cognitivo.

Para Hegel, segundo Honneth, a reciprocidade do respeito universalista intersubjetivo, no que tange a consideração da condição de autonomia individual entre os membros da comunidade jurídica, se opera apartada das emoções, sendo considerada uma formação engendrada em operações de entendimento cognitivo. Essa compreensão do sistema jurídico como manifestação dos interesses universalizáveis configura uma inteligência da modernidade a respeito dos direitos de igualdade e liberdade. Como considera o autor:

Visto que desse modo uma disposição para a obediência de normas jurídicas só pode ser esperada dos parceiros de interação quando eles puderam assentir a elas, em princípio, como seres livres e iguais, migra para relação de reconhecimento do direito uma nova forma de reciprocidade, altamente exigente: obedecendo à mesma lei, os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais (HONNETH, 2003, p. 181-182).

O contexto social da modernidade produziu, ao longo do processo de evolução histórica, a compreensão do indivíduo como portador de direitos. Honneth considera que o direito protagoniza a dimensão fulcral da pretensão generalizada dos interesses sociais universalizáveis. O direito é a potência que encarna o “outro generalizado”, e as demandas da sociedade. Nesse sentido, diz o teórico:

Para o direito, Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva de um “outro generalizado”, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões (HONNETH, 2003, p.179).

Além disso, o reconhecimento como sujeito de direito se diferencia da estima social sob condições modernas de relações jurídicas, pois nas sociedades tradicionais havia uma fusão entre pessoa de direito e a posição social ocupada, na medida em que os direitos e deveres eram considerados conforme o papel desempenhado pelo sujeito na estrutura social. Nesse norte, Honneth compreende que se abre para a distinção entre duas formas de respeito¹⁰², uma referida ao reconhecimento jurídico, e outra à estima social.

Na esfera do reconhecimento jurídico a valência dos sujeitos como dignos de respeito se expressa pela consideração de que o ser humano é um “fim em si mesmo”. Portanto o respeito ao ser humano como pessoa se baseia num reconhecimento cognitivo de valor universal e abstrato. Enquanto na esfera da estima social o valor do indivíduo no que tange ao respeito e relevância social se deve a avaliação das particularidades destacadas naquela realidade social. Em síntese apertada:

¹⁰² Honneth utiliza dos aportes teóricos de Rudolph von Ihering para tecer essa distinção do conceito de respeito, que, segundo ele, “em grande parte vai ao encontro do desacoplamento histórico de reconhecimento jurídico e de estima social” (HONNETH, 2003, p. 184).

... da comparação entre o reconhecimento jurídico e a estima social: em ambos os casos, como já sabemos, um homem é respeitado em virtude de determinadas propriedades, mas no primeiro caso se trata daquela propriedade universal que faz dele uma pessoa; no segundo caso, pelo contrário, trata-se das propriedades particulares que o caracterizam, diferentemente de outras pessoas. Daí ser central para o reconhecimento jurídico a questão de como se determina aquela propriedade constitutiva das pessoas como tais, enquanto para a estima social se coloca a questão de como se constitui o sistema referencial valorativo no interior do qual se pode medir o “valor” das propriedades características (HONNETH, 2003, p.187).

Honneth sublinha que no cenário das relações jurídicas da modernidade, que se submetem às exigências da moral pós-convencional, que se pode pensar a respeito da imputabilidade moral dos sujeitos. Esta é uma propriedade a que todos os indivíduos devem participar no sentido de que todos têm a capacidade em igualdade de contribuir e decidir racionalmente sobre questões morais com autonomia individual. Daí procede a legitimidade do sistema jurídico.

Nesse sentido, o fundamento da justificação do direito se perfaz no assentimento da imputabilidade moral e no acordo racional da vontade entre indivíduos livres e iguais como pressuposto da constituição da relação universal de respeito.

A determinação das propriedades universais humanas que habilitam o indivíduo na formação racional da vontade constitutiva do reconhecimento jurídico pode mudar se os membros daquela realidade social não respeitarem uns aos outros. Podendo, nesse sentido, ocorrer lutas por reconhecimento para ampliar a participação no processo de formação das pretensões normativas.

Ao longo do processo histórico, através das lutas sociais por reconhecimento, houve na esfera jurídica uma ampliação dos direitos subjetivos, possibilitado pelo princípio seminal de igualdade do direito moderno, no que tange ao enriquecimento do conteúdo material do *status*, e da ampliação do espectro do *status* de uma pessoa de direito. Neste caso, “a relação jurídica é universalizada no sentido de que são adjudicados a um círculo crescente de grupos, até então excluídos ou desfavorecidos, os mesmos direitos que a todos os demais membros da sociedade” (HONNETH, 2003, p.194).

A adjudicação de direitos representa, simbolicamente, o reconhecimento do sujeito enquanto pessoa portadora de direitos e a conquista do autorrespeito. De modo que produz a compreensão no sujeito de que a expressão de sua autonomia enquanto ser moralmente imputável é respeitada por todos os demais parceiros de interação, incluindo a autorreferência do respeito. Nesse sentido, a relação estabelecida pelo reconhecimento jurídico significa a autorrelação prático moral positiva do sujeito. Para tanto, Honneth sublinha a imprescindibilidade do reconhecimento da validade universal do direito:

Só com a formação de direitos básicos universais, uma forma de autorrespeito dessa espécie pode assumir o caráter que lhe é somado quando se fala da imputabilidade moral como cerne, digno de respeito, de uma pessoa; pois só sob as condições em que direitos universais não são mais adjudicados de maneira díspar aos membros de grupos sociais definidos por status, mas, em princípio, de maneira igualitária a todos os homens como seres livres, a pessoa de direito individual poderá ver neles um parâmetro para que a capacidade de formação do juízo autônomo encontre reconhecimento nela (HONNETH, 2003, p. 195).

O caráter público do direito capacita o sujeito individual a experimentar o reconhecimento jurídico, na medida em que tem a consciência de se referir positivamente como parte do sistema de formação discursiva da vontade, pois está autorizado a afirmar pretensões jurídicas subjetivas. E, nesse sentido, possibilita a representação simbólica e o sentimento de autorrespeito.

Tanto as relações de cuidado afetivo, como as relações jurídicas de reconhecimento preenchem a subjetividade da autorrealização de confiança e respeito, respectivamente. No entanto, no que tange a experiência de reconhecimento na esfera jurídica, o autor constata que apenas no reconhecimento denegado podemos aferir o “significado psíquico que o reconhecimento jurídico possui para o autorrespeito de grupos excluídos” e o sentimento produzido pelo desrespeito (HONNETH, 2003, p.198).

A autorrealização do sujeito legítimo para buscar suas pretensões é constituída na esfera jurídica de reconhecimento recíproco. Nesse sentido, “o autorrespeito pode ser visto como a autoconcepção afetivamente preenchida que exige uma visão de si mesmo como a fonte legítima de razões para agir” (ANDERSON e HONNETH, 2011, p.90).

A privação dos direitos causa efeitos de degradação, de violação, de sofrimento na subjetividade do sujeito. Portanto, o desrespeito na segunda etapa de interação intersubjetiva de reconhecimento afeta o indivíduo em seus sentimentos de determinação e dignidade, no que diz respeito a autorrelação de respeito. Honneth, portanto, está percorrendo as sensações afetivas decorrentes da violação das etapas de reconhecimento.

A experiência de produção da autorrealização prático moral do sujeito apenas se consubstancia, no entendimento de Honneth, preenchendo, além das duas esferas anteriormente apresentadas de reconhecimento, a etapa da solidariedade social. Nesse sentido, a esfera do reconhecimento jurídico embora favoreça a expectativa de participação social no debate democrático não é suficiente para alcançar o desenvolvimento pessoal no que tange a satisfação das expectativas a respeito do valor social das capacidades e propriedades concretas pessoais para a coletividade. A esse respeito diz Honneth:

Diferentemente do reconhecimento jurídico em sua forma moderna, a estima social se aplica às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais: por isso, enquanto o direito moderno representa um *medium* de

reconhecimento que expressa propriedades universais de sujeitos humanos de maneira diferenciadora, aquela segunda forma de reconhecimento requer um *medium* social que deve expressar as diferenças de propriedades entre sujeitos humanos de maneira universal, isto é, intersubjetivamente vinculante (HONNETH, 2003, p. 199).

Vale realçar que vigora a necessidade moral do sujeito de obter assentimento social valorativo de determinadas propriedades da personalidade, no que tange a conquista da formação da identidade pessoal em sua integridade no ambiente de interação social. A esfera de reconhecimento da estima social representa o valor simbólico dado por determinada coletividade a respeito daquela modalidade de vida ser digna de valor. Portanto, nesta esfera se colocam luzes sobre a consideração societária a respeito dos traços individualizantes do sujeito, em meio às interações intersubjetivas da comunidade de valores, que proporciona a autoestima do indivíduo.

Nessa perspectiva a valência do indivíduo é avaliada de acordo com um quadro de orientações simbolicamente engendrado por determinada sociedade a respeito da autocompreensão cultural do que sejam os valores éticos perseguidos pelos objetivos sociais comuns. Nesse sentido, o assentimento positivo, dado por julgamento intersubjetivo, ocorre na medida em que as qualidades e capacidades dos sujeitos são capazes de cooperar para a realização dos valores definidos pela moldura cultural daquela integração social. No entanto, essa moldura simbólica deve ser porosa para facilitar e favorecer a expressão das especificidades dos indivíduos no sentido de que possam ser avaliadas e reconhecidas.

Com o advento das sociedades modernas, e o declínio das sociedades baseadas na honra estamental de grupo, “o sujeito entra no disputado campo da estima social como uma grandeza biograficamente individuada” (HONNETH, 2003, p.204), houve transformações na complexidade social, e, portanto, na emergência de distintas compreensões a respeito da autorrealização. Daí que a esfera jurídica não pode ser suficiente para contemplar as expectativas baseadas em formas de vida plurais com traços individualizantes que ultrapassam a proteção jurídica universal. Nesse sentido diz Honneth:

Mas a relação jurídica não pode recolher em si todas as dimensões da estima social, antes de tudo porque esta só pode evidentemente se aplicar, conforme sua função inteira, às propriedades e capacidades nas quais os membros da sociedade se distinguem uns dos outros: uma pessoa só pode se sentir “valiosa” quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais (HONNETH, 2003, p.204).

Nesse contexto, a categoria de prestígio social ascende, referindo-se ao grau de reconhecimento social que o indivíduo conquista em sua autorrealização na medida em que são valores compartilhados intersubjetivamente pela sociedade para a realização dos objetivos

comuns. Nesse sentido, a esfera da solidariedade implica em tensão devido a configuração de tarefas antagônicas que se apresentam num cenário de individuação do reconhecimento que estabelece valores universais intersubjetivamente partilhados que por um lado, estejam abertos à pluralidade de autorrealização, como também, por outro, deve oferecer um sistema referencial de estima.

Nas sociedades modernas, as formas de vida que possuem suas propriedades negligenciadas na medida em que experienciam o desrespeito dependem da inserção em grupos sociais para instaurar a luta coletiva por existência simbólica para a construção da autorrealização prática de autoestima em determinada integração social. Honneth sublinha que, “agora o indivíduo não precisa mais atribuir a um grupo inteiro o respeito que goza socialmente por suas realizações conforme os standards culturais, senão que pode referi-lo a si próprio” (HONNETH, 2003, p.210).

O autor frankfurtiano entende que o reconhecimento solidário nas sociedades modernas centradas na individualização do sujeito significa a possibilidade de cada indivíduo poder estimar-se como um ser de valor social que possui propriedades respeitadas reciprocamente. Nesse sentido, a autorrealização do outro como parceiro social deve ser considerada relevante em interações sociais que pressupõem a simetria entre indivíduos. Nessas condições modernas em que o indivíduo tem a chance de experienciar a confiança emotiva proporcionada pela estima social a respeito de sua identidade como significativa para a coletividade provoca o interesse no cuidado afetivo intersubjetivo das particularidades do outro para a realização e conquista de objetivos partilhados.

Podemos inferir que nesse contexto de solidariedade na intersubjetividade deve-se afirmar o interesse nas mobilizações por reconhecimento, na medida em que as experiências de desrespeito às expectativas normativas dos indivíduos são obstáculos à construção de um ambiente favorecedor da integração social e da garantia da formação da personalidade autônoma e individuada.

2.2.2.3. Desrespeito

O desenvolvimento da autorrelação sadia na trilogia do reconhecimento proposta por Honneth demonstra, teoricamente, o preenchimento das expectativas de autodeterminação do sujeito individuado das sociedades modernas. Na medida em que o indivíduo é privado das

expectativas normativas legítimas que asseguram sua formação pessoal íntegra, ele é violado em sua existência simbólica e no sentimento de respeito. O sujeito se compreende injustiçado socialmente, pois a integridade da constituição de sua personalidade depende das interações positivas com o ambiente social e coletivo.

Honneth em sua *Luta por Reconhecimento* percorre inicialmente as etapas de reconhecimento que se preenchidas podem assegurar a conquista pessoal de autorrespeito. Nesse norte, o autor realça a vulnerabilidade constitutiva do humano associada à dependência das relações sociais intersubjetivas de reconhecimento que no sentido negativo encontra o desrespeito “capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira” (HONNETH, 2003, p.214).

Cada uma das formas de reconhecimento encontra correspondência em formas de desrespeito que também possuem distinções analíticas internas. Honneth intenta com essa subdivisão classificatória a respeito dos abalos afetivos da experiência de desrespeito estabelecer um padrão crítico normativo que possa identificar as patologias sociais, tendo como parâmetro “os pressupostos intersubjetivos que hoje precisam estar preenchidos para que os sujeitos se possam saber protegidos nas condições de sua autorrealização” (HONNETH, 2003, 270).

Honneth, a partir de um exame empírico do desrespeito, valendo-se da tipologia positiva de autorrealização estabelecida anteriormente, apresenta as ameaças à construção e garantia de uma “autorrelação impertubada” do reconhecimento que privam o sujeito de certas pretensões de identidade. Vale sublinhar que o não cumprimento das expectativas normativas de reconhecimento do sujeito, desenvolvidas na dimensão moral pré-teórica que formam a autocompreensão prática positiva de sua integridade pessoal, fazem emergir experiências morais de injustiça sentidas como desrespeito do senso de si.

Nesse norte, o autor, através das distintas formas de desrespeito procura elucidar como a experiência afetiva da recusa de reconhecimento pode motivar o indivíduo a travar um conflito para a ação de luta¹⁰³ por reconhecimento, na qual intenta obter ou criar condições de conquista do reconhecimento recíproco que “promove desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano” (HONNETH, 2003, p.227). Nesse sentido, Honneth diz:

“sentimentos de desrespeito formam o cerne de experiências morais, inseridas na estrutura das interações sociais porque os sujeitos humanos se deparam com expectativas de reconhecimento às quais se ligam as condições de sua integridade

¹⁰³ Honneth não se refere às lutas que iniciam por interesses coletivos que são as que o surgimento e o curso das lutas sociais revelam “tentativas de grupos sociais de conservar ou aumentar seu poder de dispor de determinadas possibilidades de reprodução” (HONNETH, 2003, p. 261).

psíquica; esses sentimentos de injustiça podem levar a ações coletivas, na medida em que são experienciadas por um círculo de sujeitos como típicos da própria situação social” (HONNETH, 2003, p.260).

Honneth aponta a primeira forma de desrespeito referente aos maus-tratos ou violação à integridade corporal e psíquica que está relacionada à primeira etapa de reconhecimento que assume a forma do amor e cuidado. Esse tipo de desrespeito tem por consequência o abalo na autorrelação individual de confiança em si mesmo conquistada na experiência de cuidado e dedicação emotiva na relação primária.

O autor frankfurtiano sublinha que nem todas as esferas de reconhecimento são capazes de colocar em marcha conflitos sociais, na medida em que as experiências morais não se generalizam, como é o caso da relação amorosa de reconhecimento que não ultrapassa o círculo de dedicação e cuidados afetivos provisionados.

A violência desferida através da tortura contra a vontade do sujeito direcionada à desapropriar a autoridade sobre o próprio corpo infringe uma humilhação tão danosa que conduz o ser humano a ausência do senso da realidade, exercendo a destruição da autorrelação prática de maneira mais intensa que as demais formas de desrespeito.

O sentimento de sujeição por estar destituído de autonomia sobre a própria corporeidade, além dos efeitos psíquicos desencadeados pela condição perversamente forçada, destroem a autoconfiança adquirida na socialização arcaica do sujeito nas primeiras vivências de cuidado amoroso. Relações fundantes, estas, que capacitaram o indivíduo a desenvolver relacionamentos práticos com parceiros de interação. As agressões sofridas rompem com a autossegurança do indivíduo em tecer laços sociais devido a perda da crença em si e no mundo trazendo o sofrimento de vergonha social. Nesse sentido, o colapso da autoconfiança psíquica faz desmoronar a integridade da pessoa, representando uma “limitação violenta da autonomia pessoal” (HONNETH, p.216).

Na segunda forma de reconhecimento atribuída ao direito tem por correspondência negativa a “experiência emocionalmente carregada de desrespeito” (HONNETH, 2003, p.267) causada pela exclusão e privação de direitos. Nesse sentido, o indivíduo se sente desabilitado a participar como membro da sociedade em condições de igualdade, na medida em que se encontra destituído de imputabilidade moral. Portanto, o indivíduo sofre uma violação em sua dignidade enquanto pessoa ao lhe ser denegada as pretensões normativas vigentes, sobretudo, porque o direito materializa a expectativa de pretensão generalizada.

A denegação da norma universalizada viola a expectativa intersubjetiva do indivíduo de ser reconhecido como capaz de produzir juízo moral, retirando dele “o respeito cognitivo de uma imputabilidade moral que, por seu turno, tem de ser adquirida a custo em processos de

interação socializadora” (HONNETH, 2003, p. 217). Além da pretensão de interesses universalizáveis recusados, a experiência de desrespeito jurídico se mede pelo alcance materialmente efetivo de direitos concedidos institucionalmente como aspecto da cidadania e dignidade humana.

A terceira forma de desrespeito consiste na ofensa e depreciação do valor social do indivíduo ou grupo que está relacionada à etapa de reconhecimento da solidariedade. Nesse sentido, há uma degradação quanto à valoração de determinadas formas de vida que afeta a autoestima do indivíduo no que tange a consideração do *status* de pessoa ao subtrair a aceitação de suas particularidades e capacidades como valiosas em determinada coletividade cultural de valores.

Essa experiência de desrespeito viola a compreensão que o indivíduo possui a respeito de si, por se sentir inferior em suas propriedades características, na medida em que entende não ser estimado e que não pode “se referir à condução de sua vida como a algo a que caberia um significado positivo no interior de uma coletividade” (HONNETH, 2003, p. 218).

As formas de recusa de reconhecimento e desrespeito violam a autorealização prática moral positiva do indivíduo, privando-o de um processo de formação da subjetividade em sua integridade e de produção de respeito por si próprio. Nesse norte, Honneth faz um paralelo entre enfermidades orgânicas e abalos psíquicos para tratar dos abatimentos experienciados pelos sujeitos que sofrem de desrespeito social, sublinhando que: “com a experiência do rebaixamento e da humilhação social, os seres humanos são ameaçados em sua identidade da mesma maneira que o são em sua vida física com o sofrimento de doenças” (HONNETH, 2003, p.218).

O autor pretende sublinhar que os sintomas de desrespeito social evidenciam a resposta emocional negativa no plano psíquico que se manifesta no sentimento de vergonha social, “informando cognitivamente a pessoa atingida a acerca de sua situação social” (HONNETH, 2003, p. 220). Sendo assim, o sofrimento de desrespeito pode consubstanciar a motivação afetiva para a mobilização da luta por reconhecimento. Nesse sentido, os sentimentos de indignação moral experienciados podem deflagrar o conflito prático para perseguir as expectativas normativas de reconhecimento recíproco que lhe são denegados injustificadamente. Assim, Honneth ilumina:

A razão disso pode ser vista, por sua vez, na dependência constitutiva do ser humano em relação à experiência de reconhecimento: para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas como a vergonha ou a ira. Daí a

experiência de desrespeito estar sempre acompanhada de sentimentos afetivos que em princípio podem revelar ao indivíduo que determinadas formas de reconhecimento lhe são socialmente denegadas (HONNETH, 2003, p. 220).

2.2.3. Instituição familiar: experiência de afeto recíproco

Podemos evidenciar nas leituras das obras *Luta por Reconhecimento* e *O Direito da Liberdade* que Honneth persevera no desenvolvimento de sua Teoria do Reconhecimento, na medida em que o reconhecimento recíproco e a intersubjetividade relacional são as categorias que ambas percorrem. No entanto, Honneth direciona seu olhar no primeiro livro sublinhado para a experiência do sujeito individual nas relações intersubjetivas de reconhecimento, ao passo que no segundo livro seu olhar se volta para as instituições sociais interacionais que encarnam práticas éticas baseadas em relações de reconhecimento recíproco e liberdade intersubjetiva.

Em *O Direito da Liberdade* o autor empreende uma análise das instituições relacionais consagradas historicamente nas sociedades modernas, colocando como tarefa a reconstrução dos conteúdos normativos socialmente compartilhados de maneira imanente, com intuito de esboçar sua versão de uma teoria da justiça. Sem olvidar que a liberdade representada como autonomia individual “já não se separa da ideia de justiça social e das reflexões sobre como deve ser instituída na sociedade para tornar justos os interesses e necessidades de seus membros” (HONNETH, 2015, p. 36).

Honneth propõe como tarefa perscrutar nas próprias esferas sociais de valor institucionais existentes seus potenciais normativos, na medida em que materializam e realizam orientações compartilhadas e valores legitimados socialmente, pois avaliadas como indispensáveis a reprodução social.

O autor, na reconstrução da liberdade reflexiva, analisa a interpretação da autolegislação racional kantiana, para uma concepção de autonomia moral, que entende que o indivíduo no contexto de socialização e comunidade comunicativa aprende a compreender-se como coautor de normas morais, e conclui que embora esta interpretação tenha desalojado o “eu” autorreferente, na medida em que há uma ampliação para o “nós” da autolegislação, esta não é suficiente para pensar uma liberdade intersubjetiva, pois deixa inexplorado que “tanto o “eu” como também o “nós” só poderiam realizar sua autodeterminação se encontrarem, na

realidade social, as condições institucionais que proporcionem a seus objetivos uma oportunidade de realização” (HONNETH, 2015, p. 70).

Honneth identifica que a experiência do amor de Hegel é um exemplo para a liberdade na realidade social externa, como um elemento interno, porquanto o indivíduo não se encontra autocentrado, mas considera sentimentalmente o outro na relação como outro de si mesmo. Esse entendimento de “estar consigo mesmo no outro” se funda na compreensão hegeliana sobre instituições sociais que favorecem aos sujeitos interagirem como parceiros sociais interdependentes fundamentalmente, tendo em vista que compreendem suas finalidades como complementares. A respeito disso:

A aspiração à liberdade deixa de ser um elemento da experiência puramente subjetiva no momento em que o sujeito se encontra com outros sujeitos cujos objetivos se comportam de maneira complementar aos próprios, uma vez que pode ver, nas aspirações da outra parte na interação, um componente do mundo externo que lhe permite colocar em prática objetivamente as metas estabelecidas por ele mesmo. Com “reconhecimento recíproco”, assim concebido, tem-se em mente, num primeiro momento, apenas a experiência recíproca de se ver confirmando nos desejos e metas da contraparte, uma vez que a existência desta representa uma condição da realização dos próprios desejos e fins; sob a condição de que ambos os sujeitos reconheçam a necessidade de complementaridade de seus respectivos fins, eles visualizam na contraparte o outro de seu si mesmo, e a liberdade até então reflexiva amplia-se para se converter numa liberdade intersubjetiva (HONNETH, 2015, p. 86).

Somente os contextos institucionais cujas práticas padronizadas cumprem o papel de mediadoras do reconhecimento, realizando o entendimento entre parceiros de interação, são garantes da liberdade social. Nesse norte, no entendimento do autor, em suas releituras de Hegel, a liberdade individual apenas é experienciável socialmente em esferas sociais de valor institucionais cujas práticas estão comprometidas com o reconhecimento recíproco.

Aos indivíduos só existe a possibilidade de vivenciar a liberdade em contextos interacionais que pressupõem fins complementares entre os sujeitos, mediante a compreensão da dependência recíproca frente à realidade externa. Nesse sentido, a liberdade subjetiva pode se harmonizar com a realidade objetiva, na medida em que a realidade compartilhada é uma criação entre parceiros que dispõem de obrigações sociais de exercício complementar.

O processo de socialização realizado em esferas institucionais, onde o indivíduo cresce sob influência de práticas normativas estáveis, e aprende em seu comportamento a formar objetivos que apenas podem ser realizados através de práticas recíprocas, pode ser compreendido como condição e fundamento para a liberdade intersubjetiva. Exatamente, porque, o indivíduo aprende a se identificar com as finalidades complementares que apenas podem ser realizadas conjuntamente. Nesse sentido, suas motivações são entrelaçadas aos fins internos do contexto institucional de práticas de reconhecimento recíproco provisionadas pela

cooperação social, “pois a consumação da liberdade está atrelada à condição de um sujeito cooperante, que confirma o objetivo que lhe é próprio” (HONNETH, 2015, p. 124). Assim sendo, o reconhecimento precede a liberdade do indivíduo individualizado.

Honneth realça a necessidade de conhecer os contextos interacionais institucionalizados que nos pertencem, entendidos como esferas de ação, em seus valores como padrões normativos vigentes na sociedade, para a realização da liberdade como condição de justiça. Nesse norte, o autor entende que “somente quando temos clareza da consideração ética pelo outro em nosso agir comum podemos dispor sobre o ponto de que transmite os padrões necessários para um fazer e um permitir justos” (HONNETH, 2015, p. 122).

Ao sublinhar a estrutura intersubjetiva da liberdade, Honneth infere a necessidade de instituições de reconhecimento possibilitando a efetividade da experiência de liberdade, na medida em que favorecem e asseguram as condições sociais para a realização de práticas reconhecidamente compartilhadas. Nesse sentido, realça a necessidade de proceder à reconstrução das esferas de ação relacionais “nas quais as obrigações de papéis reciprocamente complementares cuidariam para que os indivíduos, nas atividades de liberdade de seus parceiros de cooperação, pudessem reconhecer uma condição para realizar seus próprios fins” (HONNETH, 2015, p.232).

O autor faz uma reconstrução normativa das experiências de liberdade social de três esferas relacionais de reconhecimento das sociedades democráticas contemporâneas: as relações pessoais (amizades, relações íntimas e familiares), o mercado e o estado democrático; tendo por objetivo analisar a evolução histórica dos seus processos de institucionalização, além de avaliar em que medida os valores considerados legítimos que elas encarnam são realizados efetivamente.

Para os fins desse trabalho nos interessa colocar luzes sobre a instituição familiar na esfera das relações pessoais. Nesta esfera, as experiências emocionais do contexto interacional de obrigações de papéis complementares se ajustam de modo que, nas condições sociais atuais, os parceiros de cooperação podem considerar no outro a possibilidade de autorrealização através do cuidado, auxílio recíproco e confirmação de suas necessidades. Segundo Honneth, as normas que prevalecem, na maneira de viver das relações institucionais familiares, são a cooperação recíproca e o cuidado mútuo.

O autor ao empreender sua reconstrução histórica da instituição familiar coloca em evidência as modificações dos padrões simbólicos das estruturas relacionais familiares quanto às interpretações de papéis quando da entrada das mulheres no mercado de trabalho. O que,

em seu entendimento, rompe a primeira barreira ao princípio do reconhecimento, na medida em que a mulher é desalojada do papel circunscrito de desempenhar as tarefas domésticas e cuidados com os filhos.

Nesse contexto, a dinâmica na relação de poder no que tange a dependência e autoridade entre o casal sofreu modificações, havendo uma transição conflituosa do patriarcado para a necessidade de uma relação cooperativa diante das exigências de autorrealizações novas, o que acarretou no crescimento de divórcios. No entanto, a partir desse fundamento empírico percebeu-se uma maior preocupação com o cuidado e bem-estar das crianças, na medida em que os pais tomaram a atitude de cooperar na prestação de assistência aos filhos. Evidencia-se a inclusão do pai na assistência e formação da socialização dos filhos, deslocando os papéis fixos que existiam nas famílias, “evidenciam-se como expressão da tendência de que uma paternidade consciente de suas responsabilidades pode ser apreendida como núcleo moral da relação familiar” (HONNETH, 2015, p.300). Nesse norte, outras configurações familiares foram engendradas, o que indica uma esfera de unidade familiar de “relação pais-filho” para além da relação do casal, e a persistência dos vínculos emocionais e de assistência entre os membros ao longo da vida nesses novos contextos.

Honneth sublinha a triangularidade das formações familiares modernas entre pai, mãe e filhos, em que os membros possuem os mesmos valores e direitos na relação, que de acordo com as particularidades da subjetividade precisam receber os cuidados e a empatia correspondentes às necessidades específicas, como parceiros de cooperação em igualdade de direitos, “de modo que todos os participantes aprendiam a se ver reciprocamente como pessoas em sentido pleno, que podiam esperar umas das outras amor e zelo, segundo as características de cada um”(HONNETH, 2015, p.296). Assim, pontua a responsabilidade da pessoa do pai na dedicação e cuidados afetivos com os filhos nas primeiras fases da vida. Como também, realça a inclusão dos filhos como um terceiro parceiro, havendo necessidade de os pais indicarem atribuições e tarefas em casa para serem desempenhadas por eles em cooperação enquanto estão crescendo.

Com o aumento da expectativa de vida, o autor evidencia a necessidade dos filhos retribuírem seus pais pelos cuidados recebidos em sua criação, se responsabilizando e se ocupando por eles em idade avançada. Nesse sentido, como resposta às necessidades existenciais da vida contemporânea, tem ocorrido o desenvolvimento de um modelo de reciprocidade quanto às obrigações e contribuições de parceria solidária entre pais e filhos.

Hoje, com a desestabilização dos papéis familiares, as obrigações intrafamiliares foram diversificadas e a satisfação destas orientada pela capacidade e necessidade de cada um dos membros, de acordo com a fase da vida, exigindo, assim, uma negociação das responsabilidades pautada pela solidariedade e afetividade entre parceiros de cooperação que interagem em igualdade de direitos.

Nesse sentido, a inclinação para o cumprimento das obrigações e o compromisso moral entre os membros dependem, portanto, dos sentimentos vivenciados nas interações entre os pares na família. Portanto, o sentimento de pertencimento à associação familiar depende da experiência de afeto recíproco. Diz Honneth:

É somente, pois, se seus membros puderem servir uns aos outros como reflexos de execuções vitais que não podem ser experimentadas em nenhum outro lugar com intensidade e proximidade equiparáveis à da família que o direito a determinada conformação da liberdade social manifesta-se com referência a uma relação social... Em nenhuma outra forma social de relações pessoais a corporeidade do homem está presente e próxima do convívio, por tão longo tempo, como no seio da família. Isso se inicia com a atenção física e os cuidados corporais dirigidos aos filhos pequenos; continua para o filho em fase de crescimento na presença latente da sexualidade dos pais; costuma incluir os estados de doença ou fragilidade de um dos membros da família; e termina, se não houver antes a morte prematura do filho, com o falecimento do pai ou da mãe (HONNETH, 2015, p. 312).

O prolongamento do tempo de vida do ser humano na modernidade favorece um maior compartilhamento de contato entre os membros da família, proporcionando a vivência orgânica e cognitiva das interações afetivas e dos espelhamentos das imagens corpóreas na convivência da presença física entre os familiares, o que oferece a possibilidade de exercitar a capacidade empática, a confiança e a segurança dos laços. Assim cada um dos familiares “realiza uma forma singular de liberdade no um-com-o-outro institucionalizado” (HONNETH, 2015, p. 315). Nesse sentido, Honneth sublinha a família democrática moderna como o lugar precípua para a experiência de liberdade na sociedade.

Para a realização do potencial solidário esboçado pela instituição familiar e suas práticas normativas, é necessário o apoio de políticas públicas e condições sócio-econômicas que provisionem as condições para a reprodução e desenvolvimento da cooperação na sociedade democrática. As formas familiares bem-sucedidas, compostas por laços emocionais e atitudes compartilhadas, são aquelas que compreendem que sua real função familiar é a criação saudável dos filhos, e, desse modo possuem potencial normativo para “exercer e praticar, de maneira socializatória, formas de interação consentidas, democráticas e cooperativas” (HONNETH, 2015, p. 321).

3. UMA COMPREENSÃO SOBRE EXPERIÊNCIAS FAMILIARES NA FAVELA

3.1. Aproximando D.W.Winnicott e Axel Honneth

Nesta parte da pesquisa temos a pretensão de desenvolver um diálogo entre a pesquisa empírica construída e as teorias mobilizadas. No entanto, antes de empreendermos esse intento, pretendemos analisar e aprofundar duas construções teóricas de Winnicott, que possuem relação com os mecanismos psíquicos do "processo de desligamento" do bebê em relação a mãe realçados por Honneth, na teoria do psicanalista, no desenvolvimento da esfera do amor. Ademais, faremos uma breve aproximação entre os dois teóricos, no que tange a esfera familiar para situarmos as considerações desenvolvidas anteriormente, conciliando-as às etapas de reconhecimento recíproco.

Embora o autor frankfurtiano fundamente a primeira etapa de reconhecimento recíproco na chave empírico-teórica winnicotiana, alinhada ao entendimento de que a individuação e a socialização do indivíduo caminham juntas, compreendemos que sua leitura em termos de luta moral por reconhecimento baseada numa compreensão implícita de conflituosidade interacional entre mãe e bebê, desconsidera a necessidade precípua e seminal de um ambiente favorecedor que tenha ressonância com os processos internos singulares do sujeito que se constitui em seu desenvolvimento maturacional emocional.

Ademais, cabe salientar o entendimento winnicottiano de que a maioria desses processos maturacionais que têm início na infância não se completam, e, portanto, seguem em continuidade ao longo da vida do indivíduo. Daí, podemos inferir a vital compreensão holística dos vínculos de interdependência do indivíduo das interações em sociedade. O que revela a necessidade de sustentação da realidade externa compartilhada favorecendo a vida e o bem-estar do indivíduo.

Temos o intuito com a análise dos pontos destacados da teoria heterodoxa do psicanalista obter maior clareza a respeito do processo de individuação socializante constituído na intersubjetividade que em contextos ambientais favorecedores provisionam a autorrealização e a emergência do sentimento ético. Nesse sentido, pretendemos oferecer uma perspectiva mais vitalista do acontecer humano e dos vínculos sociais a partir da leitura de Winnicott.

3.1.1. Um olhar mais vitalista da relação intersubjetiva arcaica

3.1.1.1. Ambiente sintônico: a condição para o acontecer ético humano

Se uma sociedade estivesse baseada num emocional ético e respeitoso, evidentemente, estaria precipuamente preocupada com a recepção de suas crianças no ambiente social. A teoria de Winnicott intersubjetiviza a formação da identidade pessoal e social, na medida em que valoriza o papel do acolhimento ambiental alicerçando o vir-a-ser sujeito, e concebe que a socialização e a individuação do ser humano são processualidades indissociáveis.

O ambiente winnicottiano compreende as dimensões humana e não-humana (WINNICOTT, 1983, p. 67), e o ser humano constitui-se na unidade do contexto ambiente-indivíduo originariamente, pois "o centro de gravidade do ser não surge no indivíduo. Ele se encontra na situação global" (WINNICOTT, 2000, p.166). A jornada do ser humano, se possível, se inicia no contato com a devoção¹⁰⁴ da mãe-ambiente que proporciona os cuidados afetuosos, adaptando-se vivamente, tendo profundo interesse por ele "enquanto desfruta o prazer de reagir às suas necessidades" (WINNICOTT, 1975, p. 30). Nesse sentido, queremos realçar que essa mãe se identifica com as necessidades de seu filho, de modo que a relação seja vivenciada na mutualidade afetiva, sendo frutífera para ambos.

O primeiro sujeito a reconhecer o seu bebê "como uma pessoa por direito próprio" (WINNICOTT, 1975, p. 120), desde o início, é a mãe devotada, ao respeitar os ritmos e movimentos espontâneos dele através de sua presença cuidadosa, reconhecendo-o em sua alteridade, e lhe apresentando o mundo suavemente sem imposições. Isso implica uma atitude ética originária de identificação primária da própria mãe. Pois, "muitas vezes, cuidar é, basicamente, ser capaz de prestar atenção e reconhecer o objeto dos cuidados no que ele tem de próprio e singular, dando disso testemunho e, se possível, levando de volta ao sujeito sua própria imagem" (FIGUEIREDO, 2012, p.138).

A perspectiva vitalista winnicottiana que compreende o ser humano, no início da vida, numa unidade indiferenciada com a mãe-ambiente, e, portanto, esta unidade está integrada a um ambiente numa perspectiva holística - família e sociedade -, considera que o contexto

¹⁰⁴ Para Winnicott a devoção da mãe-ambiente significa mais que do que uma mãe-ambiente confiável. Nesse sentido, diz: "há uma época em que a pessoa, do ponto de vista da criança, tem que ser algo mais que confiável. Sabemos que, em se tratando de crianças pequenas, é só o amor por aquela criança que torna a pessoa confiável o suficiente... Mas retrocedamos ainda mais um pouco. Para descrever o contexto, precisamos empregar palavras ainda mais fortes. Creio que, no tocante aos primeiros meses de vida, o termo "devoção" nos dá a justa medida do que estamos considerando... Só uma mãe devotada (ou uma mãe substituta dotada do mesmo sentimento) pode acompanhar as necessidades de uma criança. Na minha opinião, inicialmente a criança carece de um grau de adaptação ativa a suas necessidades que só pode ser provida se uma pessoa devotada estiver cuidando de tudo. É óbvio que é a própria mãe da criança a depositária natural desta devoção" (WINNICOTT, 2013, p. 33).

ambiental atua sobre o vir a ser do sujeito. Nesse sentido, realça a dependência originária do bebê ao fator ambiental, e, nesse sentido, amalgamado à sua mãe que também recebe influências do entorno. Portanto, a história do infante será escrita num entrelaçamento com a "provisão ambiental que atenda a dependência ou que nisso fracassa" (WINNICOTT, 1975, p.102).

O acolhimento e confiabilidade do ambiente sustentam a emergência da moralidade e sentimento ético que dependem da experiência do sentimento interno de culpa e preocupação manifestada pela necessidade da presença do outro (mãe) à reparação no estágio do concernimento. Pois, a capacidade de preocupação é uma conquista que significa "o fato do indivíduo se importar, ou valorizar, e tanto sentir como aceitar responsabilidade" (WINNICOTT, 1983, p.70). Como também, por outro lado, existe a necessidade da sustentação de uma mãe que ofereça ao seu bebê a oportunidade de exercer seus gestos de colaboração e cooperação, reconhecendo-os vivamente.

Winnicott entende que o ser humano possui tendências inatas que dependem do acolhimento ambiental para que sejam realizadas, portanto, se verificam em sua historicidade. O sentimento ético e moral é uma tendência que se revela originariamente no movimento construtivo de agressividade e reparação amparada pela recepção afetuosa da mãe que sustenta essa dinâmica por amor. E, do lado do bebê, é por amor primitivo que desenvolve a preocupação em reparar, que é fundamental para o movimento futuro de construtividade nas interações sociais. Quando a criança tem a oportunidade de reparação, ela acessa o mundo dos valores, o sentimento de compaixão e a capacidade de se preocupar com o bem-estar do outro.

A atitude sensível e cuidadosa oferecida pela mãe, acolhendo as necessidades de seu bebê, e reconhecendo-o em sua singularidade, possibilitará a emergência de um sujeito, a partir deste cuidado sintônico, orientado para o reconhecimento das pessoas que o cercam em suas particularidades e necessidades (PLASTINO, 2009, p. 78). Pois, "a confiança do bebê na fidedignidade da mãe e, portanto, na de outras pessoas e coisas, torna possível uma separação do não-eu a partir do eu"(WINNICOTT, 1975, p.151). O reconhecimento do outro, como algo externo a si mesmo, em sua alteridade, é um processo que se desenvolve gradualmente.

O cuidado proporcionado pela mãe-ambiente sustenta a tendência natural ao erotismo (amor primitivo) e a motilidade que são movimentos que contém a agressividade e que possuem o sentido de procura para o outro, sendo um "dirigir-se para". Esse movimento, portanto, em direção ao outro, manifesta a espontaneidade da vida que ao encontrar o acolhimento afetuoso e respeitoso possibilita a emergência do sujeito e a experiência de alteridade. Nesse sentido, o respeito ao processo de afirmação e atualização das tendências

naturais do ser humano ampara a emergência do sentimento ético entranhado nas dinâmicas afetivas do sujeito. Sublinha-se, portanto, que é um sentimento, não é um "saber inato, de caráter normativo. Um sentimento que embasa a emergência dos sentidos básicos da vida, sendo, assim, o solo no qual surgem os valores do sujeito" (PLASTINO, 2009, p.81).

A constituição do sujeito na intersubjetividade, relação com a qual nos socializamos, não tem como aspecto central a experiência do limite imposto, mas sim, o investimento e acolhimento amoroso do outro. O favorecimento empático e sintônico do outro-ambiente nos primórdios da formação do sujeito possibilita a constituição do si-mesmo, do "verdadeiro *self*" do bebê humano, na medida em que se respeita a temporalidade dos processos internos do desenvolvimento. Winnicott utiliza da metáfora da bolha, oferecida por sua paciente, para elucidar a condição do ser humano no início da vida, e, nesse sentido, mostrar a imprescindibilidade de um ambiente ajustado às necessidades do bebê como fundamental à emergência do sujeito em sua singularidade.

"No início, o indivíduo é como uma bolha. Se a pressão externa adapta-se ativamente à pressão interna, o elemento central da situação será a bolha, ou seja, o eu do bebê. Mas se à pressão do ambiente for maior ou menor que a do interior da bolha, então a bolha não será o elemento principal, e sim o ambiente. A bolha adapta-se à pressão externa" (WINNICOTT, 2000, p. 264).

A necessidade do arrefecimento da adaptação ambiental não é considerada uma mera exigência externa daquele que é responsável pelos cuidados do infante. Mas deve ser compreendida como resistências graduais aos movimentos espontâneos da vida que serão oferecidas, acompanhando as necessidades internas do bebê (MIZRAHI, 2010, p. 113), não podendo ser uma imposição a ele. Respeitando, portanto, a singularidade do amadurecimento daquele indivíduo. Essa dinâmica permite a emergência da subjetividade em seu "verdadeiro-*self*" e do sentimento ético.

Diante desse cenário colocado, o desenvolvimento emocional saudável que equivale à individuação do sujeito em seus primórdios não pode ser compreendido como um desenvolvimento em termos de luta e conflito como sugere Honneth. Podemos evidenciar que o autor adota a compreensão de que a estruturação do sujeito ocorre num movimento conflitivo do bebê que se rebela diante das resistências à experiência da onipotência apresentadas pela mãe na fase de dependência relativa. A criança, para ele, desenvolve comportamentos agressivos direcionados à mãe percebida como um ser independente, e que esta aceitação é vivenciada com dor (HONNETH, 2003, p.173). Nesse sentido, declara que a erupção de agressividade do bebê é um comportamento de luta por reconhecimento contra a situação percebida de dependência na separação. Além disso, apresenta o sentimento do amor

como uma transformação do desejo de fusão operada pela desilusão da experiência de separação (HONNETH, 2003, p.174).

Podemos evidenciar, nesse sentido, que Honneth em sua leitura de Winnicott pretende sublinhar o conflito moral da experiência intersubjetiva de reconhecimento recíproco na esfera do amor na interação dual da vida arcaica constitutiva do sujeito. Na compreensão do autor, a luta por reconhecimento se instaura a partir do "empuxo de emancipação" da mãe que implica na desilusão quanto à experiência de onipotência do bebê. No entanto, o movimento de separação do bebê, em nossa leitura de Winnicott, precisa da experiência de confiabilidade ambiental e materna, e depende dos processos internos da criança. Ela, assim, procura a ligação com o mundo social percebido a partir do eu que promove a possibilidade de distanciamento do não-eu.

A agressividade, para Winnicott, é expressão da potência vital do amor primitivo no desenvolvimento emocional arcaico do ser humano, e encontra-se na dinâmica relacional afetiva com a mãe-ambiente. Se a relação for baseada na mutualidade, o que significa uma provisão ambiental propícia e estável, o bebê terá condições favorecedoras para harmonizar sua agressividade e construir sua subjetividade e individualizar-se. Pois as expressões de agressividade arcaica são movimentos espontâneos de vitalidade do bebê que almejam a alteridade, e são indissociáveis ao estabelecimento do eu em distinção ao não-eu, que estabelece a participação do indivíduo na realidade compartilhada.

A dependência quanto à atitude de recepção aos movimentos de destrutividade necessários ao desenvolvimento do bebê, não significa que ele não deve encontrar alguma oposição, mas esta deve ser uma resistência sintônica que acolhe e demonstre sobrevivência, não devendo a mãe-ambiente ter uma reação moralística. É da sobrevivência da mãe à destruição que se afirma o amor no indivíduo. E é da destruição, operada pelo bebê, do objeto, que retira este de seu controle onipotente, colocando-o fora do eu. Quando vivencia essa processualidade na confiabilidade do ambiente, a experiência será satisfatória, pois corresponde a uma necessidade interna do desenvolvimento emocional individual. Não tem o aspecto de luta e rebelião contra uma realidade que estaria se impondo.

O sujeito diz ao objeto: "Eu te destruí", e o objeto ali está, recebendo a comunicação. Daí por diante, o sujeito diz: "Eu te destruí. Eu te amo. Tua sobrevivência à destruição que te fiz sofrer, confere valor à tua existência, para mim. Enquanto estou te amando, estou permanentemente te destruindo na fantasia (inconsciente). Aqui começa a fantasia para o indivíduo. O sujeito pode agora usar o objeto que sobreviveu. É importante notar que não se trata apenas da destruição do objeto pelo sujeito, pelo fato de estar o objeto fora da área do controle onipotente do sujeito. É igualmente importante o enunciado ao inverso, ou seja, que é a destruição do objeto que o coloca fora da área do controle onipotente do sujeito. Dessa forma, o

objeto desenvolve sua própria autonomia e vida e (se sobrevive) contribui para o sujeito, de acordo com suas propriedades (WINNICOTT, 1975, p. 126).

Quando da ausência de um ambiente favorecedor, ou na vivência de um ambiente invasivo e hostil, o ser humano reage as imposições e intrusões externas as quais obstruem o desenvolvimento emocional saudável. Um ambiente que se impõe como realidade externa antes que o indivíduo tenha maturidade para tanto, enseja uma resposta deste, dando lugar à construção de um falso *self*, "adaptado e esvaziado pelo poder do todo social" (PHILLIPS, 2017, p. 14). As invasões ambientais interrompem a continuidade do ser e a emergência das potências naturais do indivíduo, obstando, portanto, a emergência do sentimento ético espontâneo. O ambiente dita as regras, desconsiderando os processos internos do indivíduo, e impedindo o acontecer humano. Um ambiente que invade a experiência de ser desencadeia uma reação do lactente. Segundo Winnicott, o ser humano nessa fase primitiva "percebe e registra, cada falha da confiabilidade. Reagir à não-confiabilidade no processo de cuidado do lactente se constitui em um trauma, cada reação sendo uma interrupção no "vir-a-ser" do lactente e uma ruptura no self do lactente" (WINNICOTT, 1983, p. 91). E, por outro lado, uma criança que experienciou uma provisão ambiental cuidadosa e fidedigna possuirá a crença na confiabilidade, "deste modo a ideia de bondade e de um pai pessoal e confiável ou Deus pode se seguir naturalmente" (WINNICOTT, 1983, p. 92).

3.1.1.2. O mundo subjetivo familiar sustentando o espaço transicional

A criança na passagem para a dependência relativa vivencia a gradual separação do estado fusional com a mãe, e o manejo ambiental familiar dá seguimento aos cuidados maternos, dando suporte as necessidades dos seus processos internos. Pois a criança precisa se sintonizar com relacionamentos estáveis, que ainda são objetos subjetivos, que podem ser utilizados para o desdobramento de uma área de experimentação intermediária, na qual fenômenos transicionais podem se estabelecer (WINNICOTT, 2013, p.130).

Essa relação com objetos subjetivos funciona simultaneamente como uma percepção objetiva. Daí a necessidade de pessoas que se adaptem sensivelmente, pois a "criança está no processo de adquirir a capacidade de usar a fantasia, de apelar para a realidade interna e para o sonho, e de manipular brinquedos" (WINNICOTT, 2013, p. 129), já ingressando na área intermediária. Esses padrões familiares ficam enraizados no mundo subjetivo do bebê. E é exatamente a experiência da realidade subjetiva vivenciada pela criança com esses objetos-

pessoas e contexto povoado por objetos no lar que sustenta o sentido da transicionalidade da realidade. Esse estágio transicional ou lúdico precisa de tempo para ser explorado, e a diversidade de relações objetais nutritivas são fundamentais, pois são descobertas do mundo que podem ser apreciadas por essa criança que está se formando. Constituem, portanto, experimentações criativas da realidade externa que está sendo descoberta. Segundo Winnicott:

Isso não significa, no entanto, que a criança esteja pronta para viver no mundo descoberto. A qualquer momento, a criança se mistura de novo com o berço, ou com a mãe, ou com os odores familiares, instalando-se outra vez num ambiente subjetivo. O que estou tentando dizer é que são os padrões familiares da criança, mais do que qualquer outra coisa, que abastecem daquelas recordações do passado, de tal modo que, ao descobrir o mundo, a criança sempre realiza uma viagem de volta - e essa viagem faz sentido pra ela. Caso seja a família da própria criança, então a viagem de volta não submete ninguém a pressões, por ser da essência da família que ela permaneça orientada para si mesma e para as pessoas dentro dela (WINNICOTT, 2013, p.130).

Os fenômenos transicionais se desenvolvem para aqueles que tiveram a experiência da segurança e confiabilidade dos elementos ambientais e da maternagem devotada. Daí a necessidade de um relacionamento saudável da mãe com sua família e entorno, que a mantenha numa relação viva com seu filho, de modo que, com esses suportes, esse indivíduo possa exercer sua força vital natural de busca da realidade que o cerca. E, nesse norte, possa se ligar ao mundo externo, se separando do estado fusional com a mãe.

A experiência de transicionalidade apenas nutre aquele indivíduo que incorporou o sentido da realidade subjetiva que está intimamente ligada à criatividade e ao brincar. Portanto, é imprescindível a qualidade dos contatos da criança com seus familiares. Pois cada membro da família desempenha um papel para este indivíduo, e, na relação, cada um deles será utilizado de uma forma pela criança, o que faz com que suas experiências se ampliem e enriqueçam as idas e vindas, que são passeios entre o mundo interno e o externo. E essa área intermediária, para aqueles que a conquistaram, estará presente ao longo da vida.

Ao dar início à separação do eu e não-eu, que conduz à capacidade de simbolizar, esse espaço intermediário de experimentação, é preenchido pela emergência de um objeto transicional que é eleito criativamente de forma afetuosa representando um elo entre o mundo interno subjetivo e o mundo externo percebido. Nesse sentido, é um símbolo da união do bebê com sua mãe, que amplia a experiência humana para além da própria união (WINNICOTT, 2013, p. 130). O objeto transicional representa, simultaneamente, união com o que está se separando, e separação da fusão. Pois a questão fulcral da transicionalidade não é o objeto usado, mas o paradoxo do uso que é dado ao objeto (WINNICOTT, 1975, p.10), e que, portanto, incide sobre a forma de ser e de se relacionar do indivíduo.

A provisão ambiental é essencial para a criação dessa terceira área da experiência pelo indivíduo, é nesse espaço criado de separação que concederá a possibilidade de estabelecer relacionamentos, e onde se tece o brincar, que amplia-se para a experiência cultural ao longo da vida. Segundo Winnicott:

Onde há confiança e fidedignidade, há também um espaço potencial, espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, e o bebê, a criança, o adolescente e o adulto podem preenchê-la criativamente com o brincar que, com o tempo, se transforma na fruição da herança cultural. A característica especial desse lugar, em que a brincadeira e a experiência cultural têm posição, está em que ele depende, para a sua existência, de experiências do viver, não de tendências herdadas (WINNICOTT apud DIAS, 2017, p. 212).

A potência criativa encontra-se nesse espaço potencial, e o encontro do indivíduo com a realidade externa, da separação eu e não eu, acontece mediante a criatividade, sem esta o mundo não pode ser alcançado. O viver criativo que oferece a realidade da experiência individual, pois liga o indivíduo ao mundo, na medida em que a criatividade entrelaça o mundo subjetivo e o objetivo, "o fato é que aquilo que criamos já está lá, mas a criatividade reside no modo como conseguimos a percepção" (WINNICOTT, 2016, p. 37). É por ela que olhamos e recebemos o mundo e seus acontecimentos, como também, construímos algo na realidade compartilhada, pois "quando a palavra "fazer" pode ser usada com propriedade, já existe criatividade" (WINNICOTT, 2016, p.23). Segundo Armony :

Este não eu generalizado traz a semente da objetividade, caminha em direção ao objetivamente percebido. Porém, uma pessoa completamente objetiva não traria nada de novo ao mundo, pois estaria aprisionada pelo já consensualmente acordado. Uma pessoa absolutamente subjetiva também não influiria sobre o mundo real. Os extremos subjetivo e objetivo não são socialmente criativos. A criatividade acontece quando o subjetivamente concebido se entremeia com o objetivamente percebido. O subjetivo atua sobre o objetivo dando-lhe cores, nuances, transformando-o; o objetivo atua sobre o subjetivo fornecendo-lhe dados de realidade para a construção de limites" (ARMONY, 2013, p. 110).

As pessoas que não afirmaram um viver criativo, são aquelas que a vida não tem significado, que nada lhe dizem respeito significativamente, e a realidade lhes atingem como uma agressão (WINNICOTT, 2016, p.38). A potência da criatividade do ser humano está vinculada à provisão ambiental que sustenta as necessidades do bebê em formação, e demanda tempo, desde a experiência simbiótica que respeita a possibilidade do sentir onipotente, passando pela recepção do gesto espontâneo e a agressividade como movimentos para a construtividade, e, nesse sentido, respeitando os processos internos de um desenvolvimento saudável. Pois, aquele indivíduo "que não começa a vida com a experiência de ser onipotente não tem chance de ser uma peça na engrenagem, mas precisa exacerbar a onipotência, a criatividade e o controle; algo assim como tentar vender ações indesejáveis de uma companhia inexistente" (WINNICOTT, 2016, p.35).

É o lar e a família da criança, em seus elementos e dinâmicas, que proporcionam a possibilidade de um viver criativo no espaço potencial criado, pois "é a partir das coisas aparentemente pequenas que ocorrem no lar e em torno dele que a criança tece tudo o que uma imaginação fértil pode tecer". E, um lar nutritivo não tem a ver com "confortos modernos", mas é aquele que assegura a experiência de brincar, de imaginar, de se relacionar com seus pares de interação, e de expressar seus sentimentos. Pois, "a imaginação de uma criança pode encontrar amplo campo de atividade no pequeno mundo de seu próprio lar e da rua em frente" (WINNICOTT, 2002, p.55). E são essas vivências criativas que possibilitam o indivíduo tecer a habilidade e confiança para contribuir com o mundo.

Winnicott sublinha a importância da experiência do espaço potencial, que ocorre desde a infância e ao longo da vida adulta, ancorada em encontros satisfatórios com um ambiente compartilhado que ofereça valores como sustentação. Nesse sentido, a área intermediária do ser humano também é preenchida por valores morais e éticos. Winnicott diz:

É evidente que, à medida que a criança cresce, o conteúdo de sua vida pessoal não fica restrito a ela. O *self* fica cada vez mais moldado pela influência do ambiente. Um bebê que adota um objeto quase como parte do *self* não poderia tê-lo adotado se este não estivesse por perto para se adotado... Esta maneira de ver o desenvolvimento emocional é importante... à medida que o lactente cresce desta maneira, o estágio se estabelece para os que estão empenhados no cuidado do lactente e da criança para que ponham ao alcance da mesma não apenas objetos (como ursinhos, bonecas ou autinhos) mas também códigos morais. Estes códigos morais são dados de forma sutil... (WINNICOTT, 1983, p. 93).

Sem o espaço potencial entre a criança e o meio ambiente, o indivíduo não terá a oportunidade de preencher esse espaço com sua imaginação, e de manifestar suas brincadeiras, o que lhe impede a experiência cultural. Essas vivências criativas apenas são possíveis à criança que possui o sentimento de confiança na fidedignidade de seu meio ambiente e maternagem. É nessa terceira área que se amplia a vida cultural do indivíduo, e sem a qual "não existirão vínculos com a herança cultural, nem contribuição para o fundo cultural" (WINNICOTT, 1975, p.141). A cultura é pensada por Winnicott como "algo que pertence ao fundo comum da humanidade, para o qual indivíduos e grupos podem contribuir, e do qual todos nós podemos fruir, se tivermos um lugar para guardar o que encontramos" (WINNICOTT, 1975, p. 138). A cultura significa para o autor a forma precípua de autorrealização do indivíduo (PHILLIPS, 2017, p.171), podendo favorecer o desenvolvimento da autenticidade pessoal. Além disso, pode ser compreendida como um mosaico ampliado de contribuições e vivências criativas realizadas no espaço potencial de cada indivíduo.

O vivido fusional possibilita a formação da área intermediária de experimentação que constitui um estado "entre a inabilidade de um bebê e sua crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade" (WINNICOTT, 1975, p. 15). Para experimentar a transicionalidade, o

indivíduo precisa da provisão do ambiente favorecedor que auxilie no estabelecimento de ligação com o mundo social percebido que compreende a separação entre mãe e bebê. A transicionalidade do distanciamento é paradoxalmente evitada, e o espaço potencial é preenchido por um objeto eleito, símbolo da união, que "abre campo ao processo de tornar-se capaz de aceitar diferença e similaridade" (WINNICOTT, 1975, p. 19). Nesse sentido, podemos inferir que a jornada rumo à individuação se desdobra relacionada à necessidade humana de manutenção de vínculos, sustentada por um meio ambiente cuidadoso, afetivo e favorecedor da vida. Portanto, a autonomia do indivíduo originariamente depende de contextos sócio-ambientais que reconheçam a interdependência e a reciprocidade das interações. Pois, em Winnicott o indivíduo apenas tem a possibilidade de "encontrar a si mesmo em sua relação com os outros, e na independência conseguida por meio do reconhecimento da dependência" (PHILLIPS, 1988, p.29).

Winnicott sublinha que existe a possibilidade de compartilharmos da experiência ilusória do espaço potencial, e que, inclusive, a semelhança dessas experiências é a raiz da formação de interações e agrupamentos (WINNICOTT, 1975, p.15). Além disso, compreende que o primeiro agrupamento do ser humano é a família, e relaciona a estrutura desta como intrínseca à personalidade do indivíduo (WINNICOTT, 2016, p.125). E, como já salientamos, os padrões familiares sustentam o fenômeno transicional, sendo, portanto, as experimentações ilusórias e criativas vivenciadas no ambiente familiar, no período arcaico, o fundamento da socialização e do viver criativo humano, que se amplia ao longo da vida para outras interações sociais. Devemos sublinhar que Winnicott compreende que a estrutura da sociedade é um reflexo da natureza da família e dos indivíduos (WINNICOTT, 2016, p.X).

Essa dependência constitucional originária das interações sociais, para um viver criativo, revela que precisamos da continuidade do favorecimento de contextos ambientais como "âncoras externas minimamente facilitadoras", sustentando esse espaço potencial do indivíduo, e os encontros das experiências transicionais na cultura. Nesse sentido, a criatividade afirmada na experiência dos primórdios da constituição do sujeito, não se define como assegurada em contextos sociais que interferem de maneira traumática no indivíduo (MIZRAHI, 2010, p.100-101). De acordo com Winnicott:

Se tomamos conhecimento de indivíduos dominados no lar, prisioneiros ou mortos em campos de concentração, ou vítimas de perseguição de um regime político cruel, supomos, antes de mais nada, que somente algumas dessas vítimas permaneceram criativas. Estas naturalmente são aquelas que sofrem. Parece, a princípio, que todos os outros que existem (não vivem) nessas comunidades patológicas abandonaram a esperança, deixaram de sofrer e perderam a característica que os torna humanos, de modo a não mais perceberem o mundo de forma criativa (WINNICOTT apud MIZRAHI, 2010, p. 101).

3.1.2. Família: o ambiente seminal à experiência de reconhecimento recíproco

As teorias mobilizadas nesta pesquisa deslizam a separação entre indivíduo e sociedade, reconhecendo o valor das interações sociais recíprocas na formação da identidade pessoal autônoma e social. Ademais, sustentam o entrelaçamento dos processos de individuação e socialização humana, colocando a dimensão afetiva enraizada nas dinâmicas de reconhecimento.

O autor frankfurtiano, em sua teoria do reconhecimento, compreende que a constituição do sujeito autônomo em sua autorrealização ocorre mediante processo socializatório interacional de reconhecimento recíproco. Ele difere esse processo de formação, analiticamente, em etapas distintas de reconhecimento, que correspondem as esferas da vida social, e autorrelação prática entre parceiros de interação, ao passo que, a cada etapa de socialização, amplia-se a capacidade de autonomia do indivíduo. Vale ressaltar, que o primeiro estágio de reconhecimento favorecido na relação de cuidado e afeto é a gênese para o desenvolvimento pessoal e social nas demais etapas.

Embora Honneth em *O Direito da Liberdade* no tópico que discorre a respeito das relações pessoais na instituição familiar não faça referência a Winnicott, entendemos que muitas das intelecções desenvolvidas ali estão sob influência da teoria psicanalítica desse, de modo que podemos pensar numa ampliação da etapa de reconhecimento recíproco na esfera do amor que está alicerçada na relação dual entre bebê e mãe, para uma relação intersubjetiva familiar triádica consubstanciada em um "vínculo afetivo intenso" entre seus membros. Nesse sentido, o autor frankfurtiano aduz que "para a liberdade social, da qual podemos falar olhos postos na família moderna, o fato da triangularidade constitutiva é decisivo" (HONNETH, 2015, p. 85).

Honneth está atento ao processo intersubjetivo de formação da personalidade autônoma e social, que ocorre do nascimento à morte, favorecida na comunidade institucional familiar em que as relações estão baseadas em reciprocidades de cooperação e cuidado entre seus membros que possuem os mesmos direitos, respeitando a capacidade e necessidade de cada indivíduo. O autor realça a evolução da constituição interna da instituição familiar da sociedade capitalista contemporânea que realiza o reconhecimento recíproco, podendo favorecer a reprodução político-moral das virtudes democráticas.

Winnicott compreende que o processo de individuação do sujeito ocorre em continuidade, desde o nascimento até a velhice, realçando que não se pode desconsiderar a relevância da fase arcaica da formação da subjetividade (WINNICOTT, 2013, p.30). E, nesse sentido, aduz que a maioria desses processos maturacionais que tiveram início na vida do bebê "nunca estão completamente estabelecidos e continuam a ser reforçados pelo crescimento que continua posteriormente na infância" (WINNICOTT, 1983, p.71) e ao longo da vida do indivíduo até a morte.

O psicanalista ao pensar sobre a esfera familiar está colocando luzes sobre o desenvolvimento emocional e constituição da subjetividade da criança e adolescente que crescem sob os cuidados afetivos desse primeiro agrupamento relacional. Pois as bases de uma sociedade democrática dependem de um amadurecimento emocional muito especial que se inicia no colo da mãe. A constituição do sujeito saudável significa maturidade emocional e capacidade de socialização, que, nesse sentido, dependem da salubridade do ambiente e de investimento afetivo para se desenvolver de forma saudável. O lar estável oferece os alicerces para o laço social mais amplo.

Podemos destacar, portanto, que o olhar do psicanalista está direcionado para o papel da família, composta pelas figuras centrais dos pais - mas abrangendo outros parentes - na constituição e desenvolvimento da subjetividade do filho rumo à independência¹⁰⁵. Enquanto Honneth, em *O Direito da Liberdade*, além de pensar nas atribuições dos pais na formação dos filhos, portanto, uma família triangular, pensa nos laços de cooperação e retribuição entre pais e filhos ao longo da vida, numa relação de interdependência quanto ao amparo da subjetividade. Pois ele visa compreender a instituição familiar como favorecedora do reconhecimento recíproco entre seus membros, prioritariamente.

Com o teórico social, compreendemos que a realidade da liberdade é uma construção intersubjetiva que as relações de reconhecimento intrafamiliares possuem potencial para realizar, na medida em que o auxílio recíproco, as relações de interdependência, os cuidados e dedicação afetivos entre os membros da instituição familiar, evidenciam a centralidade da intersubjetividade para a formação do sujeito livre e autônomo.

¹⁰⁵ Isso não significa que Winnicott desconsidere os papéis recíprocos ao longo da vida familiar, inclusive, trata dos benefícios que a família terá como recompensa ao promover o desenvolvimento pessoal saudável dos filhos, e que terá que "ser capaz de lidar com resultados incríveis" (WINNICOTT, 2016, p.152). Até por que o gesto espontâneo de cooperação, no entendimento de Winnicott, inicia-se em fase primitiva do desenvolvimento, necessitando da presença da mãe para acolher o gesto amorosamente. Além disso, o psicanalista fala a respeito da necessidade da família introduzir o adolescente em atitudes cooperativas no lar. Em Winnicott, o indivíduo que se constitui num ambiente familiar saudável se identifica e se responsabiliza pelo seu agrupamento originário, a família, e pela sociedade. Pois a família "é em si mesma um constructo pelo qual os indivíduos saudáveis são responsáveis" (WINNICOTT, 2016, p.22).

Aproximando as duas visões teóricas, e pensando na autorrealização do indivíduo nas experiências de reconhecimento recíproco, nossas meditações, neste trabalho, colocam luzes sobre a formação da subjetividade do indivíduo autônomo e social, criança e juventude, que se constitui intersubjetivamente na esfera institucional familiar. Sem perder de vista que temos uma perspectiva ecologista do ambiente, e, portanto, o entorno do lar pode incidir sobre o contexto ambiental familiar.

Partimos da compreensão de que a instituição familiar é a primeira esfera de socialização do indivíduo em formação, que tem por tarefa oferecer os primeiros espectros da sociedade. E, nesse sentido, podemos inferir que as três etapas de reconhecimento recíproco podem ser vivenciadas no ambiente familiar de maneira originária pela criança. Ademais, o advento da autorrealização prática, que ocorre com a internalização das relações intersubjetivas de reconhecimento, faz a criança ter a compreensão de que é "um membro competente de seu ambiente social" (HONNETH, 2013, p. 64).

Num primeiro momento o ambiente familiar torna possível o desenvolvimento emocional primitivo e da personalidade singular autônoma e social em bases afetivas e de confiança, assegurando a relação de cuidados amorosos da criança com a mãe-ambiente (ou seu substituto ou substituta), que em termos da teoria do reconhecimento, configura a primeira etapa de reconhecimento recíproco na esfera da dedicação emotiva. Vale sublinhar que as aquisições da experiência muito precoce do bebê são precárias, podendo ser "perdidas frente a uma posterior ruptura das condições mínimas ambientais" (WINNICOTT, 2013, p. 20), o que revela nossa vulnerabilidade fundante e dependência de contextos favorecedores. Como também, abriga a necessidade de tempo e condições estáveis, provisionada pelo ambiente familiar, amparando a processualidade do reconhecimento recíproco o qual permite constituir o sujeito numa autorrealização bem sucedida de formação da personalidade, ao ter confiança afetiva de que suas necessidades e sentimentos encontram ressonância em sua mãe acompanhada pela família.

Além disso, podemos afirmar, por outro lado, que a realização dos processos maturativos da primeira infância constituem os alicerces que possibilitam, na interdependência das relações sociais, o sujeito reconhecer e respeitar a alteridade do outro. De modo que, a autorrealização entre os parceiros de interação seja vivenciada reciprocamente nas demais etapas de reconhecimento que representam as condições intersubjetivas estruturais para a formação da integridade pessoal e a conquista de uma vida digna de valor. Como já manifestamos no trabalho, através da teoria psicanalítica a respeito do desenvolvimento emocional saudável da subjetividade, a cooperação e construtividade são

potências realizadas no amadurecimento arcaico, assim como, a emergência do sentimento ético e moral.

Daí a necessidade de que a sociedade tenha o compromisso de proteger o ambiente familiar que é o contexto fundamental do favorecimento das condições para a formação da autoconfiança do indivíduo. Honneth, inclusive, sublinha, no que diz respeito ao compromisso social com a proteção da constituição desta capacidade de autorrelação de confiança, a necessidade de assegurar políticas públicas voltadas para a família, dando, como exemplos, a licença maternidade e paternidade (HONNETH, 2011, p.96).

Na medida em que a criança se desenvolve psiquicamente as esferas de sociabilidade de reconhecimento intersubjetivo ficam mais sofisticadas, pois sua autocompreensão se amplia nas interações com outros membros da família e coleguinhas de brincadeiras, por exemplo. Essa capacidade é favorecida pela autoconfiança adquirida em seu lar.

A etapa de reconhecimento do direito ¹⁰⁶, que ocorre ao reconhecer o outro em sua alteridade, e tendo a capacidade de se colocar na posição de "um outro generalizado", a criança poderá se compreender, seminalmente, como portadora de direito. Honneth sublinha que, para a criança desenvolver o autorrespeito, precisa do olhar dos parceiros de interação considerando-a "como um ser responsável" e com capacidade de fazer julgamentos. Ademais, entende que esse processo é corroborado pelo respeito sentido nas interações familiares, na medida em que a criança é considerada "como um sujeito cujas convicções não são mais totalmente irrelevantes na tomada conjunta de decisões" (HONNETH, 2013, p. 63).

Com Winnicott, compreendemos que essa autorrelação de respeito germinal da criança precisa ser consubstanciada pelos pais, na medida em que só eles e a família podem ser desafiados e questionados em bases seguras. Ademais, é no ambiente familiar que as crianças podem testar seus conflitos de lealdade com confiança na permanência dos vínculos.

A etapa de reconhecimento da estima social, que, segundo Honneth, ocorre paralelamente ao desenvolvimento do estágio anterior, ao conquistar matizes do autorrespeito, o infante, na medida em que vivencia a relação com um outro generalizado, atinge a consciência do valor de suas capacidades e singularidades. Vale realçar, que em nosso entendimento a experiência de reconhecimento social do sujeito se inicia seminalmente no colo da mãe, na medida em que a figura materna respeita a singularidade do seu bebê.

¹⁰⁶ Para tanto, compreendemos que a criança deve ser capaz de se relacionar com o outro, reconhecendo-a em seu estatuto de pessoa total. Como já colocamos, anteriormente, não existe garantia de que os processos maturacionais iniciados na infância se completem. Para tanto, o indivíduo deve ter completado o estágio de concernimento, que propicia o relacionamento social com pessoas consideradas em sua alteridade. E, nesse sentido, o indivíduo possui o sentimento de responsabilidade e preocupação pelos seus atos, além da consideração empática. Essas são conquistas, do processo maturativo, vitais para as relações em sociedade.

A propósito, o autor destaca que as distintas etapas de autorrelação se desenvolvem, a princípio, de maneira indistinta, na internalização dos cuidados proporcionados pelas figuras centrais dos pais, e apenas serão "experimentadas posteriormente, no processo de gradativa diferenciação dos parceiros de interação, como aspectos específicos da própria vivência" (HONNETH, 2013, p. 64).

3.2. Um diálogo entre a construção empírica e a construção teórica

A situação de desrespeito social vivenciada pelos moradores das favelas encontra distintas configurações ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro. Podemos colocar como marco temporal do surgimento do fenômeno social das favelas no cenário urbano, a omissão do poder público em favorecer políticas públicas habitacionais às camadas populares quando da demolição dos cortiços nas zonas centrais, no final do século XIX.

As classes populares se acomodam, inicialmente, nos morros da cidade, na medida em que dependiam do acesso ao mercado de trabalho concentrados nos centros urbanos. E, sublinha-se, havia tolerância do poder público e da legislação da época. Nesse sentido, a expansão desordenada dos espaços urbanos de favela, no início do século XX, atrelada a falta de reconhecimento social de suas populações, decorre o surgimento de poderes locais para a resolução de conflitos baseados na força e violência.

Neste trabalho, não compreendemos que exista uma identidade homogeneizante da população favelada, como já apresentamos anteriormente. Existem, sim, sujeitos com subjetividades próprias e situações sociais diversas. E, consideramos que não há uma classe social homogênea, e que mesmo entre os pobres há distinções na pobreza. Aliás, pensando na cidade como um todo, existe pobreza espalhada, não sendo uma característica exclusiva e determinante dos territórios de favela. Inclusive, em caminhadas pela favela pesquisada pudemos encontrar uma dinâmica social muito viva e um comércio bem intenso.

Compreendemos que o leviano interesse e a irresponsabilidade dos poderes e políticas públicas, quanto aos territórios de favela, relegaram suas populações ao arbítrio de uma ordem local imposta, que ao longo do tempo e das circunstâncias históricas, apresentadas nessa pesquisa, se transfigurou no incremento da violência.

Como já salientamos, estamos preocupados, nesse trabalho, com a presença maciça de armamentos ostentados pelo comércio ilegal de drogas em territórios de favela, situação

vivenciada, pelos moradores, por decorrência da leviandade dos poderes públicos. Condição que os colocam numa posição de submissão e sem possibilidade de reivindicar um processo de construção da identidade pessoal e social em sua integridade. As expectativas normativas legítimas dos sujeitos como pessoas morais são violadas sistematicamente nesse cenário de desrespeito estrutural da sociedade.

A situação das favelas não é de ausência do poder público como se fala comumente. Compreendemos que o que ocorre é uma "presença simultânea" tanto do poder desempenhado pelos traficantes como do exercício de algumas funções estatais no ambiente de favela, mas o desempenho do poder público é fraco. No território da favela pesquisada e visitada existem escolas, postos de saúde, ONGs e associação de moradores.

Essa condição perniciosa de convivência forçada com a "sociabilidade violenta" trazem efeitos deletérios à construção da ideia de respeito aos moradores, como ficou evidenciado na pesquisa. No caso das mães, elas convivem com o medo cotidiano da possibilidade de envolvimento de seus filhos com os traficantes que estão espalhados pelo ambiente comunitário. E, muitas das vezes, seus filhos possuem algum grau de amizade com os traficantes que cresceram na comunidade e também são jovens, portanto, fica difícil impedir a convivência.

Ademais, coube inferir dos relatos das mães que os traficantes desconsideram os valores e preceitos morais dominantes, portanto, a interação tão próxima faz com que elas se sintam violadas intuitivamente em suas expectativas normativas, na medida em que vivem numa tensão constante quanto à necessidade de assegurar por conta própria a integridade física e moral de seus filhos em formação, trazendo a responsabilidade inteira pela proteção deles para si. Pois a situação de violência cotidiana é vivenciada como se fizesse parte da vida. E, essas mulheres não possuem formas de verbalizar suas pretensões de reconhecimento, abarcando o respeito pelos seus filhos.

Os moradores de favela carregam a mácula que decorre da convivência não desejada com os criminosos. Nesse sentido, essa desonra sentida isola as famílias, que ali vivem, do convívio social com outras paisagens da cidade, e, por decorrência, as colocam na condição de confinadas. Essa situação fica evidente na fala dos jovens que tivemos acesso, pois eles relatam que raramente saem para usufruir de lazer fora da comunidade, e, além disso estudam em escolas de dentro da comunidade. Portanto, suas vidas ficam circunscritas à favela, não tendo convivência com pessoas de outros cenários urbanos.

Nesse norte, existe o receio do convívio com pessoas que vivem em bairros considerados nobres da cidade. Aliás, só de saírem da comunidade, os jovens percebem os

olhares que os violam em sua subjetividade. Como foi relatado pelo adolescente entrevistado, que é branco, ele acha que podem considerá-lo como "nada" por aqueles que possuem boas condições financeiras. Essa situação vivenciada de desonra por conviver nos seus territórios circunscritos com os criminosos e o "preconceito que eles sofrem enquanto pobre, enquanto preto, favelado" geram nos moradores jovens o sentimento moral de vergonha pela denegação de reconhecimento social.

Essa injustiça social experienciada pelo jovem morador de favela, que sente ser desrespeitado socialmente pela condição de favelado, para além das fronteiras do ambiente em que vivem, condição esta que possui, por outro lado e concomitantemente, ancoramentos afetivos com a própria comunidade em que crescem e se constituem, configura uma violação profunda ao processo de subjetivação desses sujeitos. Pois revela-se uma privação às condições intersubjetivas de formação da autorrelação prática positiva que é adquirida ao longo das etapas de reconhecimento. Portanto, esses jovens convivem com uma lacuna na relação consigo próprio com a obstrução do seu processo de reconhecimento.

Não podemos desconsiderar que os sujeitos apenas se constituem na dependência de relações intersubjetivas baseadas no cuidado, respeito e estima. O indivíduo morador da favela cresce em situação de submissão pela presença da violência cotidiana em seu território, e com o sentimento de ser destituído da possibilidade de relação com a sociedade como um todo. De acordo com Anderson e Honneth, "a capacidade real e efetiva de desenvolver e perseguir a própria concepção de vida digna de valor só pode ser alcançada sob condições socialmente favoráveis" (ANDERSON e HONNETH, 2011, p. 86).

Em nossa pesquisa empírica tivemos contato com sujeitos que compõem esferas familiares bem constituídas, e que estão preocupados com a criação dos seus filhos. São famílias que embora se sintam submetidas a uma realidade que as privam da construção da ideia de respeito a honra, a dignidade e a integridade, conseguem com muito esforço criar seus filhos num contexto familiar que proporcione os cuidados afetivos essenciais à constituição da autoconfiança. Ademais, os próprios adultos e jovens adultos que tivemos contato contaram que cresceram em condições ambientais desfavoráveis na favela, mas realçaram o protagonismo de suas famílias que permaneceram dedicadas e com interesse vivo por eles. Destes contextos familiares favorecedores, podemos inferir que, apesar do ambiente intrusivo do entorno, a mãe conseguiu se manter vital proporcionando os cuidados afetivos ao seu filho.

Podemos evidenciar, pelo relato de Euclides, como a referência afetiva encontrada na relação intersubjetiva com seu vizinho, o Lima, no período da adolescência foi capaz de

reafirmar a confiança conquistada na relação com sua mãe e família. E, nesse sentido, tanto Euclides quanto Amílton estão favorecendo a sustentação e amparo de oitenta meninos que compõem o projeto, se dedicando com cuidados e preocupações que ultrapassam as atribuições do projeto orientado para o futebol. Na medida em que estão vigiando as condutas dos meninos em horários e locais da comunidade que não são previstos. Até por que, como ficou evidenciado no relato de adolescentes, o controle e a vigilância que suas mães desempenham são considerados por eles manifestações de cuidado e carinho. Portanto, a contenção afetiva é fundamental para afirmar o reconhecimento na esfera dos cuidados e amor.

Podemos inferir a respeito do contexto ambiental intrusivo incidindo sobre o ambiente familiar, e que reflete sobre a mãe. Pois os ambientes interagem, e, portanto, dependendo das circunstâncias específicas, a presença excessiva do entorno do lar se sobrepõe. Nas "conversações" foram verbalizadas situações de famílias que são consideradas estruturadas, que, no entanto, perderam seus filhos para os bandos armados. A pesquisadora inclusive passou por situação em que o adolescente armado de fuzil, se preocupou com a linha da pipa que cortava o caminho dela, demonstrando que sabe, minimamente, o que é cuidar. Mas cada sujeito possui seu próprio desenvolvimento emocional com base em suas experiências no contexto familiar, portanto, a família presente no período da adolescência é fundamental para oferecer a sustentação necessária, que por algum motivo não pode ser oferecida nos estágios iniciais do amadurecimento.

Já realçamos que o processo maturativo é contínuo, e que, portanto, processos de desenvolvimento emocional que não foram concluídos na experiência arcaica do sujeito, solicitam por continuidade. De acordo com Winnicott, na adolescência os "êxitos e as falhas dos cuidados com o bebê e a criança vêm à baila" (WINNICOTT, 2016, p.152). E, como o desenvolvimento do indivíduo depende das relações complexas urdidas com o ambiente, se o adolescente não puder contar com a provisão familiar que proporcione os cuidados necessários e contenção "então é necessário prover pequenas unidades sociais para conter o processo de crescimento do adolescente" (WINNICOTT, 2016, p. 153). Para o psicanalista o ambiente familiar é tão imprescindível para a constituição da subjetividade que "se há as chamadas 'famílias-problemas' não se pode culpar inteiramente a autoridade local pelas condições de favela em que a criança é criada" (WINNICOTT, 1983, p. 63). Obviamente, pretende sublinhar a importância fulcral do ambiente familiar.

Compreendemos nessa pesquisa que o fomento à família deveria ser o objetivo precípuo das políticas públicas, na medida em que a constituição do sujeito depende de

contextos interacionais que sustentem as relações de reconhecimento. E, como ficou evidenciado nos relatos da professora, que foi criada na Maré, ela reconhece que os cuidados dos seus pais e seu ambiente familiar foram fundamentais para a constituição de si, e, nesse sentido, podemos inferir a respeito de sua autorrealização individual. Nesse sentido, no que diz respeito as dificuldades e o desinteresse que os seus alunos manifestam em ambiente escolar, a professora atribui ao descaso e desamparo familiar. Ela elogiou a estrutura escolar, realçando as disciplinas oferecidas, o horário integral e a alimentação. No entanto, a despeito desses alicerces oferecidos, efetivando o direito social à educação, revela que a escola não encontra ressonância na maior parte dos alunos, e a professora compreende que a falta de comprometimento familiar com as crianças é o fator preponderante dos problemas manifestados na escola. Winnicott, inclusive compreende que crianças que não encontram a provisão necessária de cuidados em seu lar, precisam de "psicoterapia, e não ensino" (WINNICOTT, 2013, p. 35).

Quando a criança é privada de relações familiares que lhe concedam segurança ela irá procurar referências que lhe proporcionem estabilidade fora do lar, e esses alicerces podem ser encontrados em seus relacionamentos próximos e na escola, numa tentativa de estabelecer seu desenvolvimento emocional (WINNICOTT, 2002, p.132).

A escola não tem estrutura para lidar com um ambiente mazelado de favela que pode atingir o contexto familiar, e antes, ainda, a mãe na relação com o seu bebê. O ambiente invasivo pode obstruir o processo maturacional nos primórdios da formação da criança, e, vale lembrar que determinadas conquistas do amadurecimento podem ser perdidas diante de rupturas das condições ambientais. A instituição escolar não está orquestrada de modo que possa suprir questões de amadurecimento emocional do indivíduo. Se o ambiente da criança falha em seu processo maturativo, ou pela falta do acolhimento familiar, ou pelo ambiente intrusivo vivenciado na favela, o sujeito em formação demandará da escola por sua continuidade maturacional. Como ficou expresso no relato da professora sobre os episódios de revolta e destruição do ambiente escolar, e do grau de enfrentamento que os professores sofrem. De acordo com Winnicott: “A criança desajustada, por contraste, tem necessidade de um ambiente cuja tônica seja o cuidado, e não o ensino; ...tendo mais a natureza de um remédio que de uma instrução escolar” (WINNICOTT, 2013, p.213).

Portanto, como foi apresentado nas falas da professora e dos líderes do projeto social, grande parte dos problemas com os jovens que eles têm contato advém do ambiente familiar. O não comprometimento da família com a vida escolar dos filhos, e o fato do líder ter acusado que identificou vida familiar insalubre como causa de muitos alunos do projeto terem ido para

o tráfico da comunidade, demonstra que as condições familiares desfavorecedoras da constituição da subjetividade da criança é um obstáculo severo à construção de um projeto emancipatório. Como fica esclarecedor nesse relato: “ele entrou (no tráfico) por revolta com o pai, o pai maltratava a mãe, as irmãs... entrou para esse mundo pensando em se vingar do pai, matar o pai... ele pensou que o pai ia ficar com medo dele, ia respeitar ele, não ia mais bater na mãe”.

Para incensarmos o protagonismo da família na constituição do sujeito, lembramos que Honneth, inclusive, aduz que as etapas de reconhecimento e seus respectivos modos de autorrelação prática são experimentados sem diferenciação, inicialmente, nas relações intersubjetivas do contexto familiar, centralizada nas figuras dos pais.

Com Winnicott devemos considerar que o indivíduo se constitui na dependência intersubjetiva afetiva originária com a mãe e contexto ambiental familiar. Nesse sentido, os padrões oferecidos pela família, e experimentados pelo sujeito, sustentam o fenômeno transicional. E, portanto, as relações nutritivas que se estabelecem nesse estágio de descoberta do mundo pelo bebê são fundamentais para a forma de se relacionar com a realidade compartilhada de maneira criativa. Não podemos deixar de lembrar de Euclides, que embora tenha passado sua infância e adolescência trabalhando no lixão com sua mãe, e crescido num barraco dentro do manguezal da Maré, onde dividia a mesma cama com seus seis irmãos e mãe, possui um olhar afetuoso e criativo em suas interações sociais, favorecendo e contribuindo com a coletividade, ao assegurar experiências lúdicas e cidadania, através do futebol, para oitenta meninos de sua comunidade. Além de ter orgulho de ter criado bem seus três filhos dentro da comunidade.

A presença do narcotráfico é motivo de intensa preocupação das famílias que tivemos acesso, na medida em que existe o legítimo receio de que: corrompam os laços familiares da juventude em formação, pois costumam oferecer "serviços" aos jovens, que muitas das vezes possuem relações de amizade com a juventude do tráfico; as filhas se envolvam com integrantes do tráfico, pois sabem dos notórios episódios de violência contra as mulheres praticados por estes na comunidade; ocorra o envolvimento com drogas, pois o uso indiscriminado é visto da porta de casa. Ademais, as pessoas sentem a apreensão constante de que é necessário demonstrar que não compartilham de relações com os narcotraficantes, pois "se você parar para conversar com esse tipo de gente, na cabeça das pessoas você tá dando confiança... parou porque tá comprando droga, parou porque é mulher dele, porque tá com interesse em algo... então se puder evitar melhor". Como também, o fato relatado sobre o

sentimento de proteção oferecido por integrar e seguir os preceitos evangélicos, o que estabelece fronteiras com o bando armado.

A pesquisa empírica demonstrou que o desrespeito sentido pelos moradores que tivemos acesso na favela pesquisada incide, evidentemente, nas três esferas de reconhecimento. Na medida em que o ambiente mazelado composto por armamentos pesados submete as vidas dos moradores, sendo fonte de violações cotidianas. Como ficou evidenciado nas falas das mães e jovens. Eles engendram seus mecanismos de proteção para manter o distanciamento relacional na medida do possível, afirmando, assim, seus valores morais.

O contexto ambiental é imprescindível para a constituição do processo maturativo arcaico do sujeito como demonstramos através da teoria winnicottiana. Ademais, com Anderson e Honneth, pensamos na formação da autorrelação prática dos sujeitos que depende de um ambiente social que assegure as relações de reconhecimento recíproco (ANDERSON e HONNETH, 2011, p.89). Não podemos olvidar que a vulnerabilidade do ser humano deriva da tessitura entre individuação e socialização, e, portanto, das dinâmicas interacionais. Portanto, pela abordagem da teoria de reconhecimento os sujeitos dependem de aportes sociais para se constituírem. O desrespeito priva o indivíduo da construção de sua personalidade.

A degradação da personalidade que resulta do desrespeito à primeira esfera das relações amorosas que Honneth, atribui à violência que incide sobre a integridade corporal, situação que submete o sujeito à vontade de outro, é vivenciada no cotidiano da favela pesquisada. Na medida em que existe uma ameaça à integridade física com a presença de armamentos ostentados. O que provoca um sentimento de humilhação e rebaixamento pessoal, violando o sujeito de uma forma extremamente perversa. Podemos associar esse entendimento à realidade empírica recolhida, na experiência do adolescente que verbaliza sobre a normalidade das armas em sua vida, e abaixa o rosto e levanta os ombros, demonstrando seu sentimento de impotência e vergonha quanto à realidade vivenciada. No caso desse menino especificamente a mãe não deixa ele sair de casa para socializar, apenas sai para a escola e para jogar futebol no horário do projeto.

Como sustentar a confiança em si mesmo e na fidedignidade das interações sociais num cenário que não lhe concede segurança em estabelecer relações íntegras? Ademais, essa circunstância vivenciada de ameaça à integridade, podemos falar, inclusive, no apoderamento do corpo do indivíduo, na medida em que a letalidade é inerente à “sociabilidade violenta”

(SILVA, 2008, p.45), pode levar a ausência do sentido de realidade. É uma violência psíquica sofrida. Essa experiência de desrespeito sofrida na esfera de reconhecimento, segundo Honneth, é a mais danosa e destrutiva à autorrelação prática do indivíduo. O jovem em formação cresce com o sentimento de vergonha social. A confiança e o viver criativo conquistados na relação de cuidados afetivos, segundo Winnicott, em contextos sociais traumáticos podem ser rompidos. Nesse sentido, a autoconfiança depende de contextos favorecedores das relações interpessoais para ser garantida (ANDERSON e HONNETH, 2011, p. 95).

A realidade fenomênica do desrespeito social vivenciado tangencia todos os relatos de moradores que possuem jovens em formação sob sua responsabilidade e cuidados. Desde a tia que se dedicou para criar o sobrinho que havia se envolvido com o tráfico, e não encontrou ressonância no menino que havia realizado atos de violência, e no seu esforço para encontrar aberturas falou para ele "eu posso te dar o meu coração, mas mais do que isso, o meu sangue, não". O que demonstra o seu sofrimento. O pai que agradece pelo infortúnio do filho ter perdido um membro do corpo em confronto com policiais, pois compreendeu como uma "oportunidade de recomeçar" para a vida do filho, o que não ocorreu, já que o menino permaneceu no tráfico. A criança que fazia parte do tráfico, e limpando a arma matou o amiguinho. As mães que vivem sobressaltadas e apreensivas com seus filhos na comunidade, mas se mantêm no esforço de trilhar o caminho dos filhos, a despeito do sentimento de impotência quanto à situação. O medo das mães por suas filhas se envolverem sentimentalmente com traficantes, pois costumam ter atitudes violentas contra as mulheres. A jovem que vislumbra com preocupação a criação de filhos que ainda não existem, pois entende que o ambiente em que vive não é saudável. Os líderes do projeto social que rondam a comunidade à noite para vigiar a conduta dos alunos. A professora que não encontra interesse da maior parte dos alunos, e de suas famílias com relação ao estudo dos filhos. A evangélica para nas bocas de fumo para orar e abraçar os traficantes jovens, no esforço de apaziguá-los. Portanto, olhando para essa realidade é evidente que são experiências que afetam o autorrespeito moral desses sujeitos profundamente.

As experiências relatadas "emocionalmente carregadas" pelo sentimento de desrespeito, demonstram os entraves a formação da autorrelação prática dos sujeitos, privando-os da construção da ideia de respeito e dignidade. Na medida em que são desprovidos do entendimento e sentimento de possuir igual valor como pessoa na sociedade, em seu *status* de parceiro de interação, ao viverem num contexto ambiental circunscrito em que se sentem submetidos, e violados em suas expectativas morais legítimas.

Portanto, sob essa perspectiva, ao privar os sujeitos de direitos sociais vigentes, na medida em que o cenário vivenciado é de “contiguidade territorial inescapável com os bandos armados” (SILVA, 2008, p.13), e, a atuação policial¹⁰⁷ “não respeita as diferenças e hierarquias da ordem social local como faz no ‘asfalto’” (SILVA, 2008, p.24), consideramos que essas pessoas têm a dignidade invariavelmente violada. Os afetados são lesados moralmente em suas expectativas de reconhecimento intersubjetivo, e sofrem por se sentirem inferiorizados, pois lhes são negados a possibilidade de se conceberem como deliberadores competentes e capazes de formar juízo moral.

Já realçamos os relatos de adolescentes que se sentem vulneráveis aos olhos dos outros, na medida em que sentem ser submetidos a uma posição social marginalizada de favelado quando saem de seu ambiente interacional da favela, o que os destituem de uma existência simbólica. Portanto, é um desrespeito ao sentido de valor próprio, na medida em que há um rebaixamento do valor social do indivíduo por ser morador de favela, desmoralizando-os em sua autoestima. E, como ficou evidenciado na pesquisa, a despeito das mazelas do ambiente, os jovens valorizam afetivamente o local em que vivem, portanto, é um fator de autorrealização considerado por eles. Devemos colocar luzes sobre o entendimento de que a “autorrelação de alguém não é, então, uma questão de um ego solitário refletindo, sobre si mesmo, mas o resultado de um processo *intersubjetivo* contínuo, no qual sua atitude frente a si mesmo emerge em seu encontro com a atitude do outro frente a ele” (ANDERSON e HONNETH, 2011, p. 88).

Machado da Silva aduz que o medo das classes perigosas reencarna na espacialização dos territórios de favela como “lugares preñes de uma violência descontrolada” (SILVA, 2008, p. 14), homogeneizando todos os sujeitos que ali vivem, confinando-os, e afastando-os do convívio com outras paisagens da cidade. Essa representação simbólica tecida sobre as populações que ali vivem, denigrem o papel que os sujeitos em sua singularidade ocupam no processo de interação social, e, nesse sentido, os destituem da realização e conquista de objetivos compartilhados pela sociedade. O que os priva da possibilidade de se compreender como dignos de valor, na medida em que são desvalorizados socialmente, obstruindo a cidadania desses sujeitos, sendo, portanto, um grande obstáculo ao sentimento de pertencimento à coletividade de forma mais ampla.

¹⁰⁷ De acordo com Luiz Antônio Machado da Silva: "Os moradores fazem duras críticas à atuação da polícia nas favelas em função do caráter indiscriminado das "operações", que não distinguem "pessoas de bem" de "marginais". Note-se que essas críticas não se dirigem à corporação (ninguém é contra policial), nem aos métodos violentos em si mesmo (as críticas não são propriamente à violência policial em si, mas sim à falta de seletividade de seu alvo)" (SILVA, 2008, p.24).

A privação da autoestima ameaça a compreensão do sujeito a respeito do valor de suas capacidades e propriedades, e constrange a concepção de que seus anseios e realizações possam ser empreendidos. Podendo resultar, portanto, em sentimentos de ausência de valor e vergonha social. Nesse sentido, podemos fazer um paralelo com a fala da professora¹⁰⁸ que sentia falta de referências em seus professores, de sua época escolar, que pudesse se espelhar, sublinhando que “a questão da negritude também, que eles me vejam como alguém deles... porque no meu tempo eu não tinha referência nenhuma... para ter auto-estima, eu não tinha professor com a minha cor”. Como também, o relato do líder do projeto social, que reclama da falta de pessoas da comunidade trabalhando nas ONGs que ali operam.

O anseio de segurança, que é compartilhado tanto pelos que vivem fora da favela como, mais fortemente, pelas famílias que vivem na favela, é transfigurado pela denegação de reconhecimento social às populações faveladas, que homogeneízam todos os sujeitos que ali vivem em “contiguidade territorial” com a “sociabilidade violenta”, e refletem nas políticas de segurança que se direcionam “*contra* e não *com* os outros” (SILVA, 2008, p.14). E, nesse sentido, as situações vivenciadas de desrespeito são experiências que violam sistematicamente as expectativas morais e ideais de justiça, dessas famílias, vinculadas ao respeito à dignidade, integridade e honra, sendo um obstáculo à emancipação.

Cabe salientar que as experiências de desrespeito sofridas pela conduta dos aparelhos policiais dos poderes públicos podem ser manifestadas, pois faz parte do debate democrático. Mas como lutar contra o desrespeito avassalador de “poderes” ilegais e fortemente armados na porta de suas casas que minam cotidianamente a vida das famílias que ali vivem?

3.3. Potencialidades desveladas

Na medida em que essa pesquisa compreende que o pensamento crítico precisa estar ancorado na realidade fenomênica para florescer, quem sabe, uma tarefa coletiva. Procuramos apreender nas próprias dinâmicas sociais elementos do real que demonstrem o interesse

¹⁰⁸ A professora e todos os seus irmãos conseguiram construir seus caminhos baseado nos valores familiares e nos estudos. Como também, as famílias que tivemos contato têm autoestima suficiente para correr atrás de suas vidas. Portanto, há pessoas, por óbvio, que apesar das dificuldades conseguem sublimá-las. Anderson e Honneth, a esse respeito realçam: “É, sem dúvida psicologicamente, possível manter uma percepção de valor próprio face a atitudes denigrantes e humilhantes, mas é mais difícil fazê-lo, e existem custos significativos associados à necessidade de proteção diante dessas atitudes negativas e à necessidade de amparo encontrado nas subculturas. E, mesmo que os esforços para manter a autoestima face a um tratamento denigrante seja bem sucedido, a questão de justiça é se esse fardo é justo” (ANDERSON e HONNETH, 2011, p. 89).

emancipatório, e possuem, seminalmente, potencial para tanto, diante da situação de desrespeito social vivenciada pelos moradores da favela em seus ideais de justiça.

Nesse norte, buscamos na teoria aportes para refletir a respeito das possibilidades evidenciadas na dimensão pré-teórica da experiência moral, na qual os afetados buscam e realizam práticas, na vida cotidiana, como soluções às injustiças e denegação de reconhecimento sociais sentidos.

Percebemos, durante a pesquisa, um movimento interacional de força moral, diante dos entraves à liberdade de ação vividos pelas famílias na comunidade, para o estabelecimento de vínculos através de uma rede solidária de pessoas preocupadas e comprometidas com a construção da integridade da subjetividade da juventude que frequenta o projeto social.

Podemos evidenciar, a princípio, que o líder e fundador, ao perceber que muitos jovens pertencentes ao projeto social estavam saindo deste para participar das atividades do narcotráfico, procurou as mães na tentativa de elucidar a situação, e constatou que os problemas estavam no ambiente familiar. Esta aproximação do líder com as famílias revela uma iniciativa intuitiva de envolvimento a partir da violação de suas expectativas normativas.

Após esse episódio, o líder, que conduzia sozinho o projeto composto por oitenta jovens da comunidade, decidiu se aproximar mais dos meninos para estabelecer uma relação mais afetiva. Demonstrando uma intuição quanto à necessidade de estabelecer laços de cuidado com os jovens, e, portanto, respeitando-os em suas carências. O que possibilitou que ele se constituísse como uma referência próxima de auxílio para alguns jovens.

Após a entrada do novo líder, bacharel em Direito, que possui família bem constituída, referências, estas, que se espalharam entre os parceiros de interação ligados ao projeto social, perceberam, ambos os líderes, que houve uma maior aproximação na busca de conselhos para resolver questões cotidianas familiares, tanto dos pais, como dos jovens. O novo líder evidencia que "se você escuta as pessoas, elas começam a procurar".

Eles destacam que mães, principalmente as solteiras, começaram a pedir auxílio para os conflitos dentro de casa. A situação enraizada de bandos armados na porta de casa é razão de intensa vulnerabilidade vivenciada pelas mães a respeito dos seus filhos. A procura por auxílio dos líderes, que encarnam o papel de autoridade e referência para os jovens, aponta para uma ação de busca pela preservação moral de seus filhos, na tentativa de mantê-los distanciados de práticas que não concordam.

A professora, ao saber que muitos de seus alunos possuem bom comportamento no projeto, e na escola se comportam de maneira oposta, procurou construir um elo com os

líderes para que eles acompanhassem os meninos no ambiente escolar, de modo que estes encontrassem uma continuidade entre as instituições. Visando uma cooperação com as famílias, na tentativa de uma ligação mais consistente com elas, ou, até mesmo, estando presentes em seu lugar, para que os meninos possam se comprometer com os estudos, e tenham um amparo para apaziguarem suas questões que emergem no ambiente escolar.

Esses movimentos dos líderes¹⁰⁹, mães e professora revelam a formação de um agrupamento fecundo, preenchido afetivamente com valores compartilhados, entre pessoas que possuem a intenção moral, de promover o reconhecimento social da juventude da comunidade a que pertencem. Concomitantemente, possibilitando a formação e afirmação da integridade da personalidade pessoal e social dos parceiros de interação desse círculo, que se forma afetivamente, preenchido pelos jovens, na medida em que se constrói a ideia de respeito tecida pela rede que pretende garantir os laços interacionais de reconhecimento recíproco entre os membros adultos e jovens. E, no caso dos jovens, esse círculo poderá proporcionar a experiência de serem valorizados em suas necessidades e sentimentos, em sua imputabilidade moral, e em suas habilidades e singularidades dentro da coletividade em que vivem. Apesar do desrespeito e violação sistemática de reconhecimento social presentes nas estruturas da sociedade com relação aos moradores da favela.

Ademais, com Winnicott, podemos pensar que esse agrupamento possibilita a continuidade do desenvolvimento emocional dos jovens na experiência de afetividade e cuidados proporcionados pelos membros que procuram adaptar-se às necessidades desses sujeitos em formação da personalidade. Na medida em que os ambientes não são estanques, havendo uma superposição destes, o ambiente familiar e a mãe-ambiente podem ser atingidos pelo ambiente intrusivo circundante, ocorrendo entraves ao processo maturativo. Cabe salientar que Honneth ancora o primeiro estágio de reconhecimento de sua teoria na relação mãe e bebê. Podemos também evidenciar que as próprias famílias não oferecendo a provisão ambiental necessária ao sujeito, e, nesse sentido, este não tendo estabelecido uma diferenciação entre o eu e o outro, reconhecendo-o em sua alteridade, que implica ligação e socialização, o ambiente mazelado pode se sobrepor, dando uma experiência inadequada de continuidade maturacional.

Essa nossa compreensão difere do entendimento do Honneth que aduz que o reconhecimento recíproco na esfera do amor se perfaz em relações diádicas, que, extrapolam, ao longo da vida, para as relações de amizade e relacionamentos íntimos. Em nossa

¹⁰⁹ Inclusive, suas próprias famílias, composta por esposas e filhos, estão envolvidas com os oitenta meninos do projeto.

perspectiva um agrupamento¹¹⁰ urdido em bases afetivas pode oferecer a provisão necessária às etapas de desenvolvimento emocional obstruídas e favorecer a continuidade do processo maturacional dos jovens, relacionada, portanto, à primeira etapa de reconhecimento.

Um agrupamento pautado em práticas de convívio ético e cooperativo, de modo que os membros possam harmonizar suas carências recíprocas e o reconhecimento intersubjetivo entre parceiros de interação, que se manifesta pela interdependência moral das relações e vínculos afetivos, poderá abrir espaço para o desenvolvimento da autorrelação prática de autoestima ao fortalecer os laços sociais de solidariedade. E, nesse sentido, podemos vislumbrar que este agrupamento formado pela expectativa recíproca de reconhecimento, em termos pré-científicos, diante da experiência moral de privação de um processo de subjetivação associado a reivindicação da construção da ideia de respeito poderá estruturar o favorecimento do contexto ambiental comunitário.

Honneth, em seu artigo *O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos*, desenvolve reflexões a respeito da temática de grupos conectada à teoria do reconhecimento, tendo como pano de fundo o desenvolvimento da identidade pessoal e social. Demonstrando a dependência do indivíduo quanto à experiência de reconhecimento social relacionada a formação de grupos. O autor sublinha que:

O eu busca o nós da vida em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação. Ele não pode manter nem o autorrespeito nem a autoestima, sem a experiência de apoio que se faz através da prática de valores compartilhados no grupo. Por conseguinte, o grupo... , é, nas palavras de Adorno, uma *fonte da humanidade...* a situação dos grupos numa sociedade é tão boa ou tão ruim quanto o são as condições de socialização que nela prevalecem (HONNETH, 2013, p. 77-78).

A partir da compreensão que existe um entrelaçamento entre processo de socialização e individuação, o autor infere sobre a importância dos agrupamentos sociais, na medida em que possibilitam o amadurecimento e a ampliação positiva da autorrelação prática do indivíduo à autonomia. Estes grupos, segundo Honneth, devem representar para o sujeito as circunstâncias interacionais favoráveis do ambiente familiar experimentadas na infância "nas reações afirmativas das suas pessoas concretas de referência" (HONNETH, 2013, p.65).

Desse cenário, depreende que seria uma necessidade "quase natural" dos indivíduos dependerem do assentimento grupal quanto ao reconhecimento intersubjetivo em cada uma das três etapas de formação da personalidade. E constata que os grupos se diferenciam

¹¹⁰ Essa compreensão está relacionada à perspectiva oferecida por Winnicott em seu trabalho *Influências de grupo e a criança desajustada*.

conforme a experiência de reconhecimento afirmada e concretizada nas formas de autorrelação positiva da autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

No caso da afirmação da autoconfiança, entende que a relação intersubjetiva é diádica, portanto não seria, exatamente, segundo Honneth, o caso de uma experiência de grupo. Compreende que o adulto procura realizar suas carências nas relações afetivas de amizade e relacionamentos íntimos, que representam a experiência da relação primária arcaica consubstanciada no equilíbrio entre autonomia e fusão. Nesse sentido, a autoconfiança conquistada no período primitivo de relação intersubjetiva entre mãe e bebê depende para se sustentar, no suceder da vida, da reiteração de experiências afetivas que remetessem a vivência da simbiose originária.

Quanto ao autorrespeito, Honneth compreende que, aos indivíduos, talvez bastasse a prática cidadã de deveres e direitos sociais efetivados para realizar a confirmação do sentimento de autorrelação prática referido. No entanto, sublinha que esse cenário positivo é raro. E, portanto, o respeito poderia ser compensado mediante a participação em grupos sociais, diante da denegação do *status* de sujeito de direito. Estes grupos de "respeito compensatório" seriam agrupamentos interacionais cuja a dimensão restrita faz com que as relações possam ser controláveis e diretas, e, desse modo, "no reflexo dos gestos e expressões animadores, precisam ajudar o indivíduo a adquirir uma consciência do valor de sua própria competência para julgamentos" (HONNETH, 2013, p. 66). Nesse sentido, podemos evidenciar que a atitude efetiva de reconhecimento entre os pares de interação do grupo possibilita a confirmação da existência simbólica de respeito.

Na medida em que as dimensões do grupo se ampliam, os indivíduos não interagem diretamente, mas se vinculam por símbolos compartilhados que possuem "força simbiótica" capaz de assegurar o respeito compensatório, estes engendramentos são configurações de movimentos sociais.

A autoestima, autorrealização prática conquistada na etapa de reconhecimento da solidariedade, sendo uma consideração social a respeito das capacidades e habilidades individuais, é terreno profícuo para a formação grupal, na medida em que o indivíduo precisa se ver reconfirmado em seu valor singular aos olhos dos parceiros de interação. Daí decorre que certos aspectos valorativos são passíveis de serem confirmados mediante um agrupamento de pessoas afins, ao passo que na sociedade contemporânea existe uma miríade de valores, não oferecendo, portanto, padrões sociais homogêneos de validação.

Honneth sublinha que, inclusive, a autoestima é seminalmente formada nas interações sociais da infância, estando sujeita a avaliação e confirmação ao longo da vida:

É bem verdade que a base psíquica para este tipo de autorrelação positiva seja colocada já muito cedo nos casos de uma socialização bem sucedida, porquanto os pais, irmãos ou amigos coetâneos normalmente sinalizam claramente à criança que ela dispõe de um punhado de talentos e habilidades importantes. Mas, com o ingresso na escola e, sobretudo, mais tarde na vida profissional, cresce muito o círculo daqueles de cuja a autoestima depende, de modo que, em reação a maior vulnerabilidade, também aumenta o desejo de aprovação e confirmação concretas (HONNETH, 2013, p. 67).

Por outro lado, a respeito da formação de agrupamentos, o autor alerta que a valorização social que se busca diante das experiências morais de injustiça social podem conduzir os sujeitos a buscarem o reconhecimento em grupos cuja a honra é obtida através de práticas de violência. Nesse sentido, Honneth aduz que esse tipo de rede formada contra a experiência sentida de desrespeito demonstra não possuir indicadores normativos que direcionem o caminho para a luta por reconhecimento em bases democráticas (HONNETH, 2009, p. 271-272).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade inviável que as populações de favelas, dominadas pelo narcotráfico ostensivamente armado, vivenciam na cidade do Rio de Janeiro, tivemos o intuito de nos aproximar das experiências de famílias que ali vivem, para escutar e acompanhar seus processos interacionais, e, nesse norte, olhando para dentro de suas dinâmicas sociais, procurar apreender, em suas próprias intuições e práticas, elementos que possam favorecer mudanças sociais emancipatórias dos sujeitos.

Ao passo que visamos perscrutar a formação da subjetividade, compreendida como identidade pessoal e social, através das interações intersubjetivas, tecemos nossa pesquisa visando compreender o papel da família na constituição do sujeito, trazendo a psicanálise heterodoxa de Winnicott que privilegia os vínculos afetivos e o ambiente. Como também, a teoria do reconhecimento de Honneth, que, inclusive, ancora a primeira etapa de reconhecimento recíproco na teoria psicanalítica winnicottiana, e oferece um vocabulário que enriquece a compreensão sobre a constituição da subjetividade, na medida em que contempla o entendimento de que a denegação de reconhecimento nas esferas do direito e solidariedade produzem violações ao processo de subjetivação.

A família, centrada na figura do feminino, é o contexto ambiental de afetividade e reconhecimento recíproco fundamental ao acontecer humano. Portanto, ao longo do trabalho tivemos necessidade de aprofundar a pesquisa teórica entrelaçando o desenvolvimento emocional primitivo às interações familiares.

Ademais, ao percorrer a teoria do reconhecimento de Honneth, encontramos limites teóricos em seu olhar a respeito do processo de individuação do infante, na primeira etapa de reconhecimento das relações primárias, na medida em que desconsidera a necessidade de ressonância da mãe-ambiente aos processos internos de seu filho. Empreender uma leitura que ilumine essa sintonia cuidadosa e respeitosa por parte do ambiente, e que insere o contexto familiar amparando a individuação, oferece uma perspectiva holística dos vínculos sociais. Além de realçar a necessidade de aportes ambientais favorecedores da continuidade do processo maturativo.

Acreditamos que o trabalho que se pretende crítico coloca luzes sobre a realidade fenomênica e suas interações sociais, e, portanto, agregar o papel familiar na harmonização das práticas societárias de reconhecimento recíproco e no respeito à formação da subjetividade de sua juventude, em contextos ambientais mazeados, pode oferecer uma perspectiva que inclui a potência vitalista e emancipatória dos sujeitos. Nesse sentido,

esperamos que essa pesquisa tenha conseguido desvelar elementos do real presentes em dinâmicas relacionais da favela pesquisada, e que a compreensão tecida a partir da lente teórica construída possa favorecer a afirmação do entendimento a respeito de nossa humanidade compartilhada e interdependência.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. Autonomia, Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. In: *Cadernos de Filosofia Alemã*. Crítica e Modernidade, n.17, p.81-112, 2011.

ARMONY, Nahman. Confrontando Winnicott com os azares da hipermordenidade. In: _____. *O homem transicional: para além do neurótico & borderline*. São Paulo: Zagodoni, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DAVIS, Madeleine; WALLBRIDGE, David. *Limite e Espaço: uma introdução à obra de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

DIAS, Elsa Oliveira. *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. São Paulo: DWW Editorial, 2017.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do Tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

FALBO, Ricardo Nery. A contribuição da Teoria Crítica para o direito. In: BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson. (Orgs.). *Metodologia da pesquisa em Direito*. Caxias do Sul: EDUCS, 2015, p. 15-31.

FALBO, Ricardo Nery. Pensamento crítico, pesquisa empírica e emancipação teórica do direito. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol.7, n 2, 2016, p. 259-290.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. A metapsicologia do cuidado. In: _____. *As diversas fases do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2012.

FREUD, Sigmund. *Mal Estar na Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Totem e Tabu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013.

HONNETH, Axel. *La dinamica social del desprecio*. In: Honneth, Axel. *Crítica del agravio moral: patologías de la sociedad contemporânea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica: Universidad Autónoma Metropolitana, 2009, p. 249-274.

_____ *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo. Editora 34, 2011.

_____ *O Direito da Liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____ O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, n.33, p. 56-80, 2013.

_____ *Sufrimento de Indeterminação – Uma reatualização da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

_____ *Teoria Crítica*. In: GIDDENS, A; TURNER, J. (orgs). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: ed. Unesp, 2000.

_____ *Uma patologia social da razão: Sobre o legado da Teoria crítica*. In: RUSH, Fred (org.). *Teoria Crítica*. Ideias e Letras, 2008.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; Alvito, Marcos (org). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do ser humano*. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MELO, Rurion. *Teoria crítica e os sentidos da emancipação*. In: Caderno CRH, v.24, p. 249-262. Salvador: 2011.

MELO, R. ; WERLE, D.L. (2007). Introdução. In: Honneth, A. *Sufrimento de indeterminação*. Uma reatualização da Filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Singular.

MEZAN, R. *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MIZRAHI, Beatriz Gang. *A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto político contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

NOBRE, Marcos. *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NOBRE, Marcos. Max Horkheimer: A Teoria Crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: NOBRE; Marcos (org). *Curso Livre de Teoria Crítica*. Campinas, SP: Papirus, 2013.

NOBRE, M; REPA, L. *Honneth esquadrinha “déficit sociológico”*. Entrevista em 11/10/2003, Folha de São Paulo, 2003. Disponível em: www.Folha.uol.com.br/folha/ilustrada. Acesso em: 10 jul. 2018.

NOBREGA, Edson Diniz; BELFORT, Marcelo Castro; RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

PHILLIPS, Adam. Winnicott. Aparecida: Ideias&Letras, 2006.

PLASTINO, Carlos Alberto. A dimensão constitutiva do cuidar. In: Maia, Marisa Schargel. *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. *O Primado da Afetividade : a crítica freudiana ao paradigma moderno*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. O quinto rombo: a psicanálise. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento Prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Vida, criatividade e sentido no pensamento de Winnicott*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. Favela, Favelas: Unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (org.) . *O futuro das metrópoles : desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade Desigual ou Cidade Partida? Tendências da Metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (org.) . *O futuro das metrópoles : desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental. Transformações Contemporâneas do Desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS.2006

RUSH, Fred. *As bases conceituais da primeira Teoria Crítica*. In: RUSH, Fred (org.). *Teoria Crítica*. Ideias e Letras, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa . *Um discurso sobre as ciências na transição para as ciências pós-modernas*,1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_rtttext&pid=S0103-401141988000200007. Acesso em : agosto, 2017.

_____. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. São Paulo. Cortez Editora, 2001, v.1.

SILVA, Luiz Antonio Machado da . Violência Urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. *Reconhecimento como Teoria Crítica? A formulação de Axel Honneth*. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2011.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela .com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Unicamp, 1993.

WHITEBOOK, Joel. *A união de Marx e Freud: A Teoria Crítica e a Psicanálise*. In: RUSH, Fred (org.). *Teoria Crítica*. Ideias e Letras, 2008.

WINNICOTT, W.D.. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____ *Da Pediatria à Psicanálise - Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro Imago, 2000.

_____ *O ambiente e os processos de Maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____ *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____ *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.